

set 2010

artigos DIREITO GV
working papers

2ª FASE DA PESQUISA DIREITO GV-CBAR
“ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO”
**RELATÓRIO DO TEMA: HOMOLOGAÇÃO DE
SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA**

Flavia Foz Mange e Priscila Knoll Aymone (coord.)

61



set 2010

artigos DIREITO GV
working papers

2ª FASE DA PESQUISA DIREITO GV-CBAR
“ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO”

**RELATÓRIO DO TEMA: HOMOLOGAÇÃO DE
SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA**

Flavia Foz Mange e Priscila Knoll Aymone (coord.)

61

 FUNDÇÃO
GETULIO VARGAS



DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

COLEÇÃO DE ARTIGOS DIREITO GV (WORKING PAPERS)

A Coleção de Artigos Direito GV (*Working Papers*) divulga textos em elaboração para debate, pois acredita que a discussão pública de produtos parciais e inacabados, ainda durante o processo de pesquisa e escrita, contribui para aumentar a qualidade do trabalho acadêmico.

A discussão nesta fase cria a oportunidade para a crítica e eventual alteração da abordagem adotada, além de permitir a incorporação de dados e teorias das quais o autor não teve notícia. Considerando-se que, cada vez mais, o trabalho de pesquisa é coletivo diante da amplitude da bibliografia, da proliferação de fontes de informação e da complexidade dos temas, o debate torna-se condição necessária para a alta qualidade de um trabalho acadêmico.

O desenvolvimento e a consolidação de uma rede de interlocutores nacionais e internacionais é imprescindível para evitar a repetição de fórmulas de pesquisa e o confinamento do pesquisador a apenas um conjunto de teorias e fontes. Por isso, a publicação na Internet destes trabalhos é importante para facilitar o acesso público ao trabalho da Direito GV, contribuindo para ampliar o círculo de interlocutores de nossos professores e pesquisadores.

Convidamos todos os interessados a lerem os textos aqui publicados e a enviarem seus comentários aos autores. Lembramos a todos que, por se tratarem de textos inacabados, **é proibido citá-los, exceto com a autorização expressa do autor.**

Parceria institucional acadêmico-científica
Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DIREITO GV) e
Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr)

2ª Fase da pesquisa “Arbitragem e Poder Judiciário”
Relatório do tema: Homologação de sentença arbitral estrangeira

Flavia Foz Mange e Priscila Knoll Aymone (coord.)

Sumário

Grupo de trabalho.....	4
1 Introdução.....	5
1.1 Atualização do banco de dados da pesquisa	5
1.2 Critérios metodológicos para a atualização.....	6
1.3 Decisões monocráticas e banco de dados eletrônico do STJ.....	8
1.4 Critérios metodológicos para a análise das decisões constantes no banco de dados	10
1.5 Critérios para definição da tecnicidade da decisão.....	13
1.6 Nota sobre a Convenção de Nova Iorque.....	13
1.7 Considerações preliminares às decisões analisadas.....	13
2 Acórdãos que tratam de questões processuais	18
2.1 Questões formais (art. 37 da Lei de Arbitragem)	19
2.2 Necessidade de prestação de caução em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira	20
2.3 Classificação do pedido homologatório como “Sentença Estrangeira” (SE) ou “Sentença Estrangeira Contestada” (SEC)	21
2.4 Legitimidade e interesse das partes no pedido de homologação	22
2.5 Pendência de ação ordinária no judiciário	24
2.6 Pendência de ação de anulação da sentença arbitral estrangeira no judiciário Brasileiro.....	26
2.7 Cabimento de Recurso Extraordinário da decisão que concedeu ou denegou a homologação.....	27
2.8 Possibilidade de curadoria em homologação de sentença estrangeira	29
3 Acórdãos que tratam dos requisitos dos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem para a homologação de sentença arbitral estrangeira	31
3.1 Validade da cláusula compromissória	32
3.2 Citação no procedimento arbitral.....	40
3.3 A ausência de citação e constatação da revelia.....	45
3.4 Sentença arbitral proferida além dos limites da convenção de arbitragem	46
3.5 Fundamentação da sentença arbitral	47
3.6 Arbitrabilidade objetiva.....	47
3.7 Ordem pública.....	48
4 Acórdãos que tratam de outras questões relevantes	55
4.1 Sistema de votação nas ações de homologação de sentença arbitral estrangeira.....	55
4.2 Duração média dos processos de homologação de sentença arbitral estrangeira.....	56
4.3 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996).....	58
4.4 A aplicação intertemporal da Lei 9.307/96	60

4.5 Desnecessidade do duplo exequatur	62
4.6 Internacionalidade do contrato	64
4.7 Aplicação de tratados internacionais (art. 34 da Lei. N. 9.307/96)	65
4.8 Respeito a não re-análise do mérito da decisão arbitral	68
4.9 Renovação do pedido de homologação (art. 40 da Lei n. 9.307/96)	69
4.10 Honorários de sucumbência em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira... 70	
 5 Acórdãos que denegaram a homologação	73
5.1 Plexus v. Santana	73
5.2 Tardivat v. Oliveira	74
5.3 Plexus v. Santana	75
5.4 Subway v. HTP.....	76
5.5 Oleaginoso v. Moinho Paulista	77
5.6 Indutech v. Algocentro	78
 6 Conclusões	80
6.1 Visão geral	80
6.2 Análise técnica da aplicação da Lei n. 9.307/96.....	81
6.3 Outras questões relevantes suscitadas.....	86
6.4 Análise específica das decisões que não concederam a homologação	87
6.5 Considerações finais	89
 Anexo I.....	90
Anexo II.....	94
Anexo III.....	125

Grupo de trabalho¹

Flavia Foz Mange²

Gerson Damiani³

Gustavo Kulesza⁴

Laura Maniero⁵

Natalia Lamas⁶

Patrícia Kobayashi⁷

Priscila Knoll Aymone⁸

¹ O grupo de trabalho agradece Martim della Valle e Maurício Gomm Ferreira dos Santos pelos comentários e sugestões.

² Advogada de Barretto Ferreira, Kujawski, Brancher e Gonçalves (BKBG) em São Paulo, Brasil. Mestre e doutoranda em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). LLM em International Legal Studies pela New York University (NYU).

³ Bacharel em Relações Internacionais pelo Hamilton College de Nova Iorque. Bacharel em Direito pela Freie Universität Berlin. Mestre em Ciências Políticas e em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela Humboldt Universität Berlin. Doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, especialidade Direito Comercial Internacional.

⁴ Advogado de L.O. Baptista Advogados em São Paulo, Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

⁵ Advogada de Lefosse Advogados (afiliado ao Linklaters) em São Paulo, Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). LL.M. (Candidate) Columbia Law School.

⁶ Advogada no Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Direito do Comércio Internacional pela Université Paris I - Panthéon-Sorbonne, Doutoranda em Direito pela Université Paris II - Panthéon-Assas.

⁷ Advogada de Barretto Ferreira, Kujawski, Brancher e Gonçalves (BKBG), em São Paulo, Brasil. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

⁸ Advogada em São Paulo, Brasil. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Direito Internacional Privado e Comércio Internacional pela Université Paris II (Panthéon-Assas). Doutoranda em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP).

1 Introdução

Com a promulgação da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 que dispõe sobre arbitragem (“**Lei de Arbitragem**” ou “**Lei n. 9.307/96**”)⁹, verificou-se o crescimento da utilização da arbitragem no país e inevitavelmente o aumento do número de demandas judiciais relacionadas à arbitragem.

Constatou-se um posicionamento favorável do Poder Judiciário em relação à arbitragem. Um exemplo desse posicionamento foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (“**STF**”) sobre a constitucionalidade de diversos dispositivos da Lei n. 9.307/96¹⁰.

Embora o cenário fosse aparentemente favorável à arbitragem, inexistia no país uma pesquisa científica que buscasse identificar com rigor metodológico o posicionamento do Poder Judiciário em relação à arbitragem. Assim surgiu a parceria institucional acadêmico - científica da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (“**DIREITO GV**”) e o Comitê Brasileiro de Arbitragem (“**CBar**”).

A primeira fase da parceria, realizada entre 03.08.2007 e 11.02.2008 possibilitou a criação de um banco de dados com 790 decisões judiciais relacionadas à matéria arbitral no Brasil com base em critérios metodológicos e de busca previamente estabelecidos¹¹. Essas decisões foram analisadas, tabuladas e distribuídas em 7 grandes grupos:

- I. Eficácia, validade ou existência da convenção de arbitragem;
- II. Medidas de urgência e medidas coercitivas;
- III. Invalidade da sentença arbitral;
- IV. Execução e cumprimento de sentença arbitral;
- V. Execução específica da cláusula arbitral - ação do artigo (“**art.**”) 7º da Lei de Arbitragem;
- VI. Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras; e
- VII. Outros.

A segunda fase da pesquisa busca um estudo qualitativo mais profundo das decisões judiciais de cada um dos grupos temáticos supra mencionados.

O presente relatório analisa o grupo de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras (grupo VI).

1.1 Atualização do banco de dados da pesquisa

Conforme mencionado acima, o banco de dados constituído na primeira fase da pesquisa teve como data limite 11.02.2008, ou seja, apenas decisões judiciais julgadas até essa data foram inseridas no banco de dados geral da pesquisa.

⁹ Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9307.htm.

¹⁰ STF, Agravo Regimental na Sentença Estrangeira n. 5.206-7 (*MBV v. Resil*), Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2002.

¹¹ Vide relatório da 1ª fase: Revista e site do CBar: (http://www.cbar.org.br/PDF/Relatorio_final_pesquisa_GV_CBAR.pdf)

Particularmente no grupo de Homologações de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, três fatores contribuíram para que se decidisse pela atualização do banco: (i) a relevância prática e acadêmica do grupo; (ii) o lapso significativo entre a data de corte do banco de dados e a data de início da análise da pesquisa (01.08.2009); e (iii) a facilidade de atualizar um grupo que depende exclusivamente de decisões de um tribunal, o Superior Tribunal de Justiça (“**STJ**”).

1.2 Critérios metodológicos para a atualização

Em um momento inicial e, de acordo com o previsto já na primeira fase da pesquisa, os trabalhos de atualização seguiriam rigorosamente a metodologia adotada na 1ª Fase da Pesquisa¹². Dessa forma, foi realizada a primeira triagem utilizando os termos “arbitragem”; “arbitral”; “9.307”; “9307” e “arbitramento”, com termo inicial em 12.02.2009 e termo final em 31.07.2009.

Após uma primeira análise, observamos uma incoerência entre a busca realizada de 23.11.1996 a 11.02.2008, e a atualização proposta.

Foi realizado o seguinte teste:

Pesquisa da primeira triagem, utilizando o verbete ‘Arbitragem’

- a) 23.11.1996 a 31.07.2009: 59 ocorrências
- b) 23.11.1996 a 11.02.2008: 32 ocorrências
- c) 11.02.2008 a 31.07.2009: 11 ocorrências

Destaque-se que realizando a mera atualização, qual seja, de 11.02.2008 a 31.07.2009, apenas 11 ocorrências eram obtidas e não as 27 esperadas. Dessa maneira, prezando pelo rigor metodológico pretendido, a pesquisa foi realizada novamente, adotando como limitação temporal o período de 23.11.1996 a 31.07.2009.

Vale notar que a incorreção numérica pode ser atribuída a uma série de fatores, em especial à alimentação tardia do banco de dados eletrônico e a demora na publicação de um acórdão. Segundo informações obtidas junto ao órgão responsável pelo banco de jurisprudência do STJ, um acórdão pode demorar até 3 (três) anos para ser publicado no Diário Oficial da União.

Dessa maneira, segundo critérios da primeira fase desta pesquisa, foi realizada a **1ª triagem**, considerando as seguintes palavras-chave, isoladamente: “arbitragem”; “arbitral”; “9.307” e “9307”. Nesse sentido, obtivemos as seguintes ocorrências:

¹² Para maiores informações sobre a pesquisa, vide no site do Comitê Brasileiro de Arbitragem, http://www.cbar.org.br/bib_pesquisa_fgv_cbar.html.

Vide ainda GABBAY, Daniela Monteiro; ALVES, Rafael Francisco; LEMES, Selma Ferreira. Research Project: Arbitragem e Poder Judiciário. Parceria Institucional Acadêmico-Científica da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV) e do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar). Revista Brasileira de Arbitragem, v. 19, p. 7-23, 2008.

Verbetes	N. de ocorrências
Arbitragem	59
Arbitral	64
9.307	4
9307	11
Total	138

Uma vez constituído o banco bruto das decisões, foram excluídas as ementas repetidas e que não tratavam do tema. Em seguida, as ementas foram lidas para se excluir o que não dizia respeito à arbitragem, chegando a um montante de decisões cujo teor integral foi lido e reclassificado segundo critérios da terceira etapa da pesquisa.

A partir do banco obtido foi realizada a seguinte triagem:

N. ocorrências	Tema tratado
22	FGTS
9	Acórdãos incluídos no banco de dados pelo procedimento de atualização (11.02.2008 a 31.07.2009)
46	Acórdãos repetidos
23	Trabalhista e outras questões diferentes de arbitragem
27	Acórdãos já obtidos na 1ª Fase da Pesquisa
11	Outros temas de arbitragem diferentes de homologação
138	Total

Por fim, atingiu-se a atualização pretendida, sendo incluídos os seguintes casos:

- Sentença Estrangeira Contestada n. 2.517
- Sentença Estrangeira Contestada n. 1.302
- Sentença Estrangeira Contestada n. 894
- Sentença Estrangeira Contestada n. 978
- Sentença Estrangeira Contestada n. 3.660
- Sentença Estrangeira Contestada n. 3.661

1.3 Decisões monocráticas e banco de dados eletrônico do STJ

Além da atualização dos acórdãos proferidos pelo STJ, o grupo de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras teve uma segunda incumbência: formar o banco de decisões monocráticas do STJ relacionadas ao objeto de análise do grupo.

Conforme consta do relatório final da primeira fase da pesquisa, o objetivo da 1ª etapa da 1ª fase da pesquisa foi aferir o modo como os tribunais brasileiros disponibilizam as decisões judiciais, de que forma é realizada a busca por palavras-chave e como são alimentados os bancos de dados, suas características e limitações, dentre outras informações.

Contudo, constatou-se apenas ao final da análise dos acórdãos do grupo “invalidade de sentença”¹³ que existe uma falha no sistema de busca do banco eletrônico de jurisprudência do site do STJ. Após contato informal com o assistente da seção responsável¹⁴, verificou-se que não é possível realizar triagem por data em buscas na base de decisões monocráticas.

Em outras palavras, haja vista que a pesquisa realizou triagem por data¹⁵ em todas as buscas realizadas, nenhuma decisão monocrática proferida pelo STJ consta do banco de dados formado pela primeira fase da pesquisa, conforme é possível observar na planilha abaixo, resultado da segunda etapa da primeira fase da pesquisa.

			1ª Triagem					Total de ocorrências da 1ª Triagem (s/ arbitramento)
			Arbitragem	Arbitral	9.307	9307	Arbitramento	
S T J	Decisões Monocráticas		0	0	0	0	0	0
	Acórdão	Ementa	30	48	3	0	1024	81
		Inteiro teor	44	48	3	10	1036	105
		Sem critério	-	-	-	-	-	186

Dessa maneira, considerando o contato realizado e apenas complementando as informações contidas na planilha de análise dos bancos eletrônicos de jurisprudência, foram colhidas as seguintes informações adicionais:

10 Onde é feita a busca ou varredura das palavra-chaves no banco de dados dos Tribunais? **Resposta:** (i) Indexação: Os acórdãos enviados para o banco de jurisprudência passam por um processo de indexação, realizado pela Seção de Análise e Classificação de Acórdãos. Note-se que não há busca no inteiro teor dos acórdãos. Segundo informações da Seção de Jurisprudência essa é uma

¹³ Para maiores informações sobre a pesquisa, vide no site do Comitê Brasileiro de Arbitragem, http://www.cbar.org.br/bib_pesquisa_fgv_cbar.html.

Vide ainda GABBAY, Daniela Monteiro; ALVES, Rafael Francisco; LEMES, Selma Ferreira. Projeto de Pesquisa: Arbitragem e Poder Judiciário: Relatório do 1º Tema: Invalidade da Sentença Arbitral. Parceria Institucional Acadêmico-Científica da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DIREITO GV) e do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAR). Revista Brasileira de Arbitragem, v. 22, p. 7-77, 2009.

¹⁴ Sr. Luiz Rossi, contato realizado no dia 10.06.2009.

¹⁵ De 23.11.1996 até 11.02.2008.

opção do próprio banco que permite uma busca mais eficiente por verbete. (ii) Ementa: A busca por palavra também é realizada no inteiro teor das ementas. (iii) Inteiro teor: Conforme descrito no item (i), não há busca por palavra no inteiro teor dos acórdãos. Entretanto, é possível realizar a busca no inteiro teor das decisões monocráticas, para as quais não é viável realizar o mesmo processo de indexação a que são submetidos os acórdãos.

2- O que é disponibilizado pelo site: (i) inteiro teor das decisões; (ii) ementa; (iii) decisão monocrática? **Resposta:** Todos os itens estão disponíveis no site.

3- É possível o uso de conectivos “e”, “ou”, “não”? Há ferramenta de frase exata? **Resposta:** Todos os conectivos estão disponíveis no site.

4- É possível fazer triagem por data? Ano ou data (dia/mês/ano)? **Resposta:** Sim, contudo, conforme exposto acima, a triagem por data não pode ser realizada nas pesquisas na base de decisões monocráticas. Isso ocorre, pois as decisões monocráticas não são objeto de um processo de indexação. Todas as buscas realizadas na base de decisões monocráticas têm como objeto o inteiro teor da decisão.

5- Há limites de ocorrências na busca por palavras-chave? Caso haja, indicar se há referência ao universo total e qual a restrição de ocorrências. **Resposta:** Não.

6- Os processos que estão sob sigilo de justiça se encontram no universo apresentado pelo site? Se sim, indicar o número. **Resposta:** Sim, os processos que estão sob sigilo de justiça se encontram no universo apresentado em todas as buscas. Contudo nesses casos o nome das partes é substituído por suas iniciais. P. ex. João Pereira Silva, consta como J.P.S.

7- A busca faz diferença pela acentuação da palavra-chave? **Resposta:** Não, a busca não faz qualquer diferenciação por acentos, plural ou maiúscula.

8- O banco de dados é integral? **Resposta:** Sim, o site conta com todas as decisões proferidas pelo STJ. Note-se que na primeira fase da pesquisa a planilha de análise do banco jurisprudencial contava com uma observação, qual seja: “Sim - inteiro teor de acórdãos - os publicados até março de 2002 estão no link inteiro teor do acórdão, os posteriores no link Revista Eletrônica. Não - Decisões monocráticas e despachos.”. Na realidade, todas as decisões monocráticas estão disponíveis no site.

Vale neste ponto realizar uma observação quanto aos denominados ‘acórdãos sucessivos’. A Seção de Análise e Classificação realiza uma triagem inicial dos acórdãos submetidos ao seu exame. Todos os acórdãos proferidos segundo os critérios listados a seguir são classificados como “acórdãos sucessivos”, ou seja, não constam do número de ocorrências nas buscas realizadas no banco de jurisprudência: (i) mesmo ministro; (ii) mesma câmara; (iii) mesmo conteúdo de ementa; (iv) mesma decisão; (v) mesma classificação; e (vi) mesmo ano.

Além disso, conforme já constava da planilha inicial, apenas os acórdãos já publicados estão disponíveis para consulta no banco de jurisprudência. Note-se que entre o julgamento e a publicação no Diário Oficial da União pode haver um lapso de até 3 anos, conforme informou a Seção de Jurisprudência do STJ.

9- Qual é a pessoa ou setor responsável pela disponibilização das decisões nos sites, no momento da pesquisa? **Resposta:** Sr. Luiz Rossi, Seção de Jurisprudência.

10- A partir de que data os acórdãos são disponibilizados? **Resposta:** Banco integral.

11- A busca por palavras-chave acessa o banco integral? **Resposta:** Sim, exceto os acórdãos denominados sucessivos, cujo acesso é indireto.

1.4 Critérios metodológicos para a análise das decisões constantes no banco de dados

O Grupo de Trabalho que analisou as decisões relacionadas à homologação de sentença arbitral estrangeira reuniu-se entre 01.08.2009 e 30.01.2010. O trabalho foi dividido em três etapas: (A) atualização do banco de dados¹⁶ e desenvolvimento da ficha de leitura¹⁷; (B) análise das decisões constantes no banco de dados após atualização e preenchimento das fichas de leitura; e (C) elaboração de gráficos e do relatório.

A. Atualização do banco de dados e desenvolvimento da ficha de leitura

Na primeira parte dos trabalhos, os pesquisadores elaboraram paralelamente uma ficha de leitura com os principais pontos a serem analisados nas decisões do STF e STJ sobre homologação de sentenças arbitrais estrangeiras e fizeram a atualização do banco de dados.

A ficha de leitura foi discutida com todos os pesquisadores e testada por todos os pesquisadores inicialmente com a análise da Sentença Estrangeira Contestada (“*SEC*”) n. 5.206-7 - Reino da Espanha. A ficha de leitura foi aperfeiçoada durante o início da etapa de análise das decisões tabuladas, possibilitando a identificação dos principais pontos relacionados ao tema da homologação de sentenças arbitrais estrangeiras. O caso era identificado no início de cada ficha, já com indicação do(s) subtema(s) analisado(s) na decisão. As fichas de leitura eram divididas em 7 itens: I. Informações gerais; II. Questões Preliminares; III. Decisão e motivação; IV. Questões incidentais; V. Outras Informações; VI. Indexação e correlação com os demais grupos; e VII. Conclusões e observações¹⁸. Optou-se inicialmente por manter uma ficha de leitura extensa, com perguntas que possibilitassem respostas sim/não e permitissem a elaboração de gráficos quantitativos.

A ficha de leitura foi elaborada apenas com os dados constantes nos acórdãos analisados.

O trabalho de atualização do banco de dados envolveu a busca no site do STJ com base nos critérios supra mencionados e a leitura das decisões encontradas para verificar se tratavam de questões relacionadas à arbitragem. Foram identificadas 6 (seis) Sentenças Estrangeiras Contestadas¹⁹. Após a análise desses casos pelos

¹⁶ Vide Banco de dados final dos casos analisado constante no Anexo VI (as decisões monocráticas não constam no banco de dados).

¹⁷ Vide modelo de ficha de leitura no Anexo I.

¹⁸ Ficha de leitura final constitui o Anexo I.

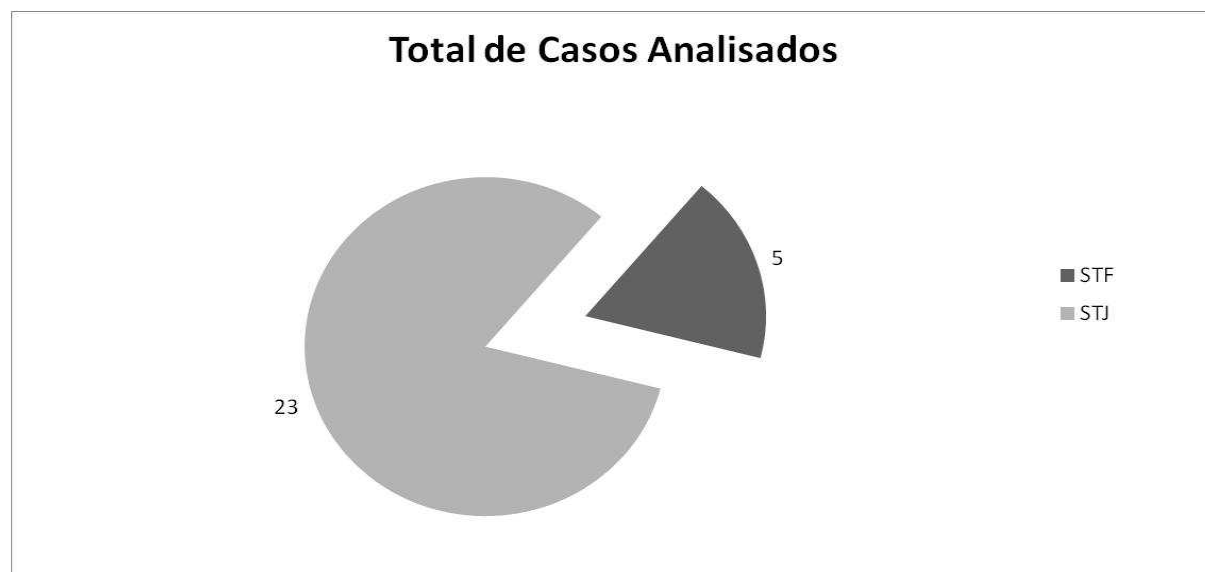
¹⁹ São as seguintes decisões: **1)** STJ, SEC n. 2.517 (*Raymond Neilson v. Arthur Godin*), Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 19.10.2007, DJ de 21.02.2008; **2)** STJ, SEC n. 1.302 (*Samsung v. Carbografite*), Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 18.06.2008, DJ de 06.10.2008; **3)** STJ, SEC n. 894

pesquisadores, decidiu-se por excluir a SEC n. 2.517 do banco de dados por se tratar de decisão judicial proferida pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos, Distrito da Califórnia²⁰.

Além disso, como na primeira fase da pesquisa não foram consideradas as decisões monocráticas, realizamos uma busca por palavras-chave, seguindo o mesmo critério mencionado acima. Foram identificadas 383 decisões monocráticas. Dessas decisões monocráticas foi feita uma primeira triagem que resultou na exclusão de todas as decisões que não eram relacionadas à Lei de Arbitragem, obtendo-se um total de 28 decisões que tratavam de arbitragem que foram devidamente analisadas. Dessas 28 decisões (i) foram desconsideradas todas aquelas que tratavam de questões meramente administrativas ou processuais; e (ii) as decisões monocráticas relativas aos embargos foram relacionadas às Sentenças Estrangeiras Contestadas (“**SECs**”) já tabuladas.

Ressalte-se que o grupo optou por não analisar os Embargos Declaratórios às SECs e os eventuais recursos extraordinários individualmente, em ficha de leitura específica. Preferiu-se criar um item na ficha de leitura das respectivas SECs para os eventuais embargos ou recursos. Os recursos e embargos relevantes serão examinados nesse relatório de acordo com a matéria arbitral abordada no item que lhe for correspondente.

No total foram analisados 28 casos, sendo 5 do STF e 23 do STJ, somando ao todo 42 decisões, distribuídas conforme os gráficos abaixo.

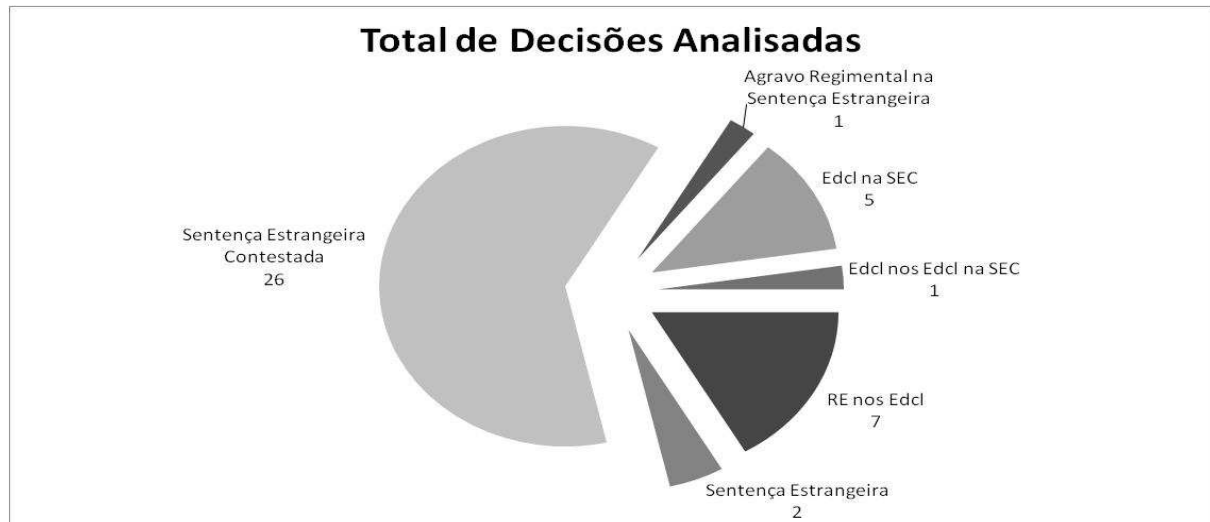


Observa-se que essa divisão por corte decorre da transferência de competência do STF para o STJ, como juízo para a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras,

[*UEG v. Multipole*], Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008; **4**) STJ, SEC 3.660 [*Devcot v. Ari Giongo*], Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009; **5**) STJ, SEC 3661 [*Plexus v. Ari Giongo*], Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009; e **6**) STJ, SEC n. 978 [*Indutech v. Agocentro*], Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

²⁰ STJ, SEC n. 2.517, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 19.10.2007, DJ de 21.02.2008.

com a entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004 (“**Emenda Constitucional n. 45**”).



B. Análise das decisões tabuladas e preenchimento das fichas de leitura

As decisões foram divididas entre os pesquisadores que analisavam os acórdãos e preparavam as fichas de leitura correspondentes. O grupo de trabalho encontrava-se quinzenalmente para discutir as fichas e esclarecer dúvidas relativas às decisões analisadas. Cada decisão era analisada por no mínimo 2 pesquisadores: o primeiro relatava a decisão (“relator”) e o segundo revisava e complementava as informações (“revisor”). O revisor também era responsável por buscar informações nos sites do STF e STJ sobre a existência de recursos relacionados à decisão em análise. Apenas os recursos que efetivamente tratavam de questões relacionadas à matéria arbitral foram analisados e mencionados nas fichas de leitura para serem abordados no relatório.

C. Metodologia para elaboração do relatório

Com base nas fichas de leitura, definiram-se os tópicos a serem tratados no relatório. Optou-se por seguir a estrutura adotada nas fichas de leitura e dividir o relatório em questões processuais (II) e questões que tratam especificamente da homologação das sentenças arbitrais estrangeiras (III). O grupo tratou brevemente de outras questões incidentais abordadas nas decisões analisadas (IV). Por fim, o grupo analisou detalhadamente as 6 sentenças estrangeiras que tiveram sua homologação indeferida (V).

Partindo-se da estrutura do relatório, os pesquisadores responsáveis por cada ficha de leitura indicaram na estrutura do relatório o número das SECs correspondente a cada item. Após, dividiu-se os itens entre os pesquisadores para a elaboração da primeira minuta do relatório. Em seguida, o relatório foi discutido e revisado pelo grupo.

1.5 Critérios para definição da tecnicidade da decisão

O critério adotado para a classificação de uma decisão como técnica ou atécnica foi a observância da Lei n. 9.307/96. Foram consideradas técnicas todas as decisões que se fundamentaram nos artigos da Lei de Arbitragem. Foram consideradas atécnicas decisões que desconsideraram os dispositivos da Lei de Arbitragem ao decidir sobre a homologação de sentença arbitral estrangeira. No decorrer dos trabalhos, demonstrou-se necessária a adoção de um critério intermediário, nos quais, embora a decisão fosse fundamentada na Lei de Arbitragem, o art. e/ou inciso utilizado não foi o mais adequado. Nessas situações, a decisão foi classificada como “técnica, em termos.”

1.6 Nota sobre a Convenção de Nova Iorque

A Convenção das Nações Unidas sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 10.06.1958 (“Convenção de Nova Iorque”) foi ratificada pelo Brasil em 23.07.2002 pelo Decreto n. 4.311 de 23.07.2002²¹. Após essa data, 23 pedidos de homologação de sentença estrangeira foram julgados pelo STF e STJ. Das decisões proferidas incluindo os recursos, apenas 8 mencionaram a Convenção de Nova Iorque²².

Embora o grupo de trabalho entenda que após a ratificação da Convenção de Nova Iorque a fundamentação das decisões de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras devessem fundamentar-se na Convenção de Nova Iorque, optou-se por não utilizar a fundamentação na Convenção de Nova Iorque como critério de tecnicidade. Tal posicionamento foi adotado em decorrência da semelhança entre os dispositivos dos artigos (“arts.”) 38 e 39 da Lei 9.307/96 e o art. V da Convenção de Nova Iorque.

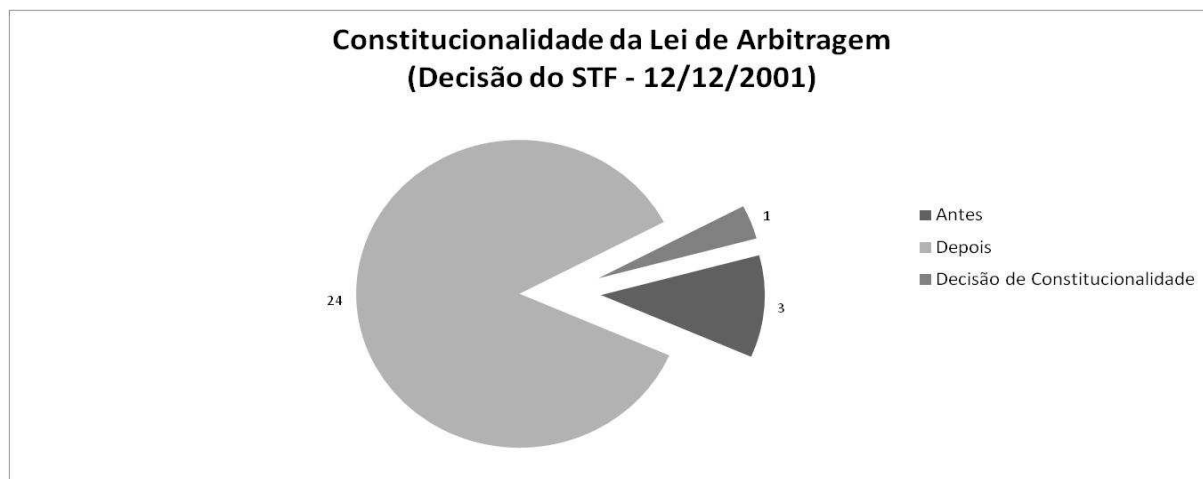
1.7 Considerações preliminares às decisões analisadas

Verificou-se na presente pesquisa sobre homologação de sentenças arbitrais estrangeiras que antes do julgamento que examinou a constitucionalidade da Lei de Arbitragem, em 12.12.2001, apenas 3 (quatro) pedidos de homologação haviam sido julgados. Salientou-se que a constitucionalidade da Lei de Arbitragem foi analisada como questão incidental do pedido de homologação de uma sentença estrangeira (SEC 5.206-7)²³.

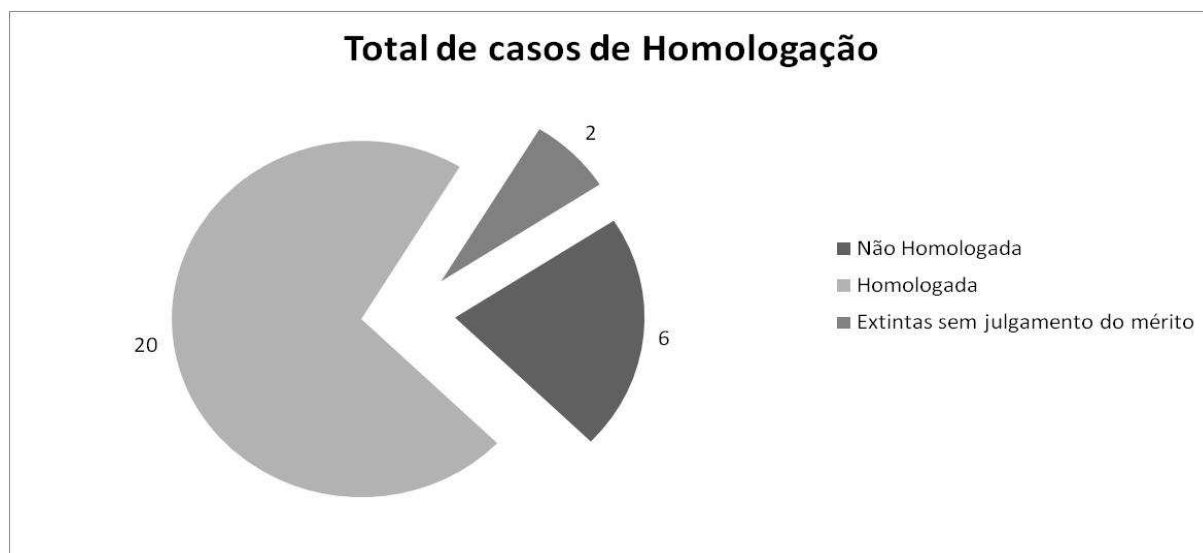
²¹ Promulgado pelo Decreto n. 4.311, de 23.07.2002, publicado no Diário Oficial de 24.07.2002. Disponível no site <http://www.glin.gov/view.action?glinID=82114>.

²² São os seguintes: **1)** STJ, SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil União*), Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005; **2)** STJ, EDcl na SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil União*), Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 03.08.2005, DJ de 28.08.2005; **3)** EDcl nos EDcl na SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 04.12.2006; **4)** STJ, EDcl n. 507 (*Grain v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 06.12.2006, DJ de 05.02.2007; **5)** STJ, EDcl na SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007; **6)** STJ, EDcl na SEC n. 611 (*First Brands v. STJ*), Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 18.04.2007, DJ de 07.05.2007; **7)** STJ, SEC n. 831 (*Spie v. Inepar*), Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007; e **8)** STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Algocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

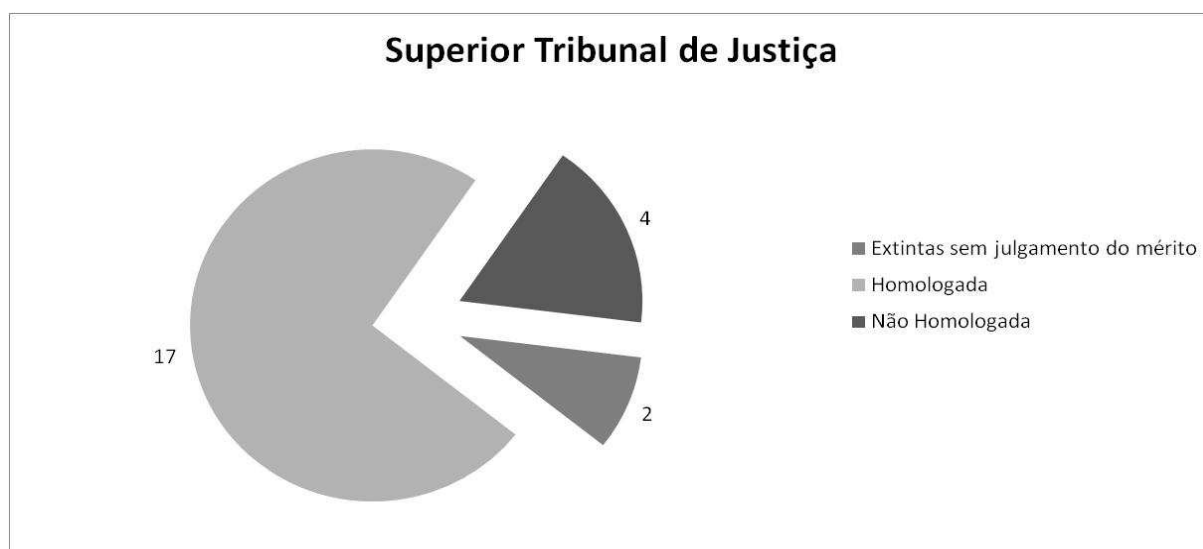
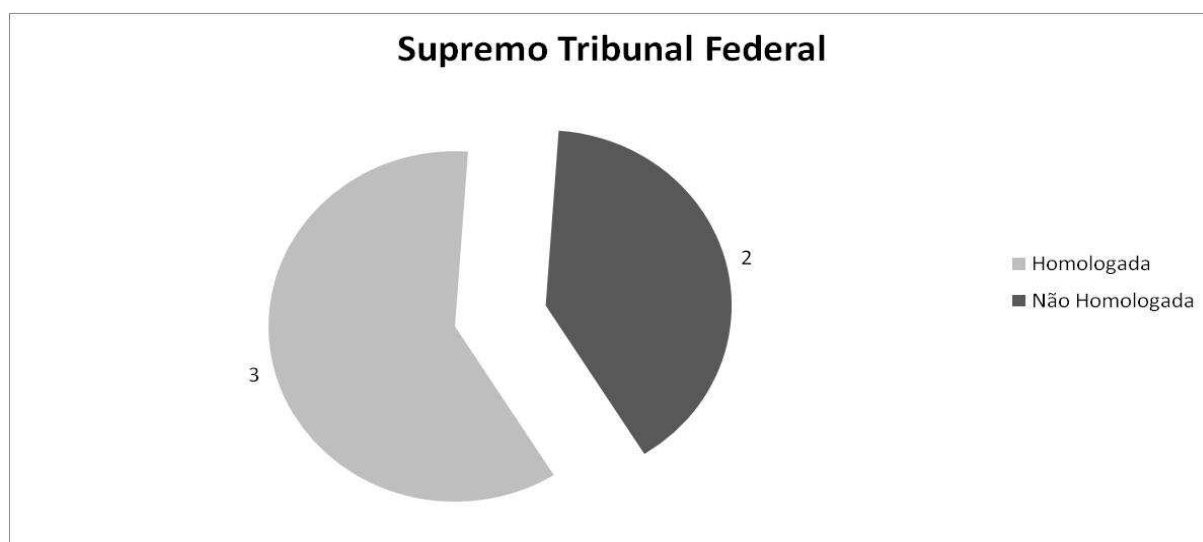
²³ Vide comentário abaixo no item 5.1.



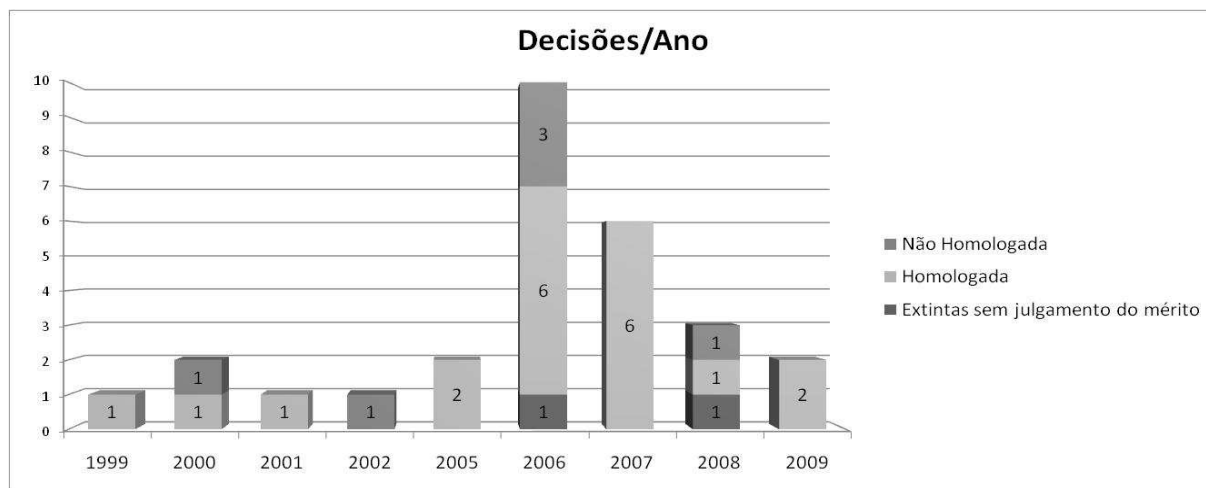
Conforme será examinado adiante, dos 28 casos analisados, constatou-se que foram homologadas 20 sentenças arbitrais estrangeiras, não foram homologadas 6 e 2 casos foram extintos sem julgamento de mérito:



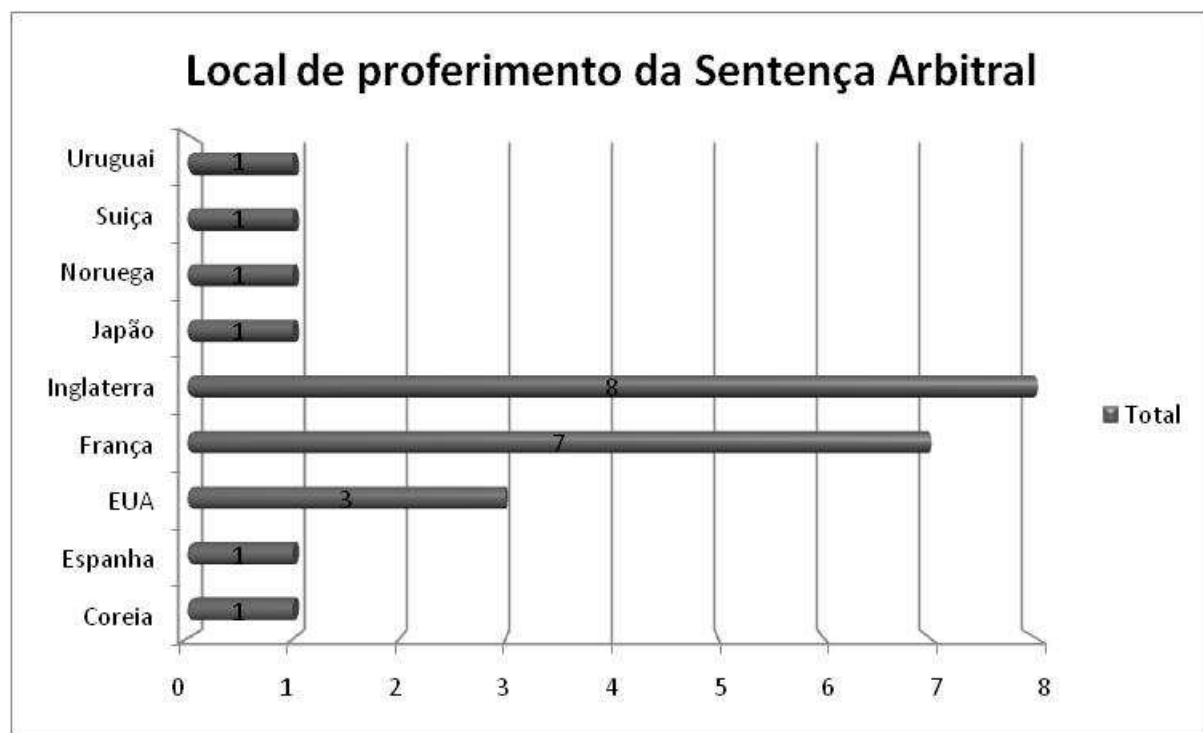
No STF, das 5 sentenças arbitrais estrangeiras analisadas, 3 foram homologadas e 2 não-homologadas. Já no STJ verificou-se que 17 sentenças arbitrais estrangeiras foram homologadas, 4 tiveram o pedido de homologação denegados e 2 foram extintas sem julgamento de mérito.



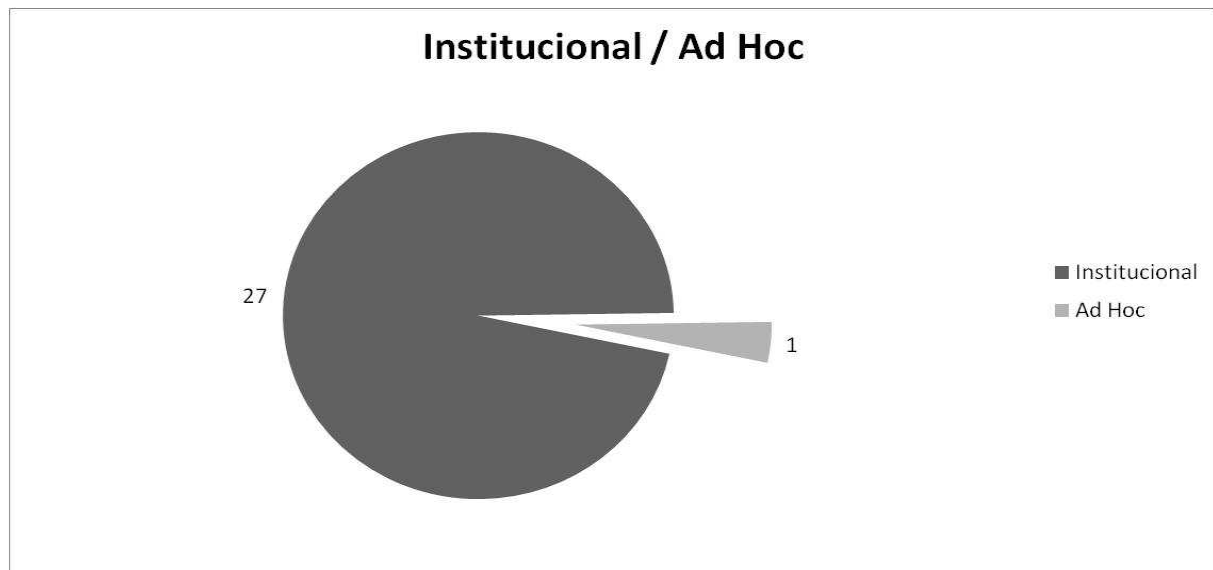
A pesquisa abrangeu o período de 23.11.1996 a 31.07.2009. Nesse período, verificou-se um maior número de casos em 2006 e 2007, após a transferência de competência do STF para o STJ em 31.12.2004. Note-se que nenhum caso foi julgado nos anos de 2003 e 2004, anos imediatamente anterior e posterior à alteração da competência do STF para o STJ.



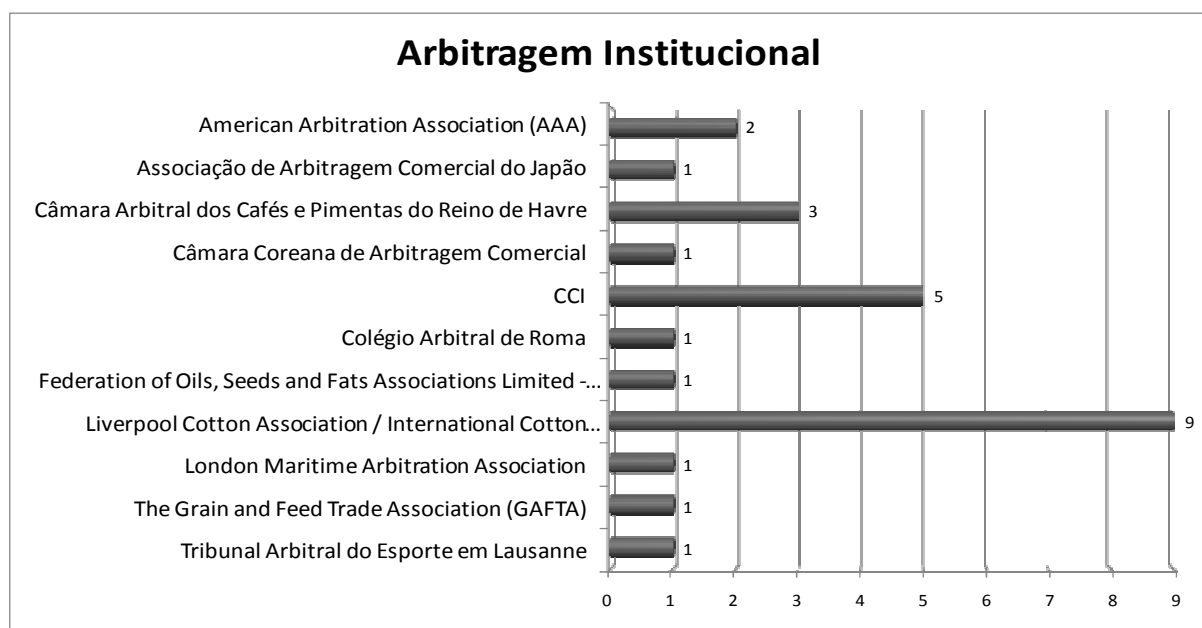
Embora um grande número de acórdãos não mencione o local de proferimento da sentença arbitral, constate-se que a maioria das sentenças arbitrais estrangeiras tem origem nos seguintes países:



A maioria das sentenças arbitrais estrangeiras decorre de arbitragens institucionais:



Dentre as sentenças arbitrais estrangeiras provenientes de arbitragens institucionais, as câmaras de arbitragem mais utilizadas são:

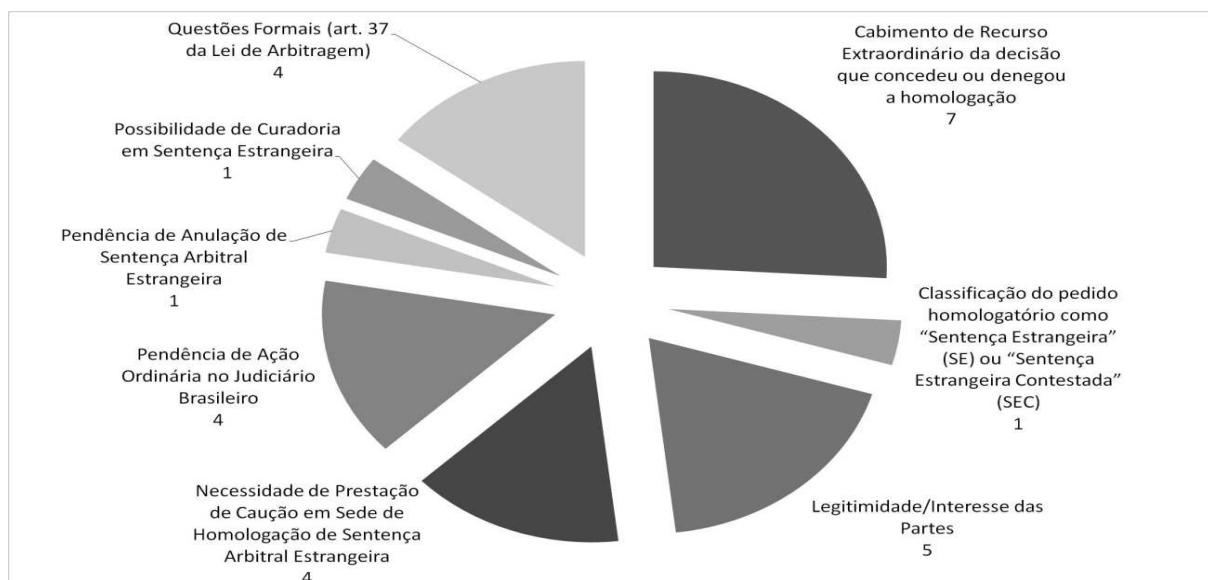


Conforme supra mencionado, a seguir serão analisados detalhadamente os acórdãos que tratam sobre questões processuais (2) e aqueles que tratam sobre questões relacionadas à homologação de sentença arbitral estrangeira, em especial aos requisitos dos arts. 39 e 39 da Lei de Arbitragem (3). Após, serão abordadas outras questões incidentais relevantes (4) e, por fim, examinados individualmente os 6 acórdãos que denegaram a homologação de sentença arbitral estrangeira (5). O item 6 trará as conclusões da pesquisa.

2 Acórdãos que tratam de questões processuais

Durante a análise dos acórdãos que tratavam da questão da homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, verificou-se a importância e recorrência de uma série de questões processuais que podem impactar no resultado do julgado, as quais serão analisadas no presente item.

Inicialmente, analisar-se-ão as questões formais previstas no art. 37 da Lei de Arbitragem²⁴, bem como no Regimento Interno do STF²⁵ e na Resolução do STJ n. 9/2005 (“**Res. n. 9/2005**”)²⁶. Após, serão analisadas a necessidade de prestação de caução, a apresentação de contestação e classificação do caso como Sentença Estrangeira (“**SE**”) ou SEC e a legitimidade e interesse das partes nos pedidos em sede de homologação. Analisar-se-ão, ainda, o impacto da pendência da ação ordinária no judiciário sobre a matéria objeto da sentença arbitral estrangeira e a pendência de ação de anulação desta sentença arbitral. Por fim, será abordado o cabimento de Recurso Extraordinário e a possibilidade de curadoria.



²⁴ “Art. 37. A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida pela parte interessada, devendo a petição inicial conter as indicações da lei processual, conforme o art. 282 do Código de Processo Civil, e ser instruída, necessariamente, com: I - o original da sentença arbitral ou uma cópia devidamente certificada, autenticada pelo consulado brasileiro e acompanhada de tradução oficial; II - o original da convenção de arbitragem ou cópia devidamente certificada, acompanhada de tradução oficial.”

²⁵ “Art. 217. Constituem-se requisitos indispensáveis à homologação da sentença estrangeira:

I – haver sido proferida por juiz competente;

II – terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

III – ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias à execução no lugar em que foi proferida;

IV – estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução oficial.

²⁶ A Res. n. 9/2005 está disponível em:

<http://www.stj.jus.br/SCON/legislacao/doc.jsp?numero=%229%22&norma=%27RES%27&&b=LEGI&p=true&t=&l=20&i=1>

“Art. 5.º Constituem requisitos indispensáveis à homologação de sentenças estrangeiras;

I – haver sido proferida por autoridade competente;

II – terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

III – ter transitado em julgado; e

IV – estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução por tradutor oficial ou juramentado no Brasil.”

2.1 Questões formais (art. 37 da Lei de Arbitragem)

A Lei de Arbitragem estabelece em seu art. 37 os requisitos de forma concernentes ao pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira. Além de observar o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil²⁷, a petição inicial do pedido de homologação deve trazer consigo a sentença arbitral e a convenção de arbitragem devidamente certificadas e autenticadas, de acordo com as especificidades dos incisos I e II do art. 37.

Vale mencionar que, em alguns casos, a exigência de consularização da sentença arbitral prevista no inciso I do art. 37 é afastada tendo em vista a existência de tratados entre o Brasil e determinados países, a fim de reduzir a burocracia na certificação de documentos²⁸. Como exemplo, pode-se citar o Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Cooperação em Matéria Consular²⁹, celebrado pelo Brasil e França, em 31.01.1981, que é diversas vezes referenciado nas decisões analisadas na presente pesquisa.

Neste tópico foram selecionadas quatro decisões que fazem menção expressa à análise de critérios formais em sede de homologação de sentença estrangeira. O primeiro caso é *Tremond v. Metaltubos*³⁰, no qual o STJ ressalta os limites do juízo de delibação, que deve ser adstrito a questões formais, não alcançando o mérito da decisão homologanda. Neste sentido, o acórdão constata a presença de todos os requisitos formais indispensáveis à homologação, dentre eles a autenticação e tradução juramentada de toda a documentação apresentada.

O segundo precedente é o caso *Bouvery v. Valex*³¹. Em sede de homologação, o Ministério Público Federal (“MPF”) proferiu parecer contrário ao reconhecimento da sentença estrangeira, tendo em vista a ausência da convenção arbitral original ou sua cópia autenticada no processo. No entanto, uma vez sanada a irregularidade pela parte interessada, o MPF manifestou-se favoravelmente à homologação, o que foi acolhido pelo STJ.

Em outros dois casos, discutiu-se a ausência do original ou cópia autenticada da convenção de arbitragem (art. 37, II da Lei de Arbitragem), juntamente com a questão da manifestação de vontade das partes para celebrar a convenção de arbitragem.

No caso *L’Aiglon v. Têxtil União*³², o MPF manifestou-se desfavoravelmente à homologação da sentença arbitral, tendo em vista que a petição inicial não estava instruída com o original ou cópia autenticada da convenção de arbitragem e não existia prova inequívoca da convenção de arbitragem. Entretanto, o STJ entendeu que a ausência da convenção de arbitragem era consequência da prática internacional desse tipo de contrato de compra e venda de algodão, devendo ser relevada diante da

²⁷ “Art. 282. A petição inicial indicará: I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida; II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido, com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - o requerimento para a citação do réu.”

²⁸ Para maiores informações sobre acordos de cooperação jurídica internacional, vide o site do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, www.mj.gov.br/drci.

²⁹ Disponível no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_115_2352.htm.

³⁰ STJ, SEC n. 760, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 19.06.2006, DJ de 28.08.2006.

³¹ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

³² STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

participação efetiva da requerida no procedimento arbitral, o que constitui prova inequívoca da aceitação da convenção de arbitragem.

Já no caso *Plexus v. Santana*³³, cujo pedido de homologação foi renovado perante o STJ, após ter sido denegado pelo STF, a requerente Plexus instruiu sua inicial, destacando que não havia julgado no processo anterior no STF os contratos em que havia expressamente a cláusula compromissória. Porém, o STJ afirmou em sua decisão que a questão relevante era a ausência da manifestação voluntária por escrito da parte requerida em aceitar a cláusula compromissória, seguindo a posição do STF sobre o julgamento do pedido.

Conclui-se que os requisitos de forma previstos pelo art. 37 da Lei de Arbitragem são exigidos pelos Tribunais ao analisarem a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras. No entanto, nenhuma das decisões estrangeiras analisadas teve sua homologação indeferida com base nesses critérios formais que, quando suscitados, foram prontamente atendidos pela parte interessada.

2.2 Necessidade de prestação de caução em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira

A necessidade de prestação de caução pela parte interessada na homologação de sentença arbitral estrangeira foi diversas vezes suscitada nos procedimentos analisados pela pesquisa, apesar da inexistência dessa exigência na legislação aplicável.

Quatro decisões coletadas merecem destaque quanto a este subitem.

No caso *Aiglon v. Teka*³⁴, a requerida Teka alegou que a inexistência de caução seria causa impeditiva da homologação da sentença arbitral, o que foi afastado pelo STF, afirmando desnecessidade da caução.

Também no caso *Tardivat v. B. Oliveira*³⁵, o STF reiterou a desnecessidade de prestação de caução em sede de homologação de sentença estrangeira, mencionando o precedente em sede de homologação de sentença judicial estrangeira SEC n. 3.407³⁶.

No caso *Elkem v. Conan*³⁷, a requerida argüiu que a requerente não havia prestado caução nos termos do art. 835 do Código de Processo Civil (“CPC”)³⁸. Entretanto o STF declarou que de acordo com o Regimento Interno do STF a caução não é requisito para a homologação de sentença arbitral estrangeira, citando também como precedente a SEC n. 3.407³⁹ e o caso mencionado no parágrafo anterior *Tardivat v. B. Oliveira*⁴⁰.

³³ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁴ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

³⁵ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

³⁶ STF, SEC n. 3.407, Rel. Min. Oscar Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 07.11.1984, DJ de 07.12.1984.

³⁷ STF, SEC n. 5.828, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

³⁸ “Art. 835. O autor, nacional ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou dele se ausentar na pendência da demanda, prestará, nas ações que intentar, caução suficiente às custas e honorários de advogado da parte contrária, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.”

³⁹ STF, SEC n. 3.407, Rel. Min. Oscar Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 07.11.1984, DJ de 07.12.1984.

⁴⁰ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

O STJ no caso *Grain v. Coopergrão e Oito*⁴¹ ressaltou a desnecessidade de prestação de caução pela parte estrangeira, com base no art. 483 do CPC⁴² e na Res. n. 9/2005⁴³, que não possuem essa exigência.

Apesar da insistência de algumas partes em arguir a necessidade de caução, constatou-se que a jurisprudência pátria é uníssona no sentido de não a exigir, tendo em vista a ausência desse requisito nos dispositivos legais aplicáveis à homologação de sentença arbitral estrangeira.

2.3 Classificação do pedido homologatório como “Sentença Estrangeira” (SE) ou “Sentença Estrangeira Contestada” (SEC)

A classificação das decisões no sistema de busca do STF/STJ em “sentença estrangeira” (“**SE**”) ou “sentença estrangeira contestada” (“**SEC**”) depende da interposição ou não de contestação.

Sobre esse aspecto, o caso *Nahuelsat v. Embratel*⁴⁴ merece ser comentado. Trata-se de sentença arbitral prolatada sob os auspícios da Câmara de Comércio Internacional (“**CCI**”), por árbitros brasileiros em procedimento transcorrido na cidade de São Paulo. Oportunamente, a Embratel solicitou que constasse da sentença a cidade de Paris como local da assinatura da sentença arbitral. Como foi desatendida, recorreu à Corte Internacional de Arbitragem da CCI, que decidiu que o laudo deveria ser formalmente emitido em Paris. Uma vez proferida, as assinaturas dos árbitros brasileiros foram reconhecidas por tabeliães em São Paulo. Em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira, a parte requerida, Embratel, suscitou que o reconhecimento da assinatura dos árbitros por tabeliães brasileiros retiraria o caráter internacional da sentença, porém sem contestar a homologação do laudo. No entanto, o Relator do caso, Ministro Maurício Corrêa, entendeu o pleito da Embratel como contestação e reclassificou a ordem processual para SEC⁴⁵, determinando sua redistribuição. Uma vez promulgada a Emenda Constitucional n. 45, o processo de homologação foi enviado ao STJ, sendo inicialmente classificado como SEC. Contudo, tendo em vista o posterior acordo entre as partes, evidenciando-se assim a inexistência de resistência à homologação, o processo foi reclassificado como SE, sendo homologada a sentença arbitral.

Com efeito, a Embratel suscitou a irregularidade da sentença arbitral, temendo que fosse considerada nacional⁴⁶. Porém, o fato de não haver impugnado sua

⁴¹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴² “Art. 483. A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal. Parágrafo único. A homologação obedecerá ao que dispuser o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.”

⁴³ Vide *supra* nota 26.

⁴⁴ STF, SE n. 7.595, Rel. Min. Maurício Corrêa, Decisão Monocrática do Min. Presidente, julgada em 12.08.2003 DJ de 27.08.2003; STJ, SE n. 1305, Rel. Min. Barros Monteiro, Presidência, julgada em 17.12.2007, DJ de 07.02.2008. A respeito, ver comentários de Arnaldo Wald à SE n. 7.595, In Revista de Arbitragem e Mediação, ano 1, n.1, janeiro-abril 2004, pp. 201-4.

⁴⁵ Nas palavras do Relator: “Nitidamente foi oferecida resistência à pretensão da empresa requerente, ainda que sob fundamento de requisito formal”. Revista de Arbitragem e Mediação, ano 1, n.1, janeiro-abril 2004, p. 203.

⁴⁶ A Lei de Arbitragem brasileira adota o critério territorial como indicador da nacionalidade da sentença, nos termos do parágrafo único, do art. 34: “Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei. Parágrafo único. **Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional.**” (destaques acrescentados).

homologação, não deveria ter alterado a classificação do pedido homologatório de SE para SEC, tanto que, ao final, o processo foi re-classificado como SE quando, voluntariamente, as partes aceitaram a homologação da sentença arbitral estrangeira. Note-se, por último, que, em havendo contestação ao pedido de homologação, o processo será distribuído para julgamento da Corte Especial, cabendo ao Relator os demais atos relativos ao andamento e à instrução do processo (art. 9, §1º da Res. 9/2005).

2.4 Legitimidade e interesse das partes no pedido de homologação

Conforme o disposto no caput do art. 37 da Lei n. 9.307/96⁴⁷ e do art. 3º da Res. n. 9/2005 “a homologação de sentença arbitral estrangeira pode ser requerida pela parte interessada”⁴⁸. Portanto, a lei prevê que a parte interessada é aquela com legitimidade ativa para propor a homologação de sentença arbitral estrangeira. Na ausência de definição expressa da parte para figurar no procedimento de homologação pela Lei de Arbitragem, veja-se que o art. 3º do CPC estabelece, como critério para a configuração de partes no processo, que “para propor ou contestar uma ação é necessário ter interesse ou legitimidade”⁴⁹. Isto é, exige-se interesse e legitimidade da parte para figurar no pólo ativo e passivo do processo de homologação.

Verificaram-se cinco casos julgados pelo STJ em que a questão da legitimidade ou interesse das partes para requerer ou contestar a homologação de sentença arbitral estrangeira foi suscitada.

O caso *Samsung v. Carbografite*⁵⁰ trata de homologação de sentença arbitral, proferida na Coréia entre empresa brasileira, Carbografite, e coreana, Samsung Aerospace, esta última, porém, requerente no STJ através da subsidiária brasileira da empresa coreana, Samsung Eletrônica da Amazônia, que não foi parte no procedimento arbitral. Nesse caso, entendeu-se que a Samsung Eletrônica da Amazônia tinha interesse na homologação da referida sentença arbitral, dado que essa decisão poderia ser útil ao julgamento da ação de indenização movida contra ela pela requerida, Carbografite, perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis. Ademais, o STJ declarou que “qualquer pessoa interessada tem legitimidade para requerer a homologação de sentença estrangeira”⁵¹.

Já o caso *Spie v. Inepar*⁵² abordou a questão da legitimidade passiva em razão de cessão contratual e incorporação da subsidiária, que celebrou o contrato de consórcio, objeto da arbitragem. Nesse caso, a homologação da sentença arbitral estrangeira foi proposta por Spie contra Inepar - empresa que sucedeu por incorporação sua subsidiária, Sade Vigesa Industria e Serviços S/A (“SVIS”), cessionária que assumiu todos os direitos e obrigações da Sade Vigesa S/A, posteriormente S/V Engenharia S/A (“SVE”). A SVE foi contraparte da Spie em consórcio firmado com a Ethiopian Electric Light & Power Authority para o

⁴⁷ Lei n. 9.307/96, art. 37: “A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida pela parte interessada, [...]”.

⁴⁸ Art. 3º da Res. n. 9/2005.

⁴⁹ CPC, art. 3º: “Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade”.

⁵⁰ STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 18.06.2008, DJ de 06.10.2008.

⁵¹ STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 18.06.2008, DJ de 06.10.2008, p. 40.

⁵² STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

fornecimento, construção e instalação de linha de transmissão de energia na Etiópia. Devido à cessão contratual e à incorporação, a Inepar passou a figurar no pólo passivo do procedimento arbitral, inclusive firmando a Ata de Missão, prevista no art. 18 do Regulamento de Arbitragem CCI. Ressalte-se que o tribunal arbitral já havia analisado a legitimidade da Inepar para figurar como parte no procedimento arbitral. Nesses termos, o STJ acolheu a legitimidade da Inepar tanto no procedimento arbitral quanto no procedimento de homologação a ela submetido.

Nesse mesmo sentido, no caso *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*⁵³, o procedimento arbitral foi instaurado pela Litsa Linhas em face de SV Engenharia, Inepar, Sade Vigesa Industrial e Serviços S/A. (SVIS) e Sade Vigesa Montajes S/A. No entanto, as duas últimas empresas foram incorporadas pela Inepar, permanecendo, então, no pólo passivo da arbitragem apenas Inepar e SV Engenharia. Em sede de homologação, a requerida SV Engenharia alegou que a Inepar não teria assumido as obrigações e os direitos das empresas incorporadas. Contudo, o STJ adotou a fundamentação do MPF para afastar essa alegação, entendendo que a “posição assumida pela Inepar ao incorporar a SVIS teve reflexos em relação aos contratos e, por conseguinte, no juízo arbitral, no que diz respeito à transmissão da cláusula arbitral, bem como nas demais obrigações e aos créditos a ela devidos”⁵⁴. Segundo o STJ, o resultado da incorporação não é apenas a substituição de uma parte, mas a transmissão de todos os direitos e obrigações da incorporada à incorporadora. Também o Ministro Luiz Fux, seguindo essa fundamentação, esclareceu que a cláusula compromissória foi celebrada pelos antecessores da empresa que ora figura no pólo passivo do processo de homologação, vez que houve a incorporação da empresa anterior. Assim, aplicou ao caso, ante à lacuna da lei, o art. 42 do CPC, dispondo que “a sentença proferida entre as partes originárias estende seus efeitos ao adquirente ou cessionário”⁵⁵.

O caso *Guidosimplex v. Cavenaghi*⁵⁶ trata de homologação de sentença arbitral postulada por empresa brasileira, Guidosimplex Drive Ltda., que não foi parte na arbitragem, porém detinha mandato especial outorgado ao Sr. Luciano D’Amicco para representar a empresa estrangeira em juízo. O STJ constatou a ilegitimidade da empresa brasileira para requerer a homologação de sentença arbitral estrangeira oriunda de arbitragem da qual não fez parte e determinou a citação da empresa italiana, Guidosimplex S.N.C. di Giancarlo Venturini, a fim de que fosse sanada a irregularidade e emendada a inicial para constar o nome da empresa italiana. Uma vez corrigido o defeito, foi afastada a tese de ilegitimidade suscitada e a homologação foi deferida.

Entretanto, no caso *Gottwald v. Rodrimar*⁵⁷, o STJ, extinguiu o processo sem resolução do mérito, tendo em vista a ilegitimidade ativa da requerente. Nesse caso, o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira foi proposto por Gottwald, alegando ser cessionária de Mannesmann Dematic AG nos créditos advindos da sentença arbitral, que condenou a Rodrimar a pagar à Mannesmann a quantia de EUR 510.078,90. O STJ extinguiu o feito, primeiro, por não haver qualquer menção à

⁵³ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁵⁴ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008, p. 8.

⁵⁵ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008, p. 13.

⁵⁶ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

⁵⁷ STJ, SEC n. 968, Rel. Min. Félix Fischer, Corte Especial, julgado em 30.06.2006, DJ de 25.09.2006.

requerente como parte ou interessada no procedimento arbitral; segundo, pois, para verificar a legitimidade da requerente, seria “imprescindível a análise do contrato de cessão firmado entre esta e a parte vencedora na arbitragem, o que é vedado em sede de homologação de sentença estrangeira”. Ademais, ressalta que não compete ao Poder Judiciário brasileiro conferir eficácia a contrato de cessão firmado por empresas estrangeiras, como pretendia a requerente. Portanto, diante da impossibilidade de examinar a validade da cessão de crédito entre Gottwald e Mannesmann, que teria cedido os valores da sentença arbitral à Gottwald, foi extinto o processo sem julgamento de mérito.

No entanto, como o caso *Gottwald v. Rodrimar* foi extinto sem julgamento de mérito, fazendo apenas coisa julgada formal, novo pedido homologatório foi apresentado sobre o mesmo caso. Conforme mencionado no caso *Gottwald v. Rodrimar*, o titular do crédito da sentença arbitral era a Mannesmann Dematic AG, que o cedeu à Gottwald⁵⁸.

Em suma, dentre as cinco decisões que examinaram a legitimidade ou o interesse das partes para figurarem como requerente ou requerida no processo de homologação de sentença arbitral estrangeira, em apenas uma o STJ entendeu que a parte não tinha interesse ou legitimidade para postular a homologação.

A legitimidade ou interesse de agir no processo de homologação decorre da prova de que (i) a parte participou no procedimento arbitral, ainda que como sociedade que sucedeu por incorporação aquela que foi parte na arbitragem (*Spie v. Inepar*; *Litsa Líneas v. SV Engenharia e Inepar*); ou (ii) o terceiro que não participou da arbitragem tem interesse no resultado do procedimento de homologação (*Samsung v. Carbografite*). O STJ pode ainda chamar as partes a regularizar os pólos da ação, quando identificar que outra parte teria legitimidade para figurar no referido procedimento (*Guidosimplex v. Cavenagh*). Porém, caso seja necessária a análise do mérito da sentença arbitral ou do contrato em que a parte se baseia para pleitear a homologação a fim de se apurar a legitimidade ou interesse da parte no procedimento de homologação, o STJ entende que tal exame extrapola sua competência enquanto juízo de delibação, culminando no indeferimento do pedido de homologação por falta de legitimidade da parte (*Gottwald v. Rodrimar*).

2.5 Pendência de ação ordinária no judiciário

A existência de demanda sobre o mesmo objeto pendente de julgamento no judiciário brasileiro foi trazida aos Tribunais Superiores como argumento para obstar o deferimento da homologação da sentença arbitral estrangeira.

Embora não tenha sido objeto de uma decisão final sobre a questão da homologação da sentença arbitral estrangeira em razão da celebração de acordo entre as partes, o caso *Ecom v. Têxtil Pé da Serra*⁵⁹ merece destaque. A Ecom requereu a homologação de sentença arbitral proferida na Inglaterra e a requerida, Têxtil Pé da Serra, alegou, entre outros, a existência de ação perante o foro de

⁵⁸ Note-se que a mesma sentença arbitral foi novamente apresentada para homologação, desta vez pela Atec Mannesman, sucessora Mannesmann Dematic AG por incorporação, e foi homologada em decisão prolatada em 19.08.2009, após a data de corte metodológico estabelecida nesta pesquisa e, portanto, que ficou fora do escopo deste relatório [STJ, SEC n. 3.035 (*Atec v. Rodrimar*), Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 19.08.2009, DJ de 31.08.2009].

⁵⁹ STJ, SEC n. 966, Rel. Min. Francisco Leitão, Decisão Monocrática, julgado em 03.10.2005, DJ de 03.10.2005.

Araripina em Pernambuco. A requerida arguiu que a pendência de recurso de apelação impediria a homologação da sentença arbitral estrangeira. O STJ entendeu por bem suspender a ação de homologação nos termos do art. 265, inc. IV, alínea “a” do CPC⁶⁰, concluindo que a sentença de mérito depende do julgamento de outra causa, ou de declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente. Em sede de recurso de agravo regimental, o Relator reafirmou a sua posição esclarecendo que, a despeito de o STF ter apreciado e indeferido o pedido de homologação em casos em que a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, o mais correto seria a suspensão do processo para evitar julgamentos contraditórios. Mais de dois anos após a suspensão da homologação, as partes celebraram um acordo e o processo foi extinto sem julgamento de mérito.

O caso que discute a possibilidade de homologação de sentença arbitral estrangeira na existência de demanda relacionada ao objeto da arbitragem pendente no judiciário Brasileiro com maior profundidade é o caso *Mitsubish v. Evadin*⁶¹. Mitsubish requereu a homologação de sentença arbitral proferida no Japão. Ao contestar o pedido, Evadin alegou que a existência de demanda no judiciário brasileiro deveria obstar a homologação. O relator afastou a preliminar de litispendência, entendendo que inexistente prejudicialidade entre o recurso especial que aguardava julgamento e o pedido de homologação. Ademais, afirmou que se houvesse prejudicialidade seria em relação à ação pendente de julgamento. A decisão em *Mitsubish v. Evadin* foi objeto de diversos votos de vista. Os votos do Ministro Luiz Fux e do Ministro Ari Pargendler destacaram a questão da litispendência. O Ministro Luiz Fux acrescentou a regra do art. 90 do CPC⁶², segundo a qual ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência. Consequentemente, afirmou que vale no Brasil a decisão que primeiro transitar em julgado seja a decisão nacional ou a decisão de homologação da decisão estrangeira. O Ministro Ari Pargendler abordou detalhadamente a questão da litispendência entre uma demanda pendente no judiciário brasileiro e o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira. O voto discorreu sobre a concorrência das jurisdições prevista no art. 90 do CPC e concluiu pela possibilidade da pendência de demandas concorrentes em jurisdições diversas. Após, o Ministro esclareceu que a ação de homologação é perfeitamente distinta de qualquer demanda pendente perante os tribunais pátrios (os pedidos e as causas de pedir não são as mesmas), não havendo litispendência entre essas demandas.

A decisão no caso *Samsung v. Carbografite*⁶³ seguiu o precedente de *Mitsubish v. Evadin*. Nesse caso, a existência de demanda pendente no judiciário brasileiro, na comarca de Petrópolis, Rio de Janeiro, além de não ter sido considerada um óbice à homologação, foi citada como evidência do interesse processual da requerida em ter a sentença arbitral estrangeira homologada. O STJ afirmou que a decisão

⁶⁰ “Art. 265. Suspende-se o processo: [...]

IV - quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente; [...].”

⁶¹ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.05.2007, DJ de 21.05.2007.

⁶² “Art. 90. A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.”

⁶³ STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 06.10.2008, DJ de 06.10.2008.

homologatória poderia ser útil para o julgamento da ação pendente contra a requerente no judiciário brasileiro.

Note-se que nos dois em que a litispendência foi analisada, a preliminar foi afastada e a decisão arbitral estrangeira homologada mesmo ante a existência de demanda pendente de julgamento no judiciário brasileiro. Entretanto, no caso *Ecom v. Têxtil Pé da Serra*⁶⁴ esse não foi o entendimento adotado, com a suspensão do procedimento em decorrência da litispendência e posterior extinção sem julgamento do mérito devido à celebração de acordo.

Em outros dois casos, embora não haja discussão de litispendência entre o pedido homologatória e um processo judicial, há menção à ação pendente no judiciário. No caso *Thales Geosolutions v. FARCO*⁶⁵, o MPF em sua manifestação informou sobre a existência de litígio entre as partes no foro do Rio de Janeiro e de mandado de segurança na Vara Federal de Niterói. Já no caso *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*⁶⁶, a requerida, SV Engenharia, alegou, dentre outros argumentos, a existência de ação judicial em trâmite no Uruguai para confirmar a validade da sentença arbitral no local em que foi proferida. Entretanto, o STJ entendeu não ser necessário o trânsito em julgado da referida decisão por desnecessidade da dupla homologação de sentenças arbitrais estrangeiras (ou duplo *exequatur*).

2.6 Pendência de ação de anulação da sentença arbitral estrangeira no judiciário Brasileiro

A pendência de ação de anulação de sentença arbitral perante o foro brasileiro em concomitância com ação de homologação de sentença estrangeira foi arguida como causa impeditiva da homologação pelas partes requeridas no caso *First Brands v. STP do Brasil*⁶⁷. First Brands trazia à homologação sentença arbitral proferida em Miami, Estados Unidos, sob os auspícios da Corte Internacional de Arbitragem da CCI. As requeridas alegaram que eventual homologação da sentença arbitral ofenderia a soberania nacional, visto que moviam ação anulatória contra a referida decisão perante a justiça brasileira. Primeiramente, o Ministro Relator João Otávio de Noronha afirmou que a legitimidade da propositura da ação anulatória seria resolvida pelo juízo em que tramitava essa ação conforme disposto no Decreto n. 4.311/2002, que promulgou a Convenção de Nova Iorque. Ademais, asseverou que tal ação não constituiria fato impeditivo à homologação, nem ofensa à soberania nacional, o que exigiria a existência de decisão pátria relativa às mesmas questões resolvidas pelo juízo arbitral.

O Ministro Carlos Alberto Menezes Direito seguiu o Relator, mas solicitou que a referência ao dispositivo da Lei de Arbitragem que prevê que, nos casos de anulação, a sentença determine que o tribunal profira nova decisão (art. 33, § 2º⁶⁸), fosse

⁶⁴ STJ, SEC n. 966, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 22.09.2005, DJ de 03.10.2005.

⁶⁵ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

⁶⁶ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁶⁷ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgada em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006.

⁶⁸ “Art. 33. A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a decretação da nulidade da sentença arbitral, nos casos previstos nesta Lei.
[...]

§ 2º A sentença que julgar procedente o pedido:

I - decretará a nulidade da sentença arbitral, nos casos do art. 32, incisos I, II, VI, VII e VIII;

II - determinará que o árbitro ou o tribunal arbitral profira novo laudo, nas demais hipóteses.”

retirada do acórdão. Ponderou que o dispositivo se refere a sentenças arbitrais proferidas no Brasil, não a sentenças arbitrais estrangeiras, porque nestas a nulidade é examinada em sede de homologação.

A Ministra Eliana Calmon, por sua vez, acompanhou o Relator, acrescentando que a consequência da procedência da ação anulatória seria determinar que a Corte Internacional de Arbitragem da CCI proferisse novo laudo arbitral⁶⁹, sem comentários adicionais.

Assim, manteve-se a referência ao art. 33, §2º na ementa do acórdão.

2.7 Cabimento de Recurso Extraordinário da decisão que concedeu ou denegou a homologação

O cabimento de recurso extraordinário contra o acórdão colegiado da ação de homologação de sentença arbitral estrangeira - incluindo o da decisão colegiada em embargos de declaração - foi colocado em questão após a transferência da competência para a apreciação do pedido de homologação de sentença estrangeira do STF para o STJ, por força da Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004. O art. 102, III, da Constituição Federal prevê as seguintes hipóteses de cabimento de recurso extraordinário: “*julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal*” (destaques acrescentados). O art. 268, II do Regimento Interno do STJ⁷⁰, na linha do que permite a Constituição Federal, prevê o recurso extraordinário ao STF das decisões do STJ, nos casos previstos no referido dispositivo constitucional.

A apreciação dos pressupostos de admissibilidade do recurso pelo juízo *a quo* é feita pelo Ministro Presidente⁷¹ ou pelo Ministro Vice-Presidente, por delegação do primeiro⁷². O Ministro Francisco Peçanha Martins, na qualidade de vice-presidente, teve algumas oportunidades de examinar o cabimento de recurso extraordinário⁷³.

⁶⁹ Nesse sentido foi o voto da Min. Eliana Calmon: “Como bem destacou o Ministro João Otávio de Noronha, a consequência da procedência da mencionada ação será determinar que a Corte Internacional de Arbitragem profira novo laudo arbitral” (STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgada em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006, p. 16).

⁷⁰ “Art. 268, II: Das decisões do Tribunal são cabíveis os seguintes recursos para o Supremo Tribunal Federal: (...) II – recurso extraordinário, nos casos previstos no art. 102, III, a, da Constituição;”

⁷¹ Regimento Interno do STF: “Art. 21, XIII, a: São atribuições do Presidente: (...) XIII – decidir: a) as petições de recursos para o Supremo Tribunal Federal, resolvendo os incidentes que se suscitarem;”

⁷² Regimento Interno do STF: “Art. 22, § 2º, I, a: Ao Vice-Presidente incumbe, ainda: I – por delegação do Presidente: a) decidir as petições de recursos para o Supremo Tribunal Federal, resolvendo os incidentes que se suscitarem;”

⁷³ Decidiu os seguintes casos: **1)** STJ, RE nos EDcl na SEC n. 856, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 08.11.2006, DJ de 17.11.2006 (Inadmissão); **2)** STJ, RE nos EDcl na SEC n. 874, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 11.06.2007, DJ de 15.08.2007 (Inadmissão); **3)** RE nos EDcl na SEC n. 611, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 25.09.2007, DJ de 28.09.2007 (deserto); **4)** STJ, RE nos EDcl na SEC n. 833, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 08.02.2008, DJ de 19.02.2008 (Inadmissão); e **5)** STJ, RE na SEC n. 1.210, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 07.02.2008, DJ de 15.02.2008 (Inadmissão).

Posteriormente, o Ministro Ari Pargendler assumiu a vice-presidência do STJ e também teve a oportunidade de manifestar-se sobre a questão⁷⁴.

Em um primeiro momento, o Ministro Francisco Peçanha Martins afirmou inexistir “qualquer previsão legal autorizadora de interposição de recurso extraordinário contra decisão colegiada proferida nas referidas classes processuais, o que autoriza o indeferimento do pedido”⁷⁵. Posteriormente, negou a admissibilidade em virtude de as partes estarem intentando reapreciação do pleito pelo STF, deixando consignado que esta não é instância revisora do STJ. Ademais, afirmou não estar demonstrada no recurso a repercussão geral da pretensão recursal, requisito do art. 543-A, *caput*, do CPC⁷⁶ (acrescido pela Lei n. 11.418 de 19.12.2006)⁷⁷. Em uma terceira oportunidade, justificou a inadmissão do seguimento do recurso extraordinário, pois o STJ não emite qualquer manifestação quanto ao mérito da questão⁷⁸. Em outra apreciação da admissibilidade do recurso extraordinário, o Ministro Peçanha Martins julgou deserto o recurso, nos termos do art. 511, *caput* do CPC⁷⁹, pois os recorrentes não atenderam à citação para complementação do preparo⁸⁰. Mais recentemente, o Ministro julgou pela inadmissão do recurso por ausência de prequestionamento da matéria constitucional suscitada (Súmula n. 282 do STF⁸¹). Ademais, transcreve entendimento do STF de que “as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando

⁷⁴ Decidiu os seguintes casos: **1)** STJ, RE nos EDcl na SEC n. 831, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Ari Pargendler, julgado em 29.09.2008, DJ de 06.10.08 (Admissão). No STF, o RE n. 595276, que sustentava violação aos arts. 1º, I, 5º, XXXV, XXXVI, e LIV, da Constituição Federal, foi julgado inadmissível pelo Min. Cezar Peluso por ausência dos requisitos do prequestionamento e da repercussão geral (j. 20.01.09, DJ 06.02.09). Posteriormente, foi negado provimento ao Agravo Regimental (j. 23.03.10, DJ 16.04.10). Em 07.06.10, o Min. Cezar Peluso declarou, por meio de despacho, que, diante do trânsito em julgado, não restava nada mais a decidir (DJ 15.06.10); e **2)** STJ, RE nos EDcl na SEC n. 978, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Ari Pargendler, julgado em 05.06.2009, DJ de 15.06.2009 (Inadmissão).

⁷⁵ STJ, RE nos EDcl na SEC n. 856, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 08.11.2006, DJ de 17.11.2006 (Inadmissão).

⁷⁶ “Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.”

⁷⁷ STJ, RE nos EDcl na SEC n. 874, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, 11.06.2007, DJ de 15.08.2007 (Inadmissão). Entretanto, foi interposto Agravo de Instrumento contra decisão que negou a admissão do RE (Ag RE n. 25.563). Em 26.09.07, o Min. Gilmar Mendes decidiu que o processo fosse enviado ao STF para melhor exame (AI n. 681901, DJ 11.10.07). Em 08.11.07, foi protocolado o RE que resta pendente de julgamento (RE n. 570499).

⁷⁸ “Consoante determina o art. 102, III, do Texto Constitucional, compete ao Supremo Tribunal Federal ‘julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância’. Na homologação da sentença estrangeira, cabe a esta Corte apenas a verificação dos requisitos elencados na Resolução do STJ n. 09, de 04 de maio de 2005, para que a decisão estrangeira surta os seus efeitos no território nacional. Não há que se falar, portanto, em julgamento da causa, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça não emite qualquer manifestação acerca do mérito da questão. Preenchidos os requisitos da Resolução n. 09, deve a Corte Especial homologar a sentença estrangeira” (grifos nossos). STJ, RE nos EDcl na SEC n. 833, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 08.02.2008, DJ de 19.02.2008 (Inadmissão).

⁷⁹ “Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.”

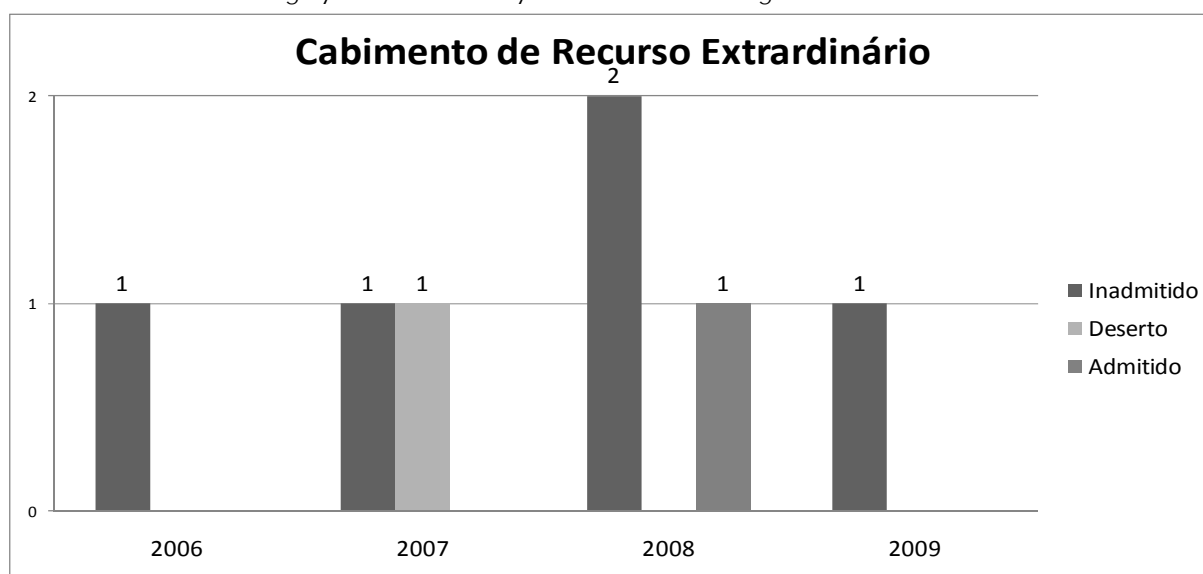
⁸⁰ RE nos EDcl na SEC n. 611, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 25.09.2007, DJ de 28.09.2007 (deserto).

⁸¹ “Sumula n. 282 do STF - Admissibilidade - Recurso Extraordinário - Questão Federal Suscitada - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.”

muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição”⁸², incidindo a Súmula n. 636⁸³ do STF⁸⁴.

Por sua vez, o Ministro Ari Pargendler, na posição de Ministro Vice-Presidente, teve oportunidade de admitir o recurso extraordinário em um caso de homologação de sentença arbitral estrangeira, considerando ser o recurso de repercussão geral e ter sido arguida a violação de dispositivos constitucionais⁸⁵. No entanto, em outra situação, diante de acórdão que indeferia a homologação de sentença estrangeira, o mesmo Ministro não deu seguimento ao recurso extraordinário por entender que as violações da Constituição Federal alegadas no recurso tinham natureza de ofensa meramente reflexa à Constituição, o que não permite o recurso extraordinário⁸⁶.

Em suma, não há ainda uma uniformidade de entendimento e de motivação quanto à admissibilidade de recurso extraordinário contra acórdão do STJ proferido em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira.



2.8 Possibilidade de curadoria em homologação de sentença estrangeira

Apesar de rara, a presença de curador especial em ação de homologação de sentença estrangeira pode ser verificada no caso *Subway v. HTP*⁸⁷. Tendo em vista o

⁸² Entendimento exposto no caso STF, AgRg no AG n. 541.361/PA citado no caso em análise do STJ (RE na SEC n. 1.210, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 07.02.2008, DJ de 15.02.2008).

⁸³ Súmula 636 do STF - Cabimento - Recurso Extraordinário - Contrariedade ao Princípio da Legalidade - Revisão da Interpretação Dada a Normas Infraconstitucionais pela Decisão Recorrida - Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.”

⁸⁴ STJ, RE na SEC n. 1.210, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins, julgado em 07.02.2008, DJ de 15.02.2008 (Inadmissão).

⁸⁵ STJ, RE nos EDcl na SEC n. 831, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Ari Pargendler, julgado em 29.09.2008, DJ de 06.10.08 (Admissão). No STF, o RE n. 595276, que sustentava violação aos arts. 1º, I, 5º, XXXV, XXXVI, e LIV, da Constituição Federal, foi julgado inadmissível pelo Min. Cezar Peluso por ausência dos requisitos do prequestionamento e da repercussão geral (j. 20.01.09, DJ 06.02.09). Posteriormente, foi negado provimento ao Agravo Regimental (j. 23.03.10, DJ 16.04.10). Em 07.06.10, o Min. Cezar Peluso declarou, por meio de despacho, que, diante do trânsito em julgado, não restava nada mais a decidir (DJ 15.06.10).

⁸⁶ STJ, RE nos EDcl na SEC n. 978, decisão monocrática do Min. Vice-Presidente Ari Pargendler, julgado em 05.06.2009, DJ de 15.06.2009 (Inadmissão).

⁸⁷ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. para o Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

não comparecimento da parte requerida ao processo de homologação, foi nomeado curador especial que teve participação ativa no feito, requerendo a juntada de documentos e arguindo a irregularidade de citação e dúvida quanto ao ato que se pretendia homologar. Ao final, foi outorgada a quantia de R\$ 1.000,00 a título de honorários ao curador.

3 Acórdãos que tratam dos requisitos dos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem para a homologação de sentença arbitral estrangeira

As razões que levariam ao indeferimento de um pedido de homologação de sentença estrangeira são delimitadas nos arts. 38⁸⁸ e 39⁸⁹ da Lei de Arbitragem. Contudo, na existência de tratados internacionais sobre o tema, o art. 34⁹⁰ da Lei de Arbitragem prevê que o reconhecimento e a execução da sentença estrangeira será em conformidade com o tratado internacional. Nesse sentido, a Convenção de Nova Iorque deveria prevalecer sobre a Lei de Arbitragem brasileira. Verifica-se que os arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem brasileira seguem o disposto no art. V(a) e (b) da Convenção de Nova Iorque⁹¹.

Destacam-se as seguintes questões suscitadas em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira: a validade da cláusula compromissória; a citação válida

⁸⁸ “Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que:

I - as partes na convenção de arbitragem eram incapazes;

II - a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida;

III - não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;

IV - a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem;

V - a instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;

VI - a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada.”

⁸⁹ “Art. 39. Também será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se o Supremo Tribunal Federal constatar que:

I - segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem;

II - a decisão ofende a ordem pública nacional.

Parágrafo único. Não será considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício do direito de defesa.”

⁹⁰ “Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei”.

⁹¹ “Artigo V

1 - O reconhecimento e a execução da sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que:

a) as partes do acordo a que se refere o Artigo II estavam, em conformidade com a lei a elas aplicável, de algum modo incapacitadas, ou que tal acordo não é válido nos termos da lei à qual as partes submeteram, ou na ausência de indicação sobre a matéria, nos termos da lei do país onde a sentença foi proferida; ou

b) a parte contra a qual a sentença é invocada não recebeu notificação apropriada acerca da designação do árbitro ou do processo de arbitragem, ou lhe foi impossível, por outras razões, apresentar seus argumentos; ou

c) a sentença se refere a uma divergência que não está prevista ou que não se enquadra nos termos da cláusula de submissão à arbitragem, ou contém decisões acerca de matérias que transcendem o alcance da cláusula de submissão, contanto que, se as decisões sobre matérias suscetíveis de arbitragem puderem ser separadas daquelas não suscetíveis, a parte da sentença que contém decisões sobre matérias suscetíveis possa ser reconhecida e executada; ou

d) a composição da autoridade arbitral ou procedimento arbitral não se deu em conformidade com o acordado pelas partes, ou, na ausência de tal acordo, não se deu em conformidade com a lei do país em que a arbitragem ocorreu; ou

e) a sentença ainda não se tornou obrigatória para as partes ou foi anulada ou suspensa por autoridade competente do país em que, ou conforme a lei do qual, a sentença tenha sido proferida.

2 - O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que:

a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de decisão mediante arbitragem; ou

b) no reconhecimento ou execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país.”

das partes para o procedimento arbitral; a arbitragem à revelia; a sentença arbitral proferida além dos limites da convenção; a fundamentação da sentença arbitral; a arbitrabilidade objetiva da matéria tratada na sentença arbitral objeto de homologação; e, por fim, a ordem pública.

3.1 Validade da cláusula compromissória

O art. 38, II⁹² da Lei de Arbitragem prevê como requisito ao deferimento da homologação a existência de cláusula compromissória válida. Da mesma maneira dispõe o art. V(II) da Convenção de Nova Iorque⁹³. A validade da cláusula compromissória esteve no cerne do debate para o deferimento ou não da homologação da sentença arbitral estrangeira em 12 (doze) casos⁹⁴, que serão analisados a seguir. Os principais questionamentos quanto à validade da cláusula foram:

- Necessidade de cláusula compromissória por escrito ou assinada⁹⁵;
- Invalidade da cláusula compromissória incorporada ao contrato por referência⁹⁶;
- Nulidade da convenção de arbitragem em razão de indução a erro com

⁹² “Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que:

II - a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida;”

⁹³ Artigo V (1) “O reconhecimento e a execução da sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que: a) as partes do acordo a que se refere o Artigo II estavam, em conformidade com a lei a elas aplicável, de algum modo incapazes, ou que tal acordo não é válido nos termos da lei à qual as partes submeteram, ou na ausência de indicação sobre a matéria, nos termos da lei do país onde a sentença foi proferida; ou [...]”.

⁹⁴ Os 12 casos são: **1)** STF, SEC 5.487 (*L’Aiglon v. Tekal*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999; **2)** STF, SEC n. 6.753 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002; **3)** STJ, SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil*), Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005; **4)** STJ, SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006; **5)** STJ, SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006; **6)** STJ, SEC n. 507 (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgada em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006; **7)** STJ, SEC n. 833 (*Subway v. HTP*), Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006; **8)** STJ, SEC n. 611 (*First Brands v. STP*), Min. Rel. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20.09.2006 (julgamento parcial) e 23.11.2006 (julgamento final), DJ de 11.12.2006; **9)** STJ, SEC n. 1.210 (*ICT v. Odil Pereira*), Min. Rel. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007; **10)** STJ, SEC n. 831 (*Spie v. INEPAR*), Min. Rel. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007; **11)** STJ, SEC n. 894 (*Litsa v. SN Engenharia*), Min. Rel. Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008; **12)** STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Agocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

⁹⁵ STF, SEC n. 6.753 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002; STJ, SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil*), Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005; STJ, SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006; STJ, SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006; e STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Agocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

⁹⁶ STF, SEC n. 6.753 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002; STJ, SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil*), Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005; e STJ, SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

- relação à pessoa⁹⁷;
- Necessidade de celebração de compromisso arbitral⁹⁸;
 - Invalidade da cláusula compromissória inserta em contrato de adesão⁹⁹;
 - Invalidade da cláusula compromissória em razão da cessão do contrato ou incorporação da contratante¹⁰⁰;
 - Invalidade da cláusula compromissória em decorrência da inconstitucionalidade do art. 7 da Lei de Arbitragem¹⁰¹.

Antes de analisar os casos nos quais houve argüição de invalidade da cláusula compromissória em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira, ressalta-se a importância do momento do questionamento da validade da cláusula compromissória. A não contestação da validade da cláusula compromissória perante o juízo arbitral pode gerar a sua aceitação tácita.

Aceitação tácita da arbitragem

Nos casos em que se verifica o comparecimento da parte ao processo arbitral, cabe a ela apresentar qualquer questionamento sobre a validade da cláusula compromissória ao tribunal arbitral, permitindo ao próprio tribunal arbitral apreciar a questão. Já no STF, verificou-se a possibilidade da aceitação tácita da cláusula compromissória¹⁰². Contudo, foi o STJ que teve oportunidade de firmar posicionamento sobre o tema. Note-se que quando a parte argüiu a invalidade da cláusula compromissória perante o juízo arbitral, esse argumento foi levado em consideração pelo STJ¹⁰³; contudo, quando a participação se deu sem qualquer questionamento da jurisdição do tribunal arbitral, o STJ entendeu que houve aceitação tácita¹⁰⁴.

No entanto, em *Plexus v. Santana*¹⁰⁵ o STF não levou em consideração o fato de a requerida ter participado da arbitragem, inclusive nomeando árbitro, conforme

⁹⁷ STJ, SEC n. 611, Min. Rel. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20.09.2006 (julgamento parcial) e 23.11.2006 (julgamento final), DJ de 11.12.2006.

⁹⁸ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006; e STJ, SEC n. 1.210 (*ICT v. Odil Pereira*), Min. Rel. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

⁹⁹ STF, SEC 5.487 (*L' Aiglon v. Tekal*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999; STJ, SEC n. 856 (*L' Aiglon v. Têxtil*), Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005; STJ, SEC n. 507 (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgada em 18.10.2006, DJ de 13.11. 2006 e STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Agocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

¹⁰⁰ STJ, SEC n. 831 (*Spie v. Inepar*), Min. Rel. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007; e STJ, SEC n. 894 (*Litsa v. SN Engenharia*), Min. Rel. Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

¹⁰¹ STJ, SEC n. 507 (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgada em 18.10.2006, DJ de 13.11. 2006.

¹⁰² STF, SEC n. 6.753 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

¹⁰³ STJ, SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006 e STJ, SEC n. 831 (*Spie v. Inepar*), Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

¹⁰⁴ STJ, SEC n. 856 (*L' Aiglon v. Têxtil União*), Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

¹⁰⁵ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

alegado pelo requerente, o Ministro Moreira Alves proferiu voto apartado afirmando que sua “inclinação primeira era no sentido - pela aplicação do princípio da boa-fé objetiva - de levar em consideração o fato de que houve o comparecimento da empresa brasileira perante o juízo arbitral”¹⁰⁶. No entanto, por se tratar de contrato-tipo do qual não consta cláusula arbitral, o Ministro Moreira Alves acompanhou o voto do relator pela denegação da homologação. Ressalte-se que esse mesmo pedido de homologação foi reapresentado perante o STJ¹⁰⁷ e foi novamente denegado. Na decisão do STJ há menção de que em todas as vezes na qual a Requerida compareceu no juízo arbitral foi alegada a sua incompetência.

No caso *L’Aiglon v. Têxtil União*¹⁰⁸, as partes celebraram por correspondência 2 (dois) contratos mercantis que tinham por objeto a venda de algodão. L’Aiglon instaurou procedimento arbitral visando à resolução dos Contratos e ao recebimento dos valores devidos. A Têxtil União não contestou a validade da convenção de arbitragem perante o tribunal arbitral. Em sede de homologação, a Têxtil União contestou alegando invalidade da cláusula compromissória em razão da falta de assinatura. Neste caso, o STJ entendeu que a falta de assinatura do contrato não teria o condão de macular a celebração da convenção de arbitragem diante da participação ativa da requerida no procedimento arbitral e deferiu o pedido de homologação.

No caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista*¹⁰⁹, o STJ decidiu denegar a homologação da sentença arbitral proferida no exterior por entender inexistirem elementos seguros que comprovem a aceitação da cláusula compromissória. Oleaginosa iniciou arbitragem na Inglaterra contra Moinho Paulista, que, apesar de não indicar árbitro, participou do procedimento, questionando a jurisdição do tribunal arbitral ante a ausência de cláusula compromissória por escrito e assinada entre as partes. Sucumbente no procedimento arbitral e já em juízo de delibação, Moinho Paulista reiterou sua contestação acerca da invalidade da convenção arbitral e teve seu argumento acolhido. O STJ ressaltou que o comparecimento no procedimento arbitral não tinha o condão de sanar a invalidade, uma vez que esta foi devidamente alegada perante o tribunal arbitral e, após analisar a relação contratual, concluiu pela inexistência de cláusula compromissória válida.

Também se verificou o comparecimento da parte em procedimento arbitral com a arguição da invalidade da cláusula compromissória em *Spie v. Inepar*¹¹⁰. No caso, o questionamento sobre a legitimidade da requerida para figurar no pólo passivo do procedimento arbitral¹¹¹, foi devidamente submetido à análise do tribunal arbitral e rejeitado. Em sede de homologação, a questão foi novamente suscitada pela Inepar e rejeitada pelo STJ. Ressalte-se que houve efetiva análise da alegação de ilegitimidade passiva de Inepar. Entretanto, a fundamentação do próprio tribunal arbitral foi acolhida e homologada a sentença.

A seguir, passa-se a analisar os casos nos quais a cláusula compromissória foi reconhecida como válida e a sentença arbitral estrangeira homologada e, após, as

¹⁰⁶ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002, p. 341.

¹⁰⁷ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

¹⁰⁸ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

¹⁰⁹ STJ, SEC n. 866, Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

¹¹⁰ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007. Vide supra item II.4.

¹¹¹ Vide supra item II.4 – Legitimidade e Interesse das partes no pedido de homologação.

decisões que denegaram a homologação da sentença arbitral em razão da invalidade da cláusula compromissória.

A. Acórdãos que reconheceram a validade da cláusula compromissória e deferiram a homologação de sentença arbitral estrangeira

Diversos foram os questionamentos utilizados pelas requeridas para obstar a homologação com base na invalidade da cláusula compromissória. Agruparam-se abaixo as decisões com base no principal fundamento discutido em cada acórdão, ressaltando que em diversos acórdãos mais de um tópico foi alegado pelas partes.

Alegação de necessidade de cláusula compromissória por escrito ou assinada

Embora o questionamento da validade de cláusula compromissória no caso *L' Aiglon v. Têxtil União*¹¹² tenha sido em decorrência da ausência de cláusula por escrito e assinada entre as partes e mera alusão por referência¹¹³, o STJ homologou a sentença arbitral por concluir que houve anuência tácita. A requerida alegou invalidade e ineficácia da convenção arbitral pela falta de acordo expresso à cláusula compromissória. O parecer do Dr. Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República, manifestou-se pela não-homologação da sentença arbitral, uma vez que, nos termos da fundamentação, “não se acham integralmente atendidos os requisitos da petição inicial, quais sejam, vir instruída, necessariamente, com o original ou cópia autenticada da convenção de arbitragem [art. 37, II, da Lei n. 9.307/96]”¹¹⁴. O Ministro Relator Carlos Alberto Menezes Direito discordou do parecer do Procurador e votou a favor da homologação. Entendeu o Ministro Relator que a empresa requerida, estando consciente da instauração do Juízo arbitral, não propôs impugnação diante da ausência da convenção arbitral, muito pelo contrário, apresentou inclusive sua defesa. Assim, não se poderia negar o reconhecimento da cláusula arbitral. Portanto, a participação da requerida no processo, com “a apresentação de razões e a intenção de nomear novo árbitro indica manifestação indubitosa sobre a existência acordada da cláusula compromissória.”¹¹⁵. A validade da cláusula compromissória foi superada pela participação ativa das partes no procedimento arbitral e a sentença arbitral estrangeira foi homologada.

Alegação de nulidade da convenção de arbitragem em razão de indução a erro com relação à pessoa

No caso *First Brands v. STP*¹¹⁶, a requerida argüiu a nulidade da cláusula

¹¹² STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

¹¹³ No sentido contrário, reconhecendo a invalidade de cláusulas compromissórias semelhantes e não deferindo a homologação da sentença arbitral são os casos: STF, SEC n. 6753 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ 04.10.2002 e STJ, SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006; STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Agocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009; e STJ, SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

¹¹⁴ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005, p. 13.

¹¹⁵ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005, p. 13.

¹¹⁶ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20.09.2006 (julgamento parcial) e 23.11.2006 (julgamento final), DJ de 11.12.2006.

compromissória em razão de indução a erro com relação à pessoa, uma vez que a arbitragem realizada não alcançou todas as subsidiárias intermediárias do contrato de *joint venture* como era seu desejo e intenção. Esclareceram as requeridas que o tribunal arbitral deu interpretação à cláusula compromissória diferente do que elas esperavam. O STJ entendeu que não se tratava de vício de consentimento ou erro substancial quanto à pessoa, mas mera insatisfação contra a interpretação do tribunal arbitral que lhes foi desfavorável e homologou a sentença arbitral estrangeira.

Desnecessidade de celebração de compromisso arbitral

A questão da ineficácia da cláusula compromissória e da necessidade de celebração de compromisso arbitral foi abordada no caso *ICT v. Odil Pereira*¹¹⁷. Em sua contestação, a requerida sustentou que, apesar de firmada uma cláusula compromissória, não teria sido convencionado o compromisso arbitral, razão pela qual a controvérsia não poderia ser dirimida por um juízo arbitral. Contudo, a cláusula do Contrato de Compra e Venda dispõe: "arbitragem de acordo com as regras da Liverpool Cotton Association e de acordo com as leis", o que denotaria a intenção dos contratantes de submeter-se à arbitragem em caso de eventual litígio. Assim, citando o entendimento de Alexandre Freitas Câmara sobre eficácia da cláusula compromissória¹¹⁸, o Ministro Relator decidiu pela homologação da sentença arbitral.

Validade da cláusula compromissória inserta em contrato de adesão

A alegação de invalidade da cláusula compromissória, sob o fundamento de se tratar de contrato de adesão, foi afastada nos casos *Aiglon v. Teka*¹¹⁹ e *Grain Partners v. Coopergrão e Oito*¹²⁰.

No caso *Aiglon v. Teka*¹²¹, a requerida alegou, como tese subsidiária, ofensa à ordem pública brasileira por desrespeito às formalidades exigidas para a validade de cláusulas compromissórias em contratos de adesão (art. 4º, §2º da Lei n. 9.307/96¹²²). Ao enfrentar a alegação, o Plenário do STF limitou-se a descaracterizar o contrato do caso concreto como sendo de adesão, em razão de as suas cláusulas e condições essenciais terem sido livremente pactuadas entre as partes, a despeito de insertas em formulário padrão. O STF deixou, portanto, de especificar qual seria o posicionamento caso o contrato fosse efetivamente de adesão.

¹¹⁷ STJ, SEC n. 1.210, Min. Rel. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

¹¹⁸ "A Lei de Arbitragem brasileira rompeu com um velho preconceito existente no Direito Brasileiro ao equiparar a cláusula compromissória ao compromisso arbitral, sendo ambos capazes de ter como efeito a instauração da arbitragem. Abandona-se, assim, a idéia de que o descumprimento da cláusula compromissória só seria capaz de gerar o direito à percepção de uma indenização por perdas e danos. A Lei de Arbitragem cria a figura genérica da convenção de arbitragem, ato jurídico privado cujo efeito é a instauração da arbitragem. Há duas espécies de convenção de arbitragem: a cláusula compromissória e o compromisso arbitral. A primeira é necessariamente prévia ao litígio, enquanto o segundo surge após o nascimento da lide." SEC n. 1210, Min. Rel. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007, p. 8.

¹¹⁹ STF, SEC 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

¹²⁰ STJ, SEC n. 507/GB, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

¹²¹ STF, SEC 5487, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

¹²² "§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula."

No caso *Grain Partners v. Coopergrão e Oito*¹²³, a Requerida Oito contestou a validade da cláusula compromissória que ensejou a arbitragem alegando tratar-se de contrato de adesão no qual seria necessário observar o disposto no art. 4 da Lei n. 9.307/96 com o destaque da cláusula em negrito e a rubrica pelas partes. O STJ reafirmou que o controle judicial em sede de homologação é limitado aos aspectos previstos nos arts. 38 e 39 da Lei, não podendo apreciar o mérito da decisão arbitral. Acrescentou ainda que, para eventual análise da alegação de que o contrato objeto da arbitragem seria “de adesão”, seria necessário o exame do mérito, o que não é permitido na apreciação do pedido de homologação. Dessa forma, essa alegação foi afastada e a sentença homologada.

Validade da cláusula compromissória em razão da cessão do contrato ou incorporação da contratante

Nos dois casos analisados abaixo, a validade da cláusula foi contestada em virtude da cessão do contrato no qual a cláusula estava inserta ou da incorporação de uma das contratantes.

No caso *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*¹²⁴, a requerida contesta a validade da cláusula compromissória e alega a impossibilidade de assumir as obrigações e os direitos das empresas que incorporou. Porém, o STJ manifestou-se a favor da homologação, justificando que, ao incorporar duas outras empresas contratantes, a requerida assumiu todos os direitos e obrigações das cedentes, inclusive a cláusula arbitral em questão que continuou válida.

O mesmo ocorreu no processo no caso *Spie v. Inepar*¹²⁵. Neste caso, a requerida sucedeu por incorporação sua subsidiária, Sade Vigesa Industrial e Serviços S/A (SVIS), que se tornou cessionária e assumiu todos os direitos e obrigações da empresa Sade Vigesa S/A, posteriormente S/V Engenharia S/A (SVE). A requerida alegou que a cláusula arbitral era intransferível, sendo necessária a expressa e manifesta declaração de vontade nesse sentido, o que não ocorreu. Contudo, o Ministro Relator Arnaldo Esteves Lima constatou que o acordo de consórcio internacional possuía cláusula arbitral expressa, celebrada entre a empresa francesa e a brasileira. Assim, afirmou que a empresa requerida, ao incorporar a original contratante, assumiu todos os direitos e obrigações da cedente, inclusive a cláusula arbitral em questão, inserida no acordo de consórcio que restou por ela inadimplido. A sentença foi homologada.

Invalidade da cláusula compromissória em decorrência da inconstitucionalidade do art. 7 da Lei de Arbitragem

No caso *Grain Partners v. Coopergrão e Oito*¹²⁶ a requerida Oito questionou a validade da cláusula compromissória ante a inconstitucionalidade do art. 7 da Lei n. 9.307/96. Esse argumento foi de imediato rechaçado pelo STJ que afirmou a aplicação imediata da Lei n. 9.307/96 e a sua constitucionalidade conforme “já decidido pelo Supremo

¹²³ STJ, SEC n. 507/GB, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

¹²⁴ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

¹²⁵ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

¹²⁶ STJ, SEC n. 507/GB, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

Tribunal Federal no julgamento do AgRgSE 5.206-7/Reino Unido da Espanha¹²⁷. O pedido de homologação foi deferido.

B. Acórdãos que reconheceram a invalidade da cláusula compromissória e indeferiram a homologação de sentença arbitral estrangeira

Quanto às sentenças arbitrais cuja homologação foi denegada, verificam-se as seguintes decisões que abordaram a questão da validade da cláusula compromissória.

Necessidade de cláusula compromissória por escrito e assinada e invalidade da cláusula compromissória incorporada ao contrato por referência

Em *Plexus v. Santana*¹²⁸, foram celebrados dois contratos de compra e venda de algodão. Plexus submeteu a controvérsia ao juízo arbitral na Liverpool Cotton Association, tendo sido proferida a sentença que se pretendia homologar. A requerida apresentou contestação questionando, entre outros pontos, a existência e validade da cláusula compromissória. O Ministro Relator Maurício Corrêa, ao analisar os contratos, constatou inexistir remissão expressa à eleição de um juízo arbitral. O Ministro concluiu que, mesmo que superada a falta de assinatura do contrato por uma das partes, a simples menção às normas e estatutos da Liverpool Cotton Association entre as quais existe a eleição da instituição arbitral não é suficiente para dizer que houve a escolha do juízo arbitral. O Ministro Carlos Velloso proferiu voto concorrente ressaltando a necessidade da existência de cláusula compromissória assinada. Já o Ministro Sepúlveda Pertence, que apesar de se pronunciar pela denegação da homologação, ressaltou não encontrar justificativa nos autos para tornar imprescindível a cláusula compromissória escrita e assinada. E, finalmente, o Ministro Moreira Alves esclareceu que inicialmente estava inclinado pela homologação em decorrência da aplicação do princípio da boa-fé objetiva, posto que a empresa brasileira compareceu ao juízo arbitral. Contudo, por se tratar de um contrato-tipo de que não consta a cláusula arbitral, decidiu acompanhar o relator, Ministro Maurício Corrêa, proferindo-se contra a homologação.

Não se dando por vencida e alegando que a denegação anterior ocorreu por vícios formais, a requerente renovou o pedido de homologação, desta vez perante o STJ, no qual o caso *Plexus v. Santana*¹²⁹ recebeu o número SEC n. 967. Na mesma linha do STF, o STJ afirmou que não teria sido identificada na documentação apresentada a existência de cláusula compromissória; e, diante disso, o juízo arbitral prolator da sentença, cuja homologação é requerida, seria incompetente. Além disso, a ausência de manifestação voluntária por escrito da requerida em aceitar a cláusula compromissória ofenderia a ordem pública por contrariar o princípio de que a aceitação da via arbitral para resolução de conflitos decorrentes de contratos privados deve ser expressa. O Ministro Relator José Delgado esclareceu que o tribunal arbitral teria aceito sua competência com base na lei inglesa, que admite os efeitos da cláusula compromissória mesmo que o contrato não tenha sido assinado. Contudo, o Ministro Relator afirma que no direito brasileiro inexistente essa regra,

¹²⁷ STJ, SEC n. 507/GB, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006, p. 5.

¹²⁸ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ 04.10.2002.

¹²⁹ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

concluindo que, por essa razão, o tribunal arbitral não seria competente. A sentença arbitral não foi homologada e o processo foi arquivado.

A interpretação em prol da manifestação de vontade expressa para a validade da cláusula compromissória também é observada no caso *Oleaginoso v. Moinho Paulista*¹³⁰. Neste caso, as partes firmaram contratos por telefone. O STJ entendeu que o meio, via telefax ou telefone, não impediria a estipulação de cláusula compromissória, caso houvesse troca posterior de correspondências. Contudo, segundo o STJ, não há nos autos qualquer evidência de que a requerida recebeu e acordou com a cláusula compromissória que foi trocada por telefax entre os corretores das partes. Desta forma, a homologação da sentença arbitral foi denegada, estabelecendo-se que a cláusula compromissória deve ser “estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira”.

O caso *Indutech v. Algocentro*¹³¹ também trata de sentença arbitral proferida pela Liverpool Cotton Association em litígio decorrente de compra e venda de algodão cru. Seguindo os precedentes mencionados nos parágrafos anteriores, o STJ considerou indispensável a assinatura da cláusula compromissória nos termos do art. 4º, §1º da Lei de Arbitragem¹³². O Ministério Público Federal manifestou-se a favor da homologação, uma vez que considerou ter sido “demonstrada a existência de vínculo contratual entre as partes dado o relacionamento comercial contínuo por elas levado a cabo.”¹³³ Contudo, a Corte Especial do STJ, por unanimidade, indeferiu o pedido de homologação.

Necessidade de celebração de compromisso arbitral

Ainda no tema da validade da cláusula compromissória, ressalte-se a decisão no caso *Subway v. HTP*¹³⁴ e nos respectivos embargos de declaração¹³⁵. Embora a cláusula compromissória contida no contrato não apresentasse qualquer vício, o Curador Especial nomeado para defender os interesses da requerida alegou ser ineficaz a cláusula compromissória e haver necessidade de celebração de compromisso arbitral. Logo, não há ligação com a validade, mas sim com a eficácia atribuída à cláusula compromissória. O MPF manifestou-se pela eficácia da cláusula compromissória, sendo desnecessária a celebração de compromisso arbitral. Nesse sentido, foi o voto vencido da Ministra Relatora Eliana Calmon. Foram proferidos votos de vistas que culminaram pelo indeferimento do pedido de homologação após confusão sobre a sentença objeto do pedido de homologação e sob o fundamento da ausência de citação válida, o que será analisado no próximo item¹³⁶. Saliente-se que em sede de embargos de declaração, o Ministro Luiz Fux afirmou seguir a corrente que não entende que a cláusula compromissória seja apta a instaurar um procedimento. Quando confrontado com a argumentação de que a sentença que se pretendia homologar não era a sentença judicial, mas sim a sentença arbitral, o

¹³⁰ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

¹³¹ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

¹³² “Art. 4, § 1º - A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ela se refira.”

¹³³ Ibid.

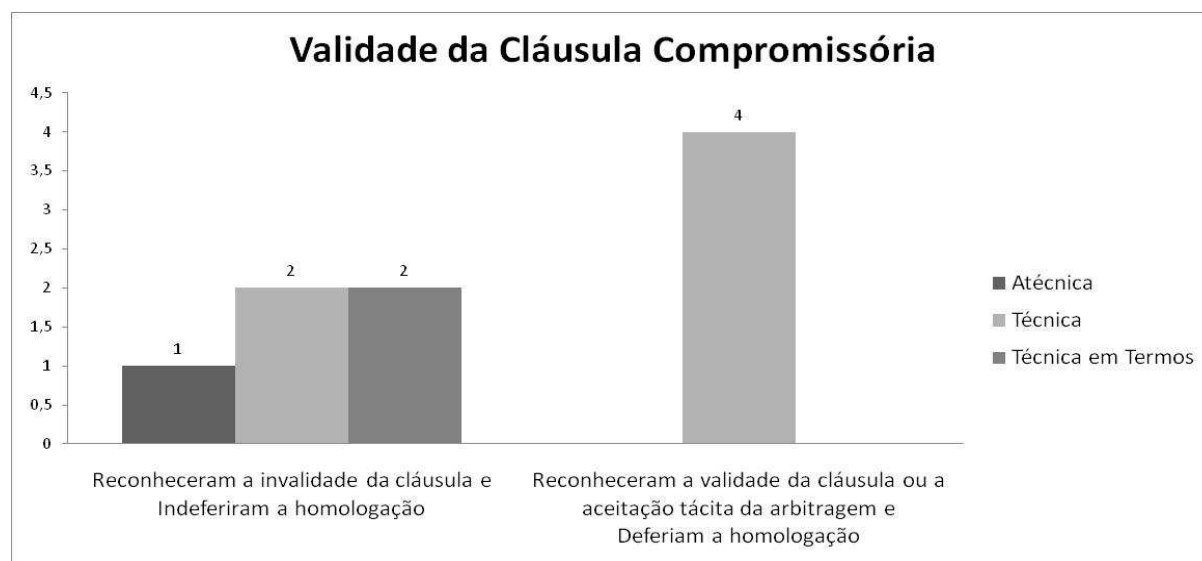
¹³⁴ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

¹³⁵ STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007.

¹³⁶ Vide infra item III.2 – Citação no Procedimento Arbitral.

Ministro Relator Luiz Fux, nos embargos de declaração, esclareceu que, se fosse esse o caso, seria indispensável a apresentação do compromisso arbitral, erigindo-o à “condição essencial - *sine qua non* - para a existência do procedimento arbitral”.¹³⁷

Dos 12 (doze) casos nos quais houve questionamento à validade da cláusula compromissória, 7 (sete) reconheceram a validade da cláusula ou a aceitação tácita da arbitragem e homologaram a sentença arbitral estrangeira e 5 (cinco) não reconheceram a validade da cláusula compromissória culminando com a denegação do pedido. Com exceção do caso *Subway v. HTP*¹³⁸, nos demais casos os fatores determinantes para a invalidade da cláusula compromissória estavam relacionados à necessidade de comprovação do consentimento das partes com a existência de cláusula compromissória por escrito e assinada e trocada entre as partes, e não meramente por referência ou entre outros que não as partes. A decisão nos casos *Plexus v. Santana*¹³⁹ e *Indutech v. Agocentro*¹⁴⁰ foi técnica pois devidamente fundamentada na Lei de Arbitragem. Nos casos *Plexus v. Santana*¹⁴¹ e *Oleaginosa v. Moinho Paulista*¹⁴², a decisão foi técnica em termos pois, embora fundamentada na Lei de Arbitragem, não mencionou o inciso correto do art. 38. Por fim, a decisão no caso *Subway v. HTP*¹⁴³ é atécnica uma vez que em desacordo com o disposto na Lei de Arbitragem.



3.2 Citação no procedimento arbitral

Dentre os fundamentos passíveis de alegação pelo réu no pleito de recusa no reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras, a falta de citação no procedimento de arbitragem é, sem dúvida, uma das hipóteses de maior relevância

¹³⁷ STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007, p. 14.

¹³⁸ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

¹³⁹ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ 04.10.2002.

¹⁴⁰ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

¹⁴¹ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

¹⁴² STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

¹⁴³ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

dentre aquelas listadas pelo art. V(1) da Convenção de Nova Iorque¹⁴⁴ e art. 38 da Lei de Arbitragem¹⁴⁵.

Isso ocorre, pois o direito à ampla defesa por meio da devida notificação acerca da instauração e atos do procedimento é um dos fundamentos basilares do devido processo legal e, portanto, uma das hipóteses mais claras de oposição ao pedido homologatório.

Até a promulgação da Lei de Arbitragem, pairava dúvida sobre a forma de citação nos procedimentos arbitrais, sanada pelo parágrafo único do art. 39¹⁴⁶ da Lei de Arbitragem, que expressamente permite a citação postal.

Na base de dados desta pesquisa, constatou-se a existência de 11 (onze)¹⁴⁷ pedidos de homologação de sentenças arbitrais em um universo de 28 (vinte e oito) sentenças estrangeiras nas quais a validade e efetividade da citação foi questionada pela requerida.

A. Acórdãos que rejeitaram argumentos de irregularidades na citação e deferiram a homologação de sentença arbitral estrangeira

No caso *Elkem v. Conan*¹⁴⁸, o STF afastou o argumento da requerida sobre nulidade da citação por via postal, antes da vigência da Lei de Arbitragem, pois tal argumento perdeu relevância, ante “o comparecimento e a consequente aceitação do juízo arbitral inglês”.

Os acórdãos *UEG v. Multipole*¹⁴⁹, *Devcot v. Ari Giongo*¹⁵⁰ e *Plexus v. Ari Giongo*¹⁵¹ tratam dos casos em que a requerida alegou, como fundamento para a recusa ao

¹⁴⁴ Convenção de Nova Iorque, promulgada pelo Decreto n. 4.311, de 23 de julho de 2002: “Art. V(1): O reconhecimento e a execução de uma sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer, à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que: (...) b) a parte contra a qual a sentença é invocada não recebeu notificação apropriada acerca da designação do árbitro ou do processo de arbitragem, ou lhe foi impossível, por outras razões, apresentar seus argumentos.”

¹⁴⁵ “Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que: (...) III - não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa.”

¹⁴⁶ “Art. 39. Também será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se o Supremo Tribunal Federal constatar que: I - segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem; II - a decisão ofende a ordem pública nacional. Parágrafo único. **Não será considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício do direito de defesa.**” [destaques acrescentados].

¹⁴⁷ As 11 (onze) decisões são: **1)** STF, SEC n. 5.847-1 (*Aiglon v. Teka*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999; **2)** STF, SEC n. 5.378-1 (*Tardivat v. B. Oliveira*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 03.02.00, DJ de 25.02.2000; **3)** STF, SEC n. 5.847-1 (*Elkem v. Conan*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999; **4)** STJ, SEC n. 874 (*UEG v. Multipole*), Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006; **5)** STJ, SEC n. 887 (*Bouvery v. Irmãos Pereira*), Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006; **6)** STJ, SEC n. 831 (*Spie v. Inepar*), Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007; **7)** STJ, SEC n. 894 (*Litsa v. SV Engenharia e Inepar*), Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008; **8)** STJ, SEC 3.660 (*Devcot v. Ari Giongo*), Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009; **9)** STJ, SEC n. 3.661 (*Plexus v. Ari Giongo*), Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009; **10)** STJ, SEC n. 507 (*Grain Partnes v. Oito e Coopergrão*), Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.06, DJ de 13.11.06; e **11)** STJ, SEC n. 833 (*Subway v. HTP*), Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.06, DJ de 30.10.06.

¹⁴⁸ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2000.

¹⁴⁹ STJ, SEC n. 874, Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras ofensa à ordem pública por ausência de citação por carta rogatória. Entretanto, conforme descrito acima, em todos os casos o STJ entendeu que se trata de uma formalidade afastada pelo art. 39, parágrafo único da Lei de Arbitragem, sendo possível a citação postal desde que haja prova inequívoca de recebimento.

Já as decisões em *Aiglon v. Teka*¹⁵² e *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*¹⁵³ tratam de casos em que a requerida sustentou a invalidade da citação como fundamento para denegação do pedido homologatório da sentença arbitral estrangeira.

No caso *Aiglon v. Teka*, a requerida alegou violação do direito à ampla defesa e ao contraditório. Porém, a instituição arbitral encarregada de administrar a arbitragem (Liverpool Cotton Association) expediu várias notificações à requerida para que indicasse o árbitro e providenciasse sua defesa; como não foi atendida, foi designado árbitro compulsório. Posteriormente, a requerida apresentou documentos ao árbitro nomeado que serviram de fundamento fático à elaboração da peça de defesa. Por conseguinte, o STF entendeu que não houve violação ao direito de ampla defesa e do contraditório¹⁵⁴.

No caso *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*¹⁵⁵, a requerida SV Engenharia alegou a má-fé da requerente na citação por edital para a própria ação de homologação de sentença arbitral perante o STJ. Entretanto, o STJ entendeu que não se tratava de má-fé da requerente, mas, eventualmente, da requerida, pois, antes da citação por edital, tentou por diversas vezes a citação pessoal da requerida SV Engenharia, que restou infrutífera. Ademais, a citação editalícia cumpriu sua função, trazendo ao processo de homologação, de forma totalmente regular, a requerida SV Engenharia, não localizada pelos demais meios regulados no CPC.

Em ambos os casos, o STJ entendeu que havia nos autos prova suficiente de que as partes foram citadas de forma válida e eficaz, seja por meio de notificações para participar do procedimento arbitral, seja por meio de edital para figurar no processo de homologação.

No caso *Grain v. Coopergrão e Oito*¹⁵⁶, as requeridas alegaram que a decisão arbitral era nula, pois não foram notificadas da designação do árbitro ou do procedimento arbitral. Contrariamente, o STJ decidiu não haver violação à ampla defesa e ao contraditório, vez que as requeridas tiveram amplo conhecimento da instauração do procedimento arbitral, manifestando-se em suas considerações preliminares e em sua defesa. Também no caso *Spie Enertrans v. Inepar*¹⁵⁷, o comparecimento espontâneo da parte requerida nos autos do procedimento arbitral afastou a alegação de vício da citação, pois suprida estaria a falta de citação.

Por último, verificou-se no caso *Bouvery v. Irmãos Pereira*¹⁵⁸ a abordagem da questão do ônus da prova da ausência de comunicação sobre a instauração do procedimento arbitral, nos termos do art. 38, III da Lei de Arbitragem. No caso

¹⁵⁰ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

¹⁵¹ STJ, SEC n. 3.661, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009.

¹⁵² STF, SEC n. 5.847-1, Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

¹⁵³ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

¹⁵⁴ STF, SEC n. 5.8547-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999, p. 15.

¹⁵⁵ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

¹⁵⁶ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

¹⁵⁷ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

¹⁵⁸ STJ, SEC n. 887/FR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

*Bouvery v. Irmãos Pereira*¹⁵⁹, a requerida sustentou que não participou do juízo arbitral, mas sem demonstrar a falta de notificação para o procedimento arbitral, ou sequer que houve tal falta, muito embora fosse seu ônus prová-las. Ademais, na sentença arbitral constam informações sobre as comunicações da arbitragem feitas por meio de fax e telex.

Repetindo o posicionamento do caso *Bouvery v. Irmãos Pereira*, no caso *Devcot v. Ari Giongo*¹⁶⁰, o STJ também afirmou que o requerido não se desincumbiu do ônus do art. 38, III, da Lei de Arbitragem. O STJ afastou a alegação de ausência de citação, ante a comprovação de que o requerido foi comunicado da instauração da arbitragem e dos atos ali realizados, via courier, correio eletrônico e fax. Também para a citação para a homologação foi realizada por Oficial de Justiça que entregou a contra-fé à empregada do requerido.

Portanto, nos casos acima analisados, verificou-se que a prova inequívoca da citação efetiva da parte para a arbitragem e a notificação dos atos do procedimento arbitral afastam o argumento da citação inválida ou irregular suscitado pela parte requerida.

B. Acórdãos que indeferiram a homologação de sentença arbitral estrangeira por ausência e irregularidade da citação

Conforme descrito acima, duas sentenças não foram homologadas em razão de irregularidades na citação da parte requerida¹⁶¹.

O caso *Tardivat v. B. Oliveira*¹⁶², julgado pelo STF, trata de sentença arbitral que condenou a empresa brasileira B. Oliveira S/A a indenizar Tardivat International S/A. Em sede de homologação de sentença, a parte requerida alegou descumprimento do requisito do art. 217, II, do Regimento Interno do STF, ante a ausência de prova da citação. No entanto, o STF entendeu que a requerente não comprovou esse pressuposto, alegando que o art. 18 da Lei de Arbitragem dispõe que o comparecimento da requerida teria suprido sua citação. Salientou ainda que o contrato foi celebrado por Wolthers & Associates, como se fosse representante da parte requerida. Porém, declarou o STF que, tendo em vista a ausência de procuração nos autos, o comparecimento dessa corretora perante a câmara de arbitragem não supre a citação. Ademais, destacou que a falta de citação do laudo arbitral, independentemente da Lei n. 9.307/96, viola o direito à ampla defesa e ao contraditório (CF/88, art. 5º, XXXVII), resultando na denegação da homologação por descumprimento do art. 217, II do RISTF¹⁶³.

Nesse mesmo sentido, no caso *Subway v. HTP*¹⁶⁴, o STJ adotou entendimento semelhante. Tratava-se de pedido de homologação de sentença estrangeira proferida pelo Tribunal de Arbitragem da Associação de Arbitragem Americana (“**AAA**”). Ainda

¹⁵⁹ STJ, SEC n. 887/FR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

¹⁶⁰ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

¹⁶¹ São as seguintes decisões: 1) STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 03.02.00, DJ de 25.02.2000; 2) STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

¹⁶² STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 03.02.00, DJ de 25.02.2000.

¹⁶³ Regimento Interno do STF, art. 217, II: “Constituem requisitos indispensáveis à homologação da sentença estrangeira: (...) II – terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;”

¹⁶⁴ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

que fosse desnecessária a homologação na jurisdição do local da sede, visto que já sob o regime da Lei nº 9.307/96, tal sentença arbitral foi posteriormente confirmada pela Corte Distrital de Connecticut. Face à revelia da requerida no processo de homologação no Brasil, nomeou-se curador especial que arguiu irregularidade de citação, que seria sanada, ou pelo comparecimento da parte interessada, ou por carta rogatória transitada em julgado. No momento da homologação perante o STJ, suscitou-se a dúvida sobre a decisão que se pretendia homologar: a judicial ou a arbitral. O voto da maioria entendeu que se tratava de homologação de decisão judicial estrangeira, o que torna a citação da parte brasileira por via da carta rogatória obrigatória.

A despeito da tecnicidade da decisão da maioria quanto a esse aspecto, vale ressaltar que persistiu a dúvida quanto à sentença que se pretendia homologar e que, no caso de se considerar como objeto da homologação a sentença arbitral, a citação seria considerada regular. É certo que o procedimento arbitral resultou em “sentença de consentimento dos árbitros” que não indicava quem celebrou o termo de conciliação em nome da requerida. No entanto, o voto divergente deixou claro que a sentença arbitral respeitava os requisitos para homologação. Por fim, o STJ, entendendo, por maioria, ser a decisão judicial estrangeira o objeto da homologação, declarou que resta pacífico que a citação por carta rogatória deixaria “estreme de dúvidas que a comunicação chegou ao seu destino”¹⁶⁵, no caso de não ser possível a citação postal ou por edital da parte requerida para o procedimento arbitral.

Em suma, nos dois casos em que a homologação foi denegada, verificou-se a ausência de prova inequívoca da citação efetiva da parte requerida, por falta de procuração para um terceiro representá-la na arbitragem (*Tardivat v. B. Oliveira*¹⁶⁶), e, no segundo, a incerteza quanto à sentença se pretendia homologar, restando a citação por meio de carta rogatória o mecanismo que afasta as dúvidas de que a comunicação alcançou o seu destino (*Subway v. HTP*¹⁶⁷).

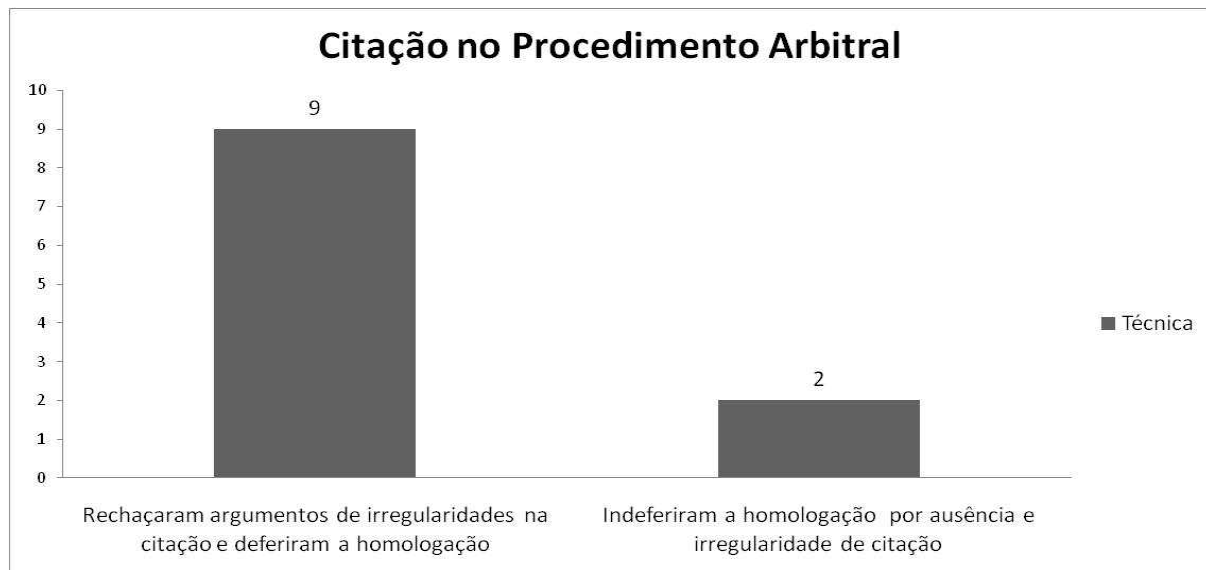
Dos 11 (onze) casos nos quais houve questionamentos sobre a valdiade da citação, apenas 2 (dois)¹⁶⁸ tiveram a homologação da sentença arbitral estrangeira denegada por problemas com a citação.

¹⁶⁵ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, p. 28.

¹⁶⁶ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 03.02.00, DJ de 25.02.2000.

¹⁶⁷ STJ, SEC n. 833/US, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

¹⁶⁸ Foram denegadas os seguintes casos: **1)** STF, SEC n. 5.378-1 (*Tardivat v. B. Oliveira*), Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 03.02.00, DJ de 25.02.2000; e **2)** STJ, SEC n. 833 (*Subway v. HTP*), Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.



3.3 A ausência de citação e constatação da revelia

A revelia torna-se relevante no juízo de delibação vez que a não participação no procedimento arbitral dificulta a análise do atendimento aos princípios do contraditório e ampla defesa, afeitos ao devido processo legal. Reza o art. 22, § 3º da Lei de Arbitragem que: “A revelia da parte não impedirá que seja proferida a sentença arbitral.” Dentre as hipóteses de denegação à homologação de sentença arbitral estrangeira, não consta a revelia, mas sim a ausência de notificação da designação do árbitro ou do procedimento arbitral, ou violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, conforme o disposto no art. 38, III¹⁶⁹ da Lei n. 9.307/96.

Dos casos analisados nesta pesquisa, 5 (cinco) tratam de procedimentos julgados à revelia da parte requerida. Quatro desses procedimentos são arbitrais: *ICT v. Odil Pereira*¹⁷⁰; *UEG v. Multipole*¹⁷¹; *Bouvery v. Irmãos Pereira*¹⁷²; e *Devcot v. Ari Giongo*¹⁷³. Por fim, o caso *Subway v. HTP*¹⁷⁴ também discute a revelia, contudo em procedimento judicial de homologação no judiciário estrangeiro da sentença arbitral por consentimento.

Nos casos *ICT v. Odil Pereira*¹⁷⁵ e *UEG v. Multipole*¹⁷⁶, o STJ constatou que a arbitragem ocorreu regularmente, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo o requerido sido intimado do procedimento arbitral e notificado dos diversos atos do procedimento, porém, sem se manifestar, foi julgado à revelia. Nesses casos, o STJ entendeu não haver vícios na arbitragem pela prova da regularidade do procedimento.

¹⁶⁹ “Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que: (...)

III - não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa; (...)”

¹⁷⁰ STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

¹⁷¹ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

¹⁷² STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

¹⁷³ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

¹⁷⁴ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007.

¹⁷⁵ STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

¹⁷⁶ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

No caso *Bouvery v. Irmãos Pereira*¹⁷⁷, o STJ acrescentou que, se a parte requerida não exerceu seu direito à ampla defesa e ao contraditório, não foi por irregularidade no procedimento arbitral, mas sim por falta de interesse da requerida no acompanhamento da arbitragem.

No caso *Devcot v. Ari Giongo*¹⁷⁸, embora o requerido tenha sido comunicado da instauração da arbitragem e dos atos do procedimento, por meio de courier, fax e correio eletrônico, não apresentou qualquer manifestação, sendo julgado à revelia. Em sede de homologação, sustentou que houve vício no ato citatório, pois era necessária a carta rogatória. Entretanto, o STJ esclareceu que, após a Lei de Arbitragem (art. 39, parágrafo único), esse requisito foi afastado. Ademais, cabia à parte requerida comprovar a ausência de citação.

Já no caso *Subway v. HTP*¹⁷⁹, o procedimento judicial de homologação da sentença arbitral perante o judiciário americano ocorreu à revelia e, ante a ausência de prova inequívoca da citação, o STJ denegou a homologação. Nesse caso, entendeu, de acordo com reiterada jurisprudência do STF e do STJ a respeito de homologação de sentenças judiciais estrangeiras, ser necessária a citação por carta rogatória para afastar dúvidas de que a comunicação chegou ao seu destinatário.

Nos casos acima mencionados, verificou-se que a arbitragem à revelia por si só não constitui óbice à homologação da sentença arbitral estrangeira, desde que haja prova inequívoca de que a parte foi regularmente citada e notificada dos atos do procedimento arbitral.

3.4 Sentença arbitral proferida além dos limites da convenção de arbitragem

Verificou-se em dois casos¹⁸⁰ a arguição de que a sentença fora proferida fora dos limites da convenção de arbitragem nos termos do art. 38, IV da Lei de Arbitragem. Contudo, em ambos os casos a alegação foi afastada e a sentença homologada.

No caso *First Brand v. STP*¹⁸¹ a requerida afirmou que a sentença arbitral fora proferida *extra* limite da convenção arbitral. Contudo, ao analisar o referido argumento o relator entendeu que, na verdade, a requerida buscava o exame da legitimidade de partes na arbitragem, o que se relaciona com o mérito da sentença arbitral, que não é passível de análise pelo STJ. O relator concluiu que, embora o item apresentado na contestação fizesse menção ao art. 38, IV da Lei de Arbitragem, tratasse de argumento relacionado ao mérito e que não merece ser apreciado. A sentença arbitral estrangeira foi homologada.

No segundo caso, *Guidosimplex v. Cavenaghi*¹⁸², a requerida alegou que a sentença foi proferida fora dos limites da cláusula compromissória, afirmando que o contrato entabulado não continha cláusula penal, não podendo lhe ser imposta condenação por eventual descumprimento. Contudo, o STJ entendeu que a alegação

¹⁷⁷ STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

¹⁷⁸ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

¹⁷⁹ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007.

¹⁸⁰ STJ, SEC n. 611 [*First Brands v. STP*], Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20.09.2006 (julgamento parcial) e 23.11.2006 (julgamento final), DJ de 11.12.2006 e STJ, SEC n. 918 [*Guidosimplex v. Cavenaghi*], Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

¹⁸¹ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 20.09.2006 (julgamento parcial) e 23.11.2006 (julgamento final), DJ de 11.12.2006.

¹⁸² STJ, SEC n. 918, Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

da requerida se confunde com uma insurgência contra o mérito da decisão arbitral e este não pode ser apreciado em sede de homologação. Esta alegação foi afastada e a sentença homologada.

3.5 Fundamentação da sentença arbitral

No âmbito dos acórdãos analisados, a questão da fundamentação da sentença arbitral foi objeto do caso *L'Aiglon v. Têxtil União*¹⁸³. A arbitragem foi realizada sob os auspícios da Liverpool Cotton Association Limited (LCA) e a Têxtil União foi condenada ao pagamento de soma em dinheiro à L'Aiglon em virtude de descumprimento contratual. Em sua contestação, a Têxtil levantou, entre outros argumentos, a ausência de motivação da sentença arbitral como óbice à homologação por desrespeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 38, III da Lei n. 9.307/96¹⁸⁴). A Corte Especial do STJ entendeu que a questão da motivação da sentença arbitral estaria ligada ao mérito da arbitragem, que não pode ser revisitado em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira. Entendeu, ainda, que a eventual ausência de fundamentação da sentença arbitral não seria impedimento à sua homologação, porque as partes teriam concordado com a resolução do conflito segundo normas que não exigem a análise fática da questão.

3.6 Arbitrabilidade objetiva

De acordo com o art. 39, I da Lei n. 9.307/96, a homologação de sentença arbitral estrangeira será denegada caso o objeto do litígio não seja suscetível de ser resolvido por arbitragem segundo a lei brasileira¹⁸⁵. Para a lei brasileira, podem ser submetidos à arbitragem direitos patrimoniais disponíveis. É disponível o direito sobre o qual as partes podem dispor ou transigir (Código Civil, art. 841¹⁸⁶).

Dentre os acórdãos constantes do banco de dados da pesquisa, apenas o caso *Thales Geosolutions v. FARCO*¹⁸⁷ suscita a questão da arbitrabilidade objetiva, ou seja, da matéria submetida à arbitragem. Trata-se de uma arbitragem *ad hoc* segundo o Regulamento da UNCITRAL que discutiu o inadimplemento contratual de empresas envolvidas na execução, em favor da Marinha do Brasil, de levantamento batimétrico do leito de parte dos rios Madeira e Amazonas com vistas a dar maior segurança à navegação fluvial.

O pedido de homologação foi contestado pela empresa (FARCO) sob a alegação de existência de direitos indisponíveis da União que teriam sido desprezados na sentença arbitral, não cabendo, portanto, renúncia à Justiça Brasileira. A requerente,

¹⁸³ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

¹⁸⁴ “Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença estrangeira, quando o réu demonstrar que:
(...)

III – não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;
(...)”

¹⁸⁵ O dispositivo da Lei de Arbitragem adota texto semelhante ao art. V (2) [a] da Convenção de Nova Iorque: “Art. V (2): O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constar que: a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de solução mediante arbitragem;”

¹⁸⁶ “Art. 841. Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.”

¹⁸⁷ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgada em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

em sua réplica, sustentou que a sentença arbitral não versou sobre direitos da União, mas sim sobre direitos disponíveis de duas empresas comerciais, cujo contrato previa a solução por meio de uma arbitragem. Não há, contudo, uma análise pelo STJ da disponibilidade ou indisponibilidade dos direitos que foram objeto da arbitragem.

Conforme se verá no item seguinte¹⁸⁸, a decisão examinou sobretudo o conceito de ordem pública em face do argumento da FARCO, segundo o qual o seu inadimplemento seria justificado pela exceção do contrato não cumprido (Código Civil de 1916, art. 1.092), em vista do descumprimento pela Thales da obrigação de entregar determinados documentos exigidos pela Marinha do Brasil, o que teria levado à perda de registro da FARCO junto à Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN. A FARCO sustentou que, diante disso, a homologação da sentença arbitral estrangeira ofenderia a ordem pública nacional.

3.7 Ordem pública

A violação à ordem pública justifica a denegação do pedido de homologação da sentença arbitral, conforme consubstanciado no art. 39 da Lei n. 9.307/96¹⁸⁹ e no artigo V(2) da Convenção de Nova Iorque¹⁹⁰.

Nesse item, verificar-se-á a aplicação ou invocação do conceito de ordem pública como óbice à homologação de sentença arbitral estrangeira.

A. Acórdãos que rejeitaram o argumento de violação à Ordem Pública e deferiram a homologação de sentença arbitral estrangeira

Em seis casos, *Tremond Alloys v. Metaltubos*¹⁹¹; *ICT v. Odil Pereira*¹⁹²; *Plexus v. Ari Giongo*¹⁹³; *Guidosimplex v. Cavenaghi*; *Bouvery v. Valex*¹⁹⁴; e *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*¹⁹⁵, o STJ decidiu pela homologação das respectivas sentenças, sem apresentar um conceito ou mesmo discorrer sobre o entendimento da Corte a respeito da ordem pública. Nesses casos, o STJ limitou-se a declarar que a sentença arbitral não ofendia a ordem pública, baseando-se, sobretudo, no art. 6º da Resolução n. 9/2005 do STJ (*Bouvery v. Valex*¹⁹⁶; *Guidosimplex v. Cavenaghi*¹⁹⁷), ou declarando que foram atendidos os requisitos indispensáveis ao pedido homologatório (*Tremond Alloys v.*

¹⁸⁸ Vide infra item III.7 – Ordem Pública.

¹⁸⁹ Lei n. 9.307/96, art. 39: “Também será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se o Supremo Tribunal Federal constatar que: I – segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem; II – **a decisão ofende a ordem pública nacional**. Parágrafo único. Não sera considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício do direito de defesa.” (destaques acrescentados).

¹⁹⁰ Convenção de Nova Iorque de 1958 (Decreto n. 4.311/02), art. V (2): “O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que: a) segundo a lei daquele país, o objeto a divergência não é passível de solução mediante arbitragem; ou **b) o reconhecimento ou a execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país.**” (destaques acrescentados).

¹⁹¹ STJ, SEC n. 760, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 19.06.2006, DJ de 28.08.2006.

¹⁹² STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

¹⁹³ STJ, SEC n. 3.661, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.09, DJ de 15.06.2009.

¹⁹⁴ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

¹⁹⁵ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

¹⁹⁶ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

¹⁹⁷ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

*Metaltubos*¹⁹⁸) como os da Resolução n. 9/2005 do STJ e dos arts. 38 e 39 da Lei n. 9.307/96 (*ICT v. Odil Pereira*¹⁹⁹).

Embora não haja um conceito de ordem pública emanado do STF ou STJ, verificam-se a seguir alguns temas que suscitaram o debate sobre a ordem pública.

Noção de ordem pública nacional e internacional

O art. 39, II dispõe que será denegada a homologação da sentença arbitral estrangeira se for constatado que “a decisão ofende a ordem pública nacional”.

Dos 28 casos analisados, em três há menção à ordem pública nacional ou brasileira. Nos demais casos, não há um conceito definido de ordem pública, tampouco uma classificação como nacional ou internacional.

No caso *UEG v. Multipole*²⁰⁰, o STJ declarou que “não viola a ordem pública brasileira a utilização de arbitragem como meio de solução de conflitos, tanto que em plena vigência a Lei n. 9.307/96 (Lei de Arbitragem)”.

No caso *Grain v. Coopergrão e Oito*²⁰¹, o STJ decidiu no mesmo sentido, citando o caso *UEG v. Multipole*²⁰², que “não viola a ordem pública brasileira a utilização de arbitragem como meio de solução de conflitos”. O Min. Gilson Dipp ressaltou, em seu voto, que “a arbitragem foi legalmente instituída no Brasil por meio da Lei n.º. 9.307/96”, cuja constitucionalidade foi declarada pelo STF, portanto, não havendo violação à “ordem pública brasileira a utilização da arbitragem como meio de solução de conflitos”.

Também no caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista*²⁰³ - que teve a homologação indeferida - , foi mencionada a noção de ordem pública nacional. Nesse julgado, o STJ entendeu que a decisão homologanda ofendia a “ordem pública nacional”, pois o reconhecimento da competência do juízo arbitral depende da existência de convenção de arbitragem, o que não restou comprovado no referido caso.

Na ausência de um conceito de ordem pública nacional ou internacional, analisar-se-á adiante matérias que suscitaram ofensa à ordem pública, na tentativa de buscar-se os seus elementos.

Utilização da arbitragem e ordem pública

No caso *UEG v. Multipole*²⁰⁴, o STJ afastou a alegação de violação à ordem pública pela utilização da arbitragem, uma vez vigente a Lei n. 9.307/96 e sem prova de que a requerida elegeu essa via compulsoriamente. O STJ confirmou esse entendimento no caso *Grain v. Coopergrão e Oito*²⁰⁵, declarando que “a arbitragem foi legalmente instituída por meio da Lei n. 9.307/06, sendo referida norma constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, não violando a ordem pública brasileira a utilização da arbitragem como forma de solução de conflitos”²⁰⁶. Aplicação imediata da Lei de

¹⁹⁸ STJ, SEC n. 760, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 19.06.2006, DJ de 28.08.2006.

¹⁹⁹ STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

²⁰⁰ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

²⁰¹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007.

²⁰² STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

²⁰³ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

²⁰⁴ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

²⁰⁵ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007.

²⁰⁶ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007, p. 11.

Arbitragem e ordem pública.

No caso *Mitsubishi v. Evadin*²⁰⁷, a requerida alegou que a homologação da sentença arbitral ofenderia a ordem pública, pois implicaria “violação ao princípio da irretroatividade da lei, enquanto proteção fundamental ao ato jurídico perfeito”, vez que, ao tempo da assinatura do contrato, não havia lei disciplinando a arbitragem no Brasil. Entretanto, o STJ entendeu que desde 1923, com o Protocolo relativo a cláusula de arbitragem, firmado em Genebra a 24 de setembro de 1923 (“**Protocolo de Genebra**”)²⁰⁸, não havia distinção entre o efeito coativo da cláusula e do compromisso arbitral no direito internacional (precedente REsp. n. 616²⁰⁹ e REsp. n. 238.174²¹⁰). Assim, o juízo arbitral foi constituído pela vontade das partes, conforme o Protocolo de Genebra, não tendo aplicação o princípio da irretroatividade da lei, pois a lei nova convalidou o juízo arbitral (art. 39 da Lei n. 9.307/96). Portanto, a cláusula compromissória validamente celebrada importou renúncia da jurisdição estatal. Por último, citou entendimento doutrinário sobre a natureza processual da Lei de Arbitragem e sua incidência imediata (SE n. 5.847-1²¹¹).

Citação e ordem pública

Ainda no caso *UEG v. Multipole*²¹², o STJ afastou a alegação de violação à ordem pública por ausência de citação por carta rogatória com base no parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem, vez que a requerida foi citada por via postal sobre a instauração da arbitragem e sobre os demais atos durante o curso do procedimento.

Igualmente, os casos *Devcot v. Ari Giongo*²¹³ e *Plexus v. Ari Giongo*²¹⁴ admitiram a citação postal, confirmando que a citação por outra via que não a carta rogatória não ofende a ordem pública, conforme expressamente disposto no parágrafo único do art. 39 da Lei n. 9.307/96.

Aplicação do direito brasileiro e ordem pública

No caso *Thales Geosolutions v. FARCO*²¹⁵, a requerida impugnou o pedido homologatório alegando que a decisão arbitral viola a ordem pública e a soberania nacional, pois a sentença lhe impediu de compelir a requerente a cumprir suposta obrigação de entrega à Marinha Brasileira dos dados brutos (dados coletados com o levantamento do perfil do leito dos rios). Antes de decidir sobre a questão, o acórdão discorre sobre o conceito de ordem pública para demonstrar as “dificuldades enfrentadas pela doutrina para esclarecer a compreensão do que seja ordem pública”²¹⁶.

²⁰⁷ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

²⁰⁸ Promulgado pelo Decreto n. 21.187, de 22.03.1932, publicado no Diário Oficial de 29.03.1932.

²⁰⁹ STJ, Resp. n. 616, Rel. Min. Claudio Santos, julgado em 24.04.1990, DJ de 13.08.1990

²¹⁰ STJ, Resp. n. 238.174, Rel. Min. Ministro Antônio De Pádua Ribeiro, julgado em 06.05.2003, DJ de 16.06.2003

²¹¹ STF, SE n. 5847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²¹² STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

²¹³ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

²¹⁴ STJ, SEC 3661, Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009.

²¹⁵ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

²¹⁶ O STJ apresenta os seguintes conceitos de ordem pública na SEC n. 802 (p. 9-11):

“O art. 17 da LICC informa, apenas, que ‘as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.’”

O STJ, no entanto, entendeu que “a alegação da parte requerida de que não efetuou o pagamento das quantias devidas à requerente, em face da regra do art. 1.092 do CC de 1916, não se enquadra no conceito de violação à ordem pública”. Ademais, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito salientou que não há ofensa à ordem pública, quando a sentença arbitral examinou uma ação de cobrança, sem agressão à legislação brasileira²¹⁷.

Ação pendente no Judiciário e ordem pública

No caso *Mitsubishi v. Evadin*²¹⁸ foi analisada a ofensa à ordem pública, por haver julgamento pendente no Judiciário brasileiro em ação em que estão sendo discutidas questões prejudiciais à pretensão homologatória. De acordo com o voto do Ministro José Delgado, como a lide do juízo arbitral e a ação perante o Judiciário têm objeto comum - validade ou não do termo final dos contratos firmados pelas partes por meio dos quais a requerente licenciou e transferiu para a requerida tecnologia destinada à produção de televisores e vídeo-cassetes da marca Mitsubishi - a sentença arbitral não deveria ser homologada. Entretanto, o Ministro Francisco Peçanha Martins esclareceu que “o fato de ter sido instaurada lide perante autoridade brasileira não obsta a homologação da sentença estrangeira”. Sem adentrar em outros debates sobre ordem pública, a sentença arbitral foi homologada.

A doutrina tem procurado fixar esse conceito. Em síntese, afirmam os autores abaixo identificados que:

- a) ‘a ordem pública, em Direito Internacional Privado, representa o espírito e o pensamento de um povo, a filosofia sócio-jurídico-moral de uma nação.’ (Jacob Dolinger, em ‘A Evolução da Ordem Pública no Direito Internacional Privado’, RJ: Luna, 1997);
- b) ‘a ordem pública é o conjunto de direitos, de caráter privado, cuja obediência o Estado impõe, para que haja harmonia entre o Estado e os indivíduos, em salva-guarda de interesses substanciais da sociedade’ (Gama e Silva, citado por Irineu Strenger, em ‘Direito Internacional Privado’ – parte geral – vol. I. SP: RT. 2000, p. 172);
- c) ‘a ordem pública é o conjunto de normas essenciais à convivência nacional; logo não comporta classificação em ordem pública interna e internacional, mas tão-somente a de cada Estado. Sem embargo, autores existem, como Despagnet, que vislumbram três categorias de leis de ordem pública, em todas as legislações:
 - a) a compreensividade institutos e leis que interessam à consciência jurídica e moral de todos os povos civilizados, como as alusivas ao casamento, ao parentesco em linha reta;
 - b) a que engloba leis tidas como aplicação de verdadeiros princípios de moral e da organização social;
 - c) a referente às disposições imperativas em considerações de ordem regional (Maria Helena Diniz, em ‘Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada’. SP: Saraiva, 1999, 5ª ed., p. 366).

(...) Assentado está, contudo, que são leis de ordem pública:

- a) as constitucionais;
- b) as administrativas;
- c) as processuais;
- d) as penais;
- e) as de organização judiciária;
- f) as fiscais;
- g) as de polícia;
- h) as que protegem os incapazes;
- i) as que tratam de organização família;
- j) as que estabelecem condições e formalidades para certos atos;
- k) as de organização econômica (atinentes aos salários, à moeda, ao regime de bem).

(...) a fraude à lei é, também, considerada na noção de ordem pública”.

²¹⁷ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005, p. 14.

²¹⁸ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

Autonomia da vontade e ordem pública

No caso *Grain v. Coopergrão e Oito*²¹⁹, o STJ entendeu que não resta configurada a ofensa à ordem pública, quando houver “inequívoca manifestação de vontade das partes contratantes no tocante à escolha do procedimento arbitral para a solução de conflitos”.

Já no caso *Spie Enertrans v. Inepar*²²⁰, a requerida alegou a violação à ordem pública, por sustentar ser a arbitragem um direito personalíssimo; a cláusula arbitral intransferível; sendo necessária sua expressa e manifesta declaração de vontade. No entanto, o STJ declarou que “a Inepar, ao incorporar a SVIS, assumiu todos os direitos e obrigações da cedente, inclusive a cláusula compromissória em questão, que fora prevista no Acordo de Consórcio firmado com a ora requerente”, afastando a alegação de violação à ordem pública.

B) Acórdão que indeferiu a homologação de sentença arbitral estrangeira sob o fundamento de violação à ordem pública

A homologação da sentença arbitral estrangeira foi denegada com base na ofensa à ordem pública em casos cujo tema central foi a ausência de cláusula compromissória, ante a ausência de prova inequívoca da manifestação ou vontade das partes em submeterem-se ao juízo arbitral.

Ao contrário do caso *Grain v. Coopergrão e Oito*²²¹, em que havia prova inequívoca da manifestação de vontade das partes para submeterem-se ao juízo arbitral, em outros casos, ante a ausência dessa prova inequívoca, a homologação foi indeferida.

O STF, no caso *Plexus v. Santana*²²², já havia se deparado com a suposta violação do princípio da autonomia da vontade e, por conseguinte, da ordem pública. O STF verificou nesse caso que não havia nos autos prova de que a parte requerida concordou ou mesmo tomou ciência da existência da cláusula compromissória, seja por meio de troca de correspondências ou de quaisquer outros documentos que a tornassem expressa. Assim, concluiu o STF que: “não havendo sido demonstrado nos autos que as partes se sujeitaram, de forma legítima, às regras de arbitragem da LCA, não se pode ter a sentença (sic) homologanda estrangeira como proferida por juízo competente, razão pela qual procede a alegação de ofensa à ordem pública nacional. Restam, desse modo, desatendidas as exigências dos artigos 217, I do RISTF, 37, II, 38, I e II e 39, II da Lei 9.307/96, o que inviabiliza a homologação pretendida”²²³.

Note-se, ainda, que o Ministro Moreira Alves destacou em seu voto que buscou, primeiramente, de acordo com o princípio da boa-fé objetiva, considerar o fato de que a empresa brasileira compareceu perante o juízo arbitral, ainda que o considerasse incompetente e ter-se defendido. Porém, no caso em apresso, entendeu que não consta no contrato-tipo uma cláusula arbitral, que decorreria de aditamento em termos ambíguos.

²¹⁹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007.

²²⁰ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

²²¹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.06, DJ de 13.11.2007.

²²² STF, SEC n. 6.753-7, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

²²³ STF, SEC n. 6.753-7, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002, p. 335.

Tendo sido renovado o pedido homologatório do caso *Plexus v. Santana* perante o STJ, a Corte Superior também constatou que não restou caracterizada a manifestação ou a vontade da requerida para a arbitragem, ante a ausência de sua assinatura nos contratos em que se estabeleceu a cláusula arbitral. Portanto, decidiu que “a inequívoca demonstração da manifestação de vontade de a parte aderir e constituir o Juízo arbitral ofende à ordem pública, porquanto afronta princípio insculpido em nosso ordenamento jurídico, que exige aceitação expressa das partes por submeterem a solução dos conflitos surgidos nos negócios jurídicos contratuais privados arbitragem”²²⁴.

No caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista*²²⁵, os contratos de compra e venda de trigo para pão foram negociados por via telefônica, verbalmente entre as partes, o que, segundo entendimento do STJ “não impediria a estipulação da cláusula compromissória, desde que estivesse pactuada de forma expressa e escrita em outro documento referente ao contrato originário ou em correspondência”²²⁶. Nesse caso, verificou o STJ que não havia nos autos “elementos seguros” que comprovassem a aceitação da cláusula compromissória por parte da requerida, renunciando à jurisdição estatal. Assim, foi denegada a homologação da sentença arbitral por ofender a ordem pública nacional, vez que o reconhecimento da competência do juízo arbitral depende da existência de convenção de arbitragem (art. 37, II, c/c art. 39, II, da Lei n. 9.307/96). Ademais, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito ressaltou que, neste caso, “a correspondência foi trocada entre empresas do mesmo grupo. Se a situação fosse diversa, admitir-se-ia possível o reconhecimento da cláusula compromissória”²²⁷.

No caso *Indutech v. Algocentro*²²⁸, o STJ seguiu os precedentes acima mencionados (SEC n. 6753-7; SEC n. 967; e SEC n. 866). Entendeu a Corte Superior que, “faltando aos autos prova da manifesta declaração autônoma de vontade da requerida de renunciar à jurisdição estatal em favor da arbitral, o pedido importa em violação do artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei n. 9.307/96, do princípio da autonomia da vontade e em ofensa à ordem pública brasileira, restando inviabilizada a homologação, nos termos dos artigos 5º, inciso I e 6º da Resolução n. 9, de 4 de maio de 2005.”²²⁹

Dos 28 (vinte e oito) casos analisados, verificou-se o questionamento baseado em violação à ordem pública em 19 (dezenove). Contudo, apenas 4 (quatro) desses 19 (dezenove) casos foram indeferidos com base em violação à ordem pública como ilustra o gráfico abaixo:

²²⁴ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006, item 3 da ementa, p. 1.

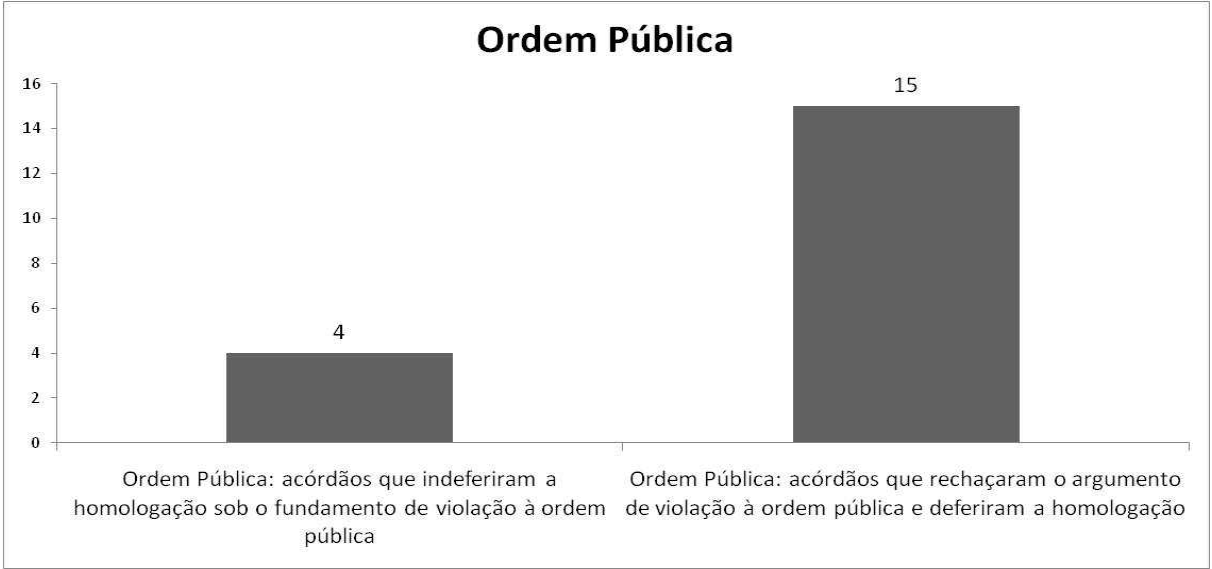
²²⁵ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

²²⁶ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006, p. 8.

²²⁷ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006, p. 14.

²²⁸ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

²²⁹ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009, p. 6.



ESTE É UM ARTIGO EM ELABORAÇÃO. PROIBIDO CITAR SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR / WORKING PAPER. PLEASE DO NOT QUOTE

4 Acórdãos que tratam de outras questões relevantes

Dentre os acórdãos analisados, além das questões processuais suscitadas (II) e dos requisitos para a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras conforme disposto nos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem (III), verificaram-se outros temas relevantes suscitados perante os tribunais superiores, quais sejam: o sistema de votação perante as cortes superiores; o tempo médio da duração dos processos de homologação de sentença arbitral estrangeira, a constitucionalidade da Lei de Arbitragem; aplicação intertemporal da Lei de Arbitragem; a desnecessidade da dupla homologação da sentença arbitral; a internacionalidade do contrato contendo a cláusula compromissória; a aplicação de tratados internacionais para o julgamento do pedido homologatório (art. 34); não re-análise do mérito da decisão arbitral; renovação do pedido de homologação (art. 40); e honorários de sucumbência em sede de homologação. Esses tópicos serão tratados a seguir.

4.1 Sistema de votação nas ações de homologação de sentença arbitral estrangeira

Antes da Emenda Constitucional n. 45, a competência para decidir homologação de sentenças estrangeiras era do STF e cabia ao Presidente.²³⁰ Caso houvesse impugnação, a competência passava ao Plenário²³¹ e o pedido de homologação era julgado pelos 11 Ministros que constituem a suprema corte brasileira.

Com a transferência da competência para julgamento das sentenças estrangeiras para o STJ, a Resolução n. 9/2005 regulamentou o procedimento perante o STJ. Atualmente, é atribuição do Presidente do STJ, podendo ser delegada ao Vice-Presidente, homologar sentenças estrangeiras.²³² Contudo, havendo contestação à homologação de sentença estrangeira, o processo será distribuído para julgamento pela Corte Especial,²³³ que é formada pelos 15 Ministros mais antigos do STJ.²³⁴

Esse sistema de votação por lado favorece o debate e garante que as sentenças arbitrais estrangeiras serão julgadas pelos Ministros mais experientes do STJ, mas por outro lado concentra a discussão sempre entre os mesmos Ministros e o mesmo Presidente ou Vice Presidente. Nos casos analisados, verificou-se um grande número de votos proferidos em diversos casos. Na grande maioria dos casos, além do voto do Relator, diversos outros Ministros apresentaram votos concorrentes em separado e que foram devidamente abordados nos outros itens deste relatório. Embora a existência de alguns posicionamentos diversos sobre pontos específicos, a

²³⁰ Vide Regimento Interno do STF, “Art. 220. Autuados a petição e os documentos, o Presidente mandará citar o requerido para, em quinze dias, contestar o pedido.”

²³¹ Vide Regimento Interno do STF, “Art. 223. Havendo impugnação à homologação, o processo será distribuído para julgamento pelo Plenário.”

²³² Vide Res. n. 9/2005 do STJ: “Art. 2º É atribuição do Presidente homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur a cartas rogatórias, ressalvado o disposto no artigo 9º desta Resolução. Parágrafo único. A competência prevista neste artigo pode ser delegada ao Vice-Presidente por ato do Presidente.”

²³³ Vide Res. n. 9/2005 do STJ: “Art. 9º Na homologação de sentença estrangeira e na carta rogatória, a defesa somente poderá versar sobre autenticidade dos documentos, inteligência da decisão e observância dos requisitos desta Resolução.

§ 1º Havendo contestação à homologação de sentença estrangeira, o processo será distribuído para julgamento pela Corte Especial, cabendo ao Relator os demais atos relativos ao andamento e à instrução do processo.”

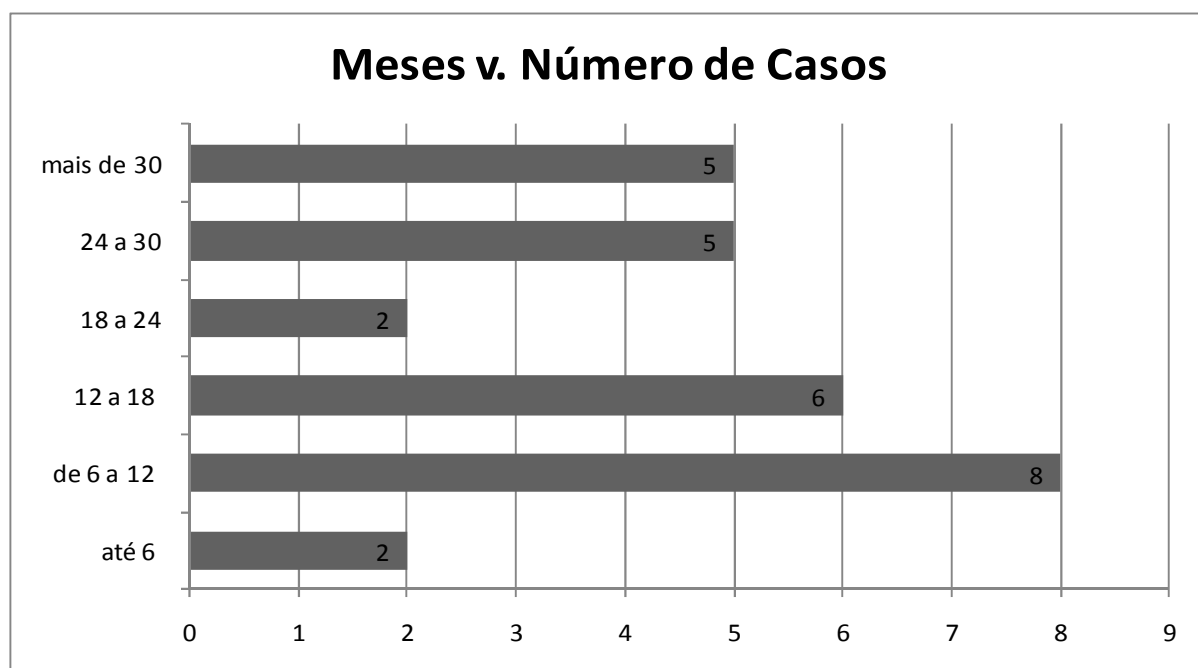
²³⁴ Vide Regimento Interno do STJ, Capítulo I, Art. 2º, § 2º:

“§ 2º A Corte Especial será integrada pelos quinze Ministros mais antigos e presidida pelo Presidente do Tribunal.”

maioria dos casos de homologação de sentença arbitral estrangeira foi decidido por votação unânime.²³⁵ Apenas as SECs n. 833²³⁶ e n. 349²³⁷ foram decididas por maioria.

4.2 Duração média dos processos de homologação de sentença arbitral estrangeira

Visando analisar o tempo médio para se obter uma homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil, foi calculado o tempo decorrido entre a distribuição do pedido homologatório e o seu julgamento final para todos os 28 casos objeto da pesquisa, utilizando-se o mês como unidade de cálculo. Como se observa do gráfico abaixo, a maioria dos casos foi julgada entre 6 e 12 meses ou entre 12 e 18 meses.



Considerando os 28 casos analisados, o prazo médio do julgamento é de 20,2 meses. Contudo, essa média é desvirtuada em razão de 3 (três) casos apresentaram circunstâncias especiais que os fazem profundamente díspares da regra geral. O principal exemplo é o caso envolvendo a declaração de constitucionalidade de certos dispositivos da lei de arbitragem que durou 75 (setenta e cinco) meses²³⁸. Outros dois casos que foram extintos sem julgamento de mérito também foram excluídos²³⁹. Tendo em vista essa disparidade, procedeu-se à identificação dos 25 casos em que nenhuma circunstância especial provocava distorções da média para cima ou para

²³⁵ Por exemplo, na decisão que ficou conhecida por proclamar a constitucionalidade da Lei 9.307/96, a homologação foi deferida por unanimidade, enquanto a constitucionalidade de alguns dispositivos da lei foi declarada por maioria, vide STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7 (*MBV v. Resil*), Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

²³⁶ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

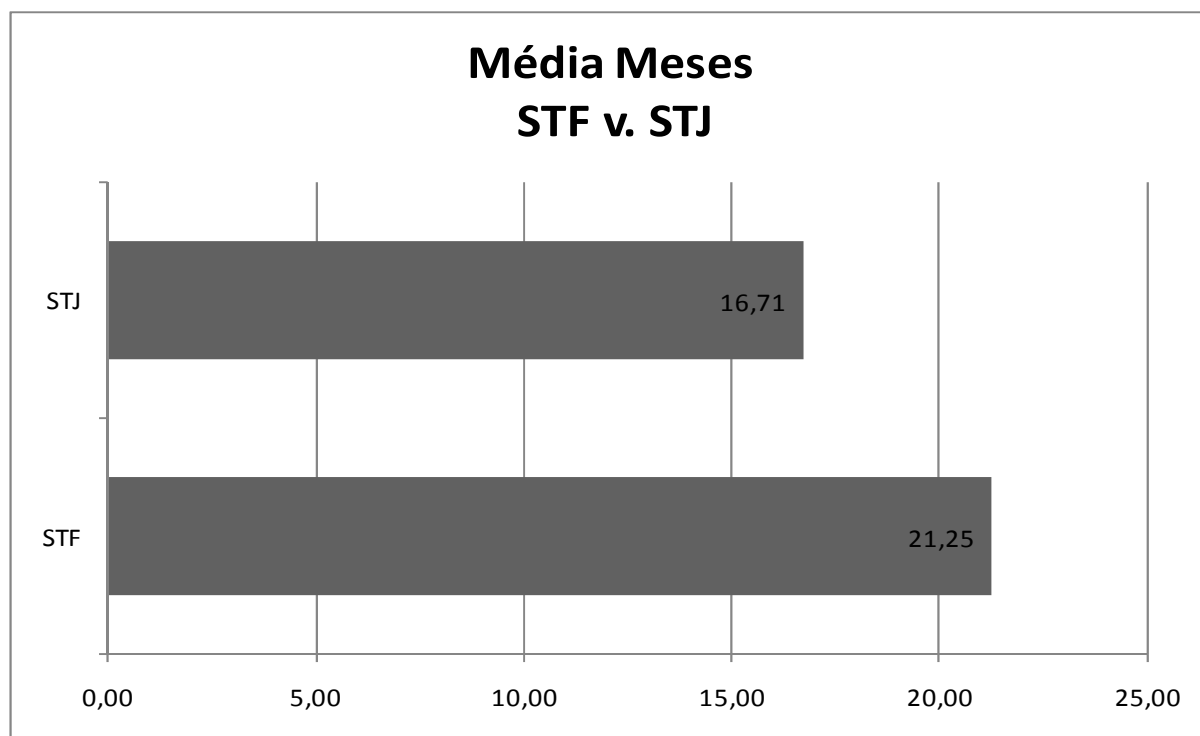
²³⁷ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

²³⁸ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7 (*MBV v. Resil*), Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

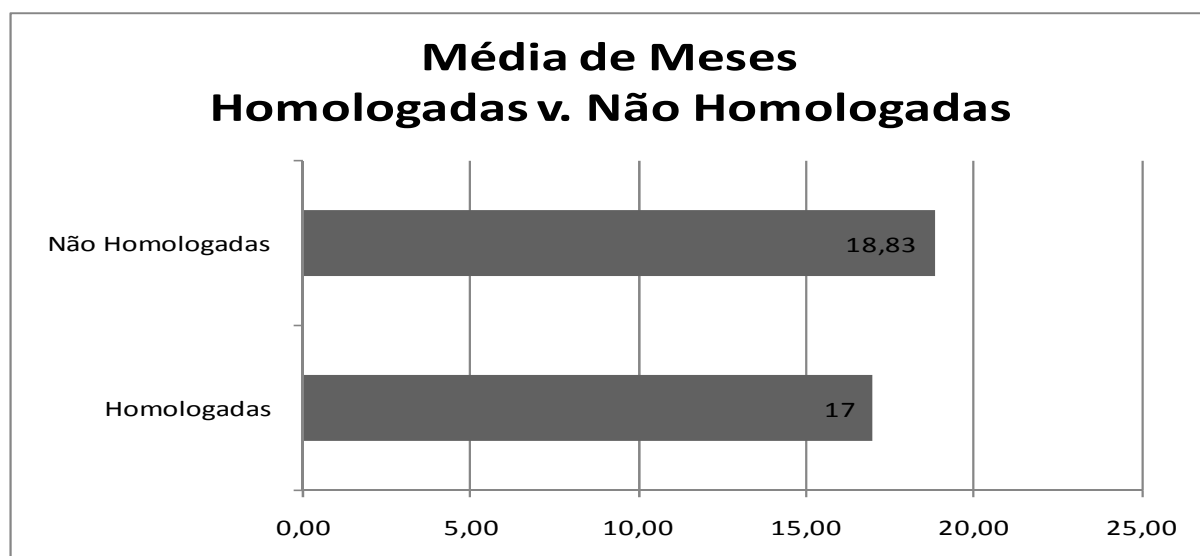
²³⁹ STJ, SEC n. 966 (*Ecom v. Têxtil Pé da Serra*), Rel. Min. Francisco Leitão, Decisão Monocrática, julgada em 03.10.2005, DJ de 03.10.2005 e STJ, SEC n. 968 (*Gottwald v. Rodrimar*), Rel. Min. Félix Fischer, Corte Especial, julgado em 30.06.2006, DJ de 25.09.2006.

baixo, concluindo por uma média de 17,4 meses para o julgamento nas homologações de sentença arbitral estrangeira desde a promulgação da Lei de Arbitragem em 1996 até a data de corte desta pesquisa em meados de 2009.

Os cálculos efetuados a partir de tais casos permitem afirmar que o STJ parece ser um pouco mais eficiente na gestão dos processos de homologação, o que permitiu uma queda de aproximadamente 5 meses no tempo total para que o julgamento homologatório fosse proferido.



Destes cálculos, pode-se notar também que a decisão final do processo (deferimento ou indeferimento da homologação) não altera substancialmente o tempo médio dos processos.



Atualmente, pode-se considerar o tempo médio entre distribuição e decisão final no STJ entre 12 e 18 meses, apresentando uma melhora em relação ao tempo médio de tais processos no STF. Vale ressaltar também que, em ao menos 10 casos a sentença homologatória foi proferida em menos de 1 ano.

4.3 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996)

A constitucionalidade da Lei de Arbitragem foi suscitada perante o STF como incidente de constitucionalidade no julgamento do pedido homologatória da sentença arbitral estrangeira emanada do caso *MBV v. Resil*²⁴⁰.

Tratava-se da homologação de sentença arbitral que dirimiu conflito entre duas empresas sobre a existência e o montante de créditos a título de comissão em decorrência de contrato de representação comercial. A sentença arbitral, proferida na Espanha, condenou a empresa brasileira Resil ao pagamento de determinada quantia calculada sobre o valor da proposta de fornecimento de um milhão de extintores de incêndio para automóveis na Polônia. Assim, buscou-se a homologação do laudo no Brasil.

Apesar de a Resil ter dado sua anuência à homologação, esta foi negada pelo STF, tendo em vista a ausência da chancela do órgão público competente no local do proferimento da sentença. Em resposta, a MBV recorreu da decisão através de agravo regimental, em que foi suscitada a inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei de Arbitragem.

Primeiramente, nota-se que a aparente contradição entre o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, CF²⁴¹) e a intenção das partes de resolver seus litígios através da via arbitral, declarada na cláusula compromissória, foi afastada. O STF esclareceu que a limitação imposta pela garantia constitucional aplica-se à lei e ao Estado e não às partes, que têm liberdade para resolver seus litígios através da arbitragem, renunciando à jurisdição estatal.

Ressalta-se que os votos dissidentes declararam a inconstitucionalidade dos arts. 6º, parágrafo único²⁴², e 7º²⁴³ da Lei de Arbitragem, por entenderem não ser possível a execução judicial específica da cláusula compromissória, uma vez que prevê a arbitragem para solução de disputas *in abstracto*, o que afrontaria a garantia constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário. No entanto, a maioria concluiu de modo contrário. Neste sentido, vale conferir o voto do Ministro Nelson Jobim quanto à distinção entre as cláusulas compromissórias cheia e vazia e o escopo dos arts. 6º e 7º da Lei de Arbitragem²⁴⁴. Finalmente, denota-se que os arts. 18

²⁴⁰ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

²⁴¹ “Art. 5º: [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

²⁴² Art. 6º, parágrafo único: “Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá a outra parte propor a demanda de que trata o art. 7º desta Lei, perante o órgão do Poder Judiciário a que, originariamente, tocara o julgamento da causa.”

²⁴³ Art. 7º: “Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim. [...]”

²⁴⁴ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.. Vide sobretudo p. 1044 e seguintes.

(irrecorribilidade da sentença arbitral)²⁴⁵ e 31 (equiparação da sentença arbitral à judicial)²⁴⁶ foram declarados constitucionais, por unanimidade²⁴⁷.

A decisão de constitucionalidade do STF, apesar de ter sido proferida em sede de controle de constitucionalidade difuso, deu o respaldo necessário ao desenvolvimento da arbitragem no país. Os Ministros analisaram detalhadamente os dispositivos da Lei de Arbitragem, a doutrina nacional e estrangeira especializada sobre o tema, para concluir, por maioria de votos, pela constitucionalidade da Lei de Arbitragem.

Em outras duas decisões coletadas pela pesquisa, verificou-se o debate acerca da constitucionalidade da Lei de Arbitragem em sede de homologação, enquanto pendente o julgamento do STF no caso supra mencionado.

No caso *Aiglon v. Teka*²⁴⁸, o STF menciona o incidente de constitucionalidade pendente de julgamento no caso *MBV v. Resil* e afasta a inconstitucionalidade dos arts. 41 e 42 da Lei n. 9.307/96 em razão da alegada inconstitucionalidade dos arts. 6º e 7º objeto do referido incidente, pois, conforme afirmado pelo Ministro Maurício Corrêa, “na execução da cláusula compromissória o juiz não substitui a vontade das partes, mas a concretiza”. O Ministro Sepúlveda Pertence apenas esclarece que no caso *Aiglon v. Teka*²⁴⁹ não era necessário debater a constitucionalidade dos referidos dispositivos legais, dado o comparecimento da requerida ao juízo arbitral, que supera a discussão de sua compulsoriedade.

No caso *Elkem v. Conan*²⁵⁰, o STF adotou a mesma posição do caso *Aiglon v. Teka*²⁵¹, esclarecendo que o pedido homologatório não dependia da análise da constitucionalidade dos arts. 6º e 7º da Lei n. 9.307/96, em debate no incidente de constitucionalidade *MBV v. Resil*²⁵², pois, no caso, “as partes submeteram-se espontaneamente ao juízo arbitral”, resultando na sentença homologanda.

No entanto, após a prolação da decisão, declarando a constitucionalidade da lei, a questão ainda foi suscitada em cinco casos subsequentes perante o STJ.

No caso *Bouvery v. Irmãos Pereira*²⁵³, a requerida sustentou que a constitucionalidade do art. 35 da Lei n. 9.307/96 estava sob julgamento do STF. O STJ limitou-se a afirmar que o referido caso (AgRg na SE n. 5.206) já estava concluído e colacionou a parte dispositiva da decisão que homologou a sentença arbitral e julgou pela constitucionalidade dos dispositivos da Lei de Arbitragem.

²⁴⁵ Lei n. 9.307/96, art. 18: “O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário”.

²⁴⁶ Lei n. 9.307/96, art. 31: “A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo.”

²⁴⁷ “Decisão: O Tribunal, por unanimidade, proveu o agravo para homologar a sentença arbitral, vencidos parcialmente os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Sydney Sanches, Néri da Silveira e Moreira Alves, no que declaravam a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 6º; do artigo 7º e seus parágrafos; no artigo 41, das novas redações atribuídas ao artigo 267, inciso VII, e ao artigo 301, inciso IX, do Código de Processo Civil; e do artigo 42, todos da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996.” STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Corte Especial, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004, p. 1.203.

²⁴⁸ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²⁴⁹ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²⁵⁰ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

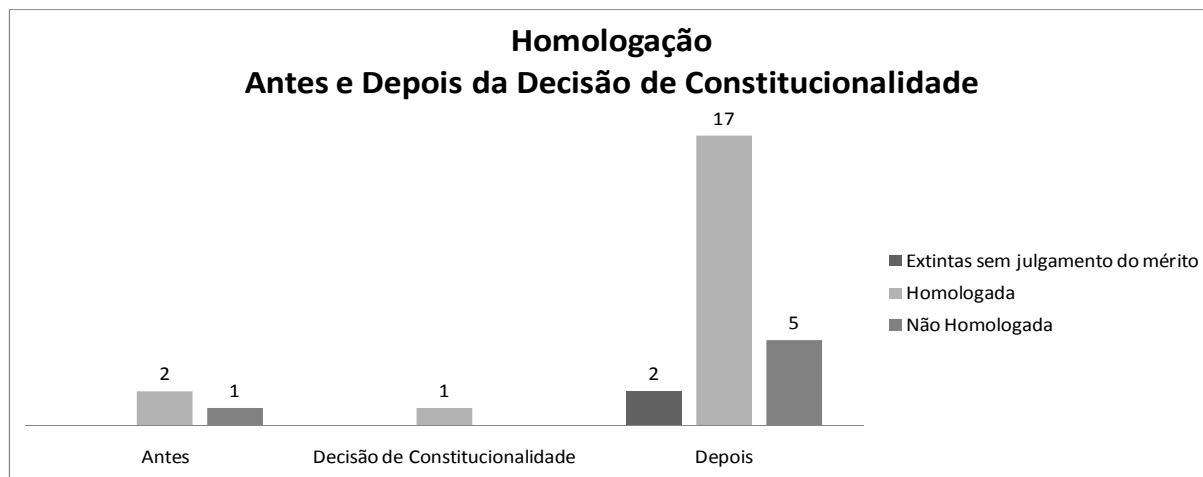
²⁵¹ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Corte Especial, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²⁵² STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

²⁵³ STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 03.04.2006.

Nos casos *Grain v. Coopergrão e Oito*²⁵⁴, *Bouvery v. Valex*²⁵⁵ e *Guidosimplex, v. Cavenagh*²⁵⁶ o STJ confirmou a jurisprudência do STF, segundo a qual a Lei de Arbitragem é constitucional, citando o precedente *MBV v. Resil*²⁵⁷ do STF, tendo aplicação imediata.

No caso *Spie Enertrans v. Inepar*²⁵⁸, o STJ novamente declarou que “é firme o entendimento desta Corte, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido da constitucionalidade da Lei 9.307/96, de 23/9/1996 (Lei de Arbitragem), e da sua aplicação imediata, conforme julgado citado em inúmeras decisões desta Corte: AgRg na SE 5.206”²⁵⁹.



4.4 A aplicação intertemporal da Lei 9.307/96

Em 8 (oito) casos, discutiu-se a aplicação intertemporal da Lei de Arbitragem, concluindo-se pela sua aplicação imediata após sua entrada em vigor, tendo em vista natureza processual do referido diploma. Notadamente, em todos eles, os contratos foram assinados antes da promulgação da Lei de Arbitragem em 23.09.1996.

Cronologicamente, analisando-se esses casos, verifica-se a evolução da posição do STF e do STJ sobre a aplicação da lei de arbitragem aos casos de homologação de sentença arbitral estrangeira.

No caso *Aiglon v. Teka*, o STF decidiu que “as disposições processuais da Lei nº 9.307/96 têm incidência imediata nos casos pendentes de julgamento”²⁶⁰. A Corte Suprema fundou sua decisão no fato de o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira ter sido protocolizado em 04.06.1998, já na vigência da Lei n. 9.307/96, cujo art. 31 dispõe que a sentença arbitral equivale a título executivo. Portanto, entendeu que as normas processuais da lei de arbitragem incidem aos casos em curso, ainda que a cláusula compromissória tenha sido firmada antes da

²⁵⁴ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.2006, DJ de 13.11.2006.

²⁵⁵ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

²⁵⁶ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

²⁵⁷ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

²⁵⁸ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

²⁵⁹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007, p. 9.

²⁶⁰ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999. Vide ementa e pág. 252.

entrada em vigor da Lei de Arbitragem. No caso *Tardivat v. B. Oliveira*²⁶¹, a parte requerida alegou que a Lei de Arbitragem não se aplicaria, pois a sentença arbitral foi proferida antes da vigência da lei. O STF novamente declarou que a Lei de Arbitragem tem aplicação imediata aos casos pendentes de julgamento, dado “o seu conteúdo processual”.

Já no caso *Elkem v. Conan*²⁶², o STF reiterou que a Lei de Arbitragem tem eficácia imediata, tendo em vista sua natureza processual. Esse caso repete o fundamento adotado no caso *Aiglon v. Teka* sobre a aplicação do diploma de arbitragem aos pedidos homologatórios instaurados após a vigência da lei ainda que com base em cláusula compromissória celebrada anteriormente. Porém, nesse caso, o STF não menciona cláusula compromissória, mas sim juízo arbitral instaurado antes do advento da Lei n. 9.307/96. Portanto, a Lei de Arbitragem é aplicável aos casos de homologação de sentença arbitral estrangeira “independentemente da data de início do respectivo processo”²⁶³.

Nos casos *Grain Partners v. Coopergrão*²⁶⁴, o STJ confirmou o entendimento do STF de que “a sentença arbitral e sua homologação é regida pela Lei n. 9.307/96, sendo a referida Lei de aplicação imediata e constitucional, nos moldes como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal.”

No caso *Mitsubishi v. Evadin*²⁶⁵, a requerida Evadin alegou que a cláusula arbitral era inexecutável, uma vez que o contrato que a continha foi assinado em 30.04.1993, ou seja, antes da promulgação da Lei de Arbitragem. Contudo, por maioria, o STJ entendeu que a Lei n. 9.307/96 tem incidência imediata nos contratos celebrados anteriormente em razão de sua natureza processual. Ademais, declarou que, ainda que fosse afastada a aplicação da Lei de Arbitragem, a cláusula compromissória seria válida de acordo com o Protocolo de Genebra. Portanto, afastou a tese de que a Lei de Arbitragem não poderia retroagir para atingir os efeitos do negócio jurídico perfeito, não alcançando cláusula compromissória firmada antes de sua entrada em vigor. Ao contrário, declarou que: “o princípio da irretroatividade da lei não tem aplicabilidade ao caso, por isso mesmo que, celebrado o contrato sob égide do Protocolo de Genebra aprovado pelo Brasil, a lei nova convalida o juízo arbitral, explicitando, no art. 39, que ‘para ser reconhecida e executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do STF’. O compromisso validamente assumido sob égide do Protocolo de Genebra importou em renúncia da jurisdição ordinária para a solução de controvérsia.”²⁶⁶

Os casos *Bouvery v. Valex*²⁶⁷ e *Guidosimplex v. Cavenagh*²⁶⁸ confirmaram a jurisprudência do STJ segundo a qual a Lei de Arbitragem tem aplicação imediata, citando o precedente *Grain Partners v. Coopergrão*²⁶⁹ do STJ.

No caso *Spie Enertrans v. Inepar*²⁷⁰, o STJ reiterou seu posicionamento, citando o caso *Mitsubishi v. Evadin* como “*leading case* sobre a matéria”, ao decidir pela

²⁶¹ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

²⁶² STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

²⁶³ SEC n. 5.828-7, p. 119, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

²⁶⁴ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

²⁶⁵ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

²⁶⁶ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007, p. 61.

²⁶⁷ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

²⁶⁸ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

²⁶⁹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

“imediata incidência da Lei de Arbitragem aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que firmados anteriormente à sua edição”²⁷¹.

Mais recentemente, no caso *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*²⁷², o STJ confirmou seu entendimento, afirmando que a “Lei 9.307/96 possui nítido caráter processual e, assim, está sujeita à regra de incidência imediata aos processos em andamento”²⁷³. Destacou, apenas para constar, que a carta de intenções foi firmada antes da entrada em vigor da lei de arbitragem, enquanto a sentença arbitral foi proferida sob sua vigência.

Portanto, é pacífico o posicionamento dos tribunais pátrios sobre a aplicação imediata da Lei de Arbitragem, dada sua natureza processual, aos contratos, contendo cláusula compromissória, celebrados antes de sua vigência e aos pedidos homologatórios sob sua vigência.

4.5 Desnecessidade do duplo exequatur

Com a entrada em vigor da Lei de Arbitragem, basta a homologação da sentença arbitral estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça - competência que antes cabia ao Supremo Tribunal Federal, modificada pela Emenda Constitucional n. 45/2004 - para que a decisão arbitral produza seus efeitos em território nacional (art. 35²⁷⁴). Portanto, tornou-se desnecessária a homologação pelo Poder Judiciário do local em que proferida a sentença arbitral, extinguindo-se o sistema do duplo exequatur.

No caso *Aiglon v. Teka*²⁷⁵, o STF afastou o argumento de que a sentença arbitral deveria ter sido submetida à dupla homologação, tendo em vista a natureza contratual da cláusula compromissória celebrada antes da Lei de Arbitragem. A Corte Suprema fundou sua decisão no fato de o pedido homologatório ter sido protocolado em 04.06.1998, na vigência da Lei n. 9.307/96, cujo art. 31 dispõe que “a sentença arbitral equivale a título executivo, sendo norma de direito processual e tendo, portanto, incidência imediata”.

No caso *Elkem v. Conan*²⁷⁶, o STF afirmou que se pretendia a homologação de uma sentença arbitral nos termos do art. 35 da Lei de Arbitragem, “sem necessidade de prévia apreciação pelo Judiciário do país de origem”, citando o precedente *Aiglon v. Teka*²⁷⁷.

No caso *MBV v. Resil*²⁷⁸, em que houve o controle incidental da constitucionalidade da Lei de Arbitragem, STF confirmou o fim do sistema do duplo exequatur. Declarou que, pela nova Lei de Arbitragem, a assimilação da decisão arbitral à sentença arbitral já bastaria, a rigor, para autorizar a homologação no

²⁷⁰ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

²⁷¹ SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007, p. 9.

²⁷² STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

²⁷³ SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008, p. 9.

²⁷⁴ Lei n. 9.307/96, art. 35: “Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, **unicamente**, à homologação do Supremo Tribunal Federal” (destaques acrescentados). Com a Emenda Constitucional n. 45/2004, a competência para a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras foi transferida para o Superior Tribunal de Justiça.

²⁷⁵ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²⁷⁶ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

²⁷⁷ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

²⁷⁸ STF, AgReg na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004. Vide sobretudo a partir das páginas 1187.

Brasil da sentença arbitral estrangeira, independentemente de sua prévia homologação pela justiça do país de origem, conforme disposto nos arts. 35, 38 e 39 da Lei n. 9.307/96.

No caso *Spie Enertrans v. Inepar*²⁷⁹, a requerida sustentou a aplicação dos arts. 584, IV e 1.097 do CPC, que exigiam a dupla homologação, pois o acordo de consórcio fora celebrado em 1995, antes da entrada em vigor da Lei de Arbitragem de 23.09.1996. Porém, o STJ declarou que eram descabidas as alegações da requerida acerca da não-incidência da Lei de Arbitragem e aplicação da sistemática anterior que exigia a dupla homologação da sentença arbitral estrangeira.

No caso *Litsa Línea v. SV Engenharia e Inepar*²⁸⁰, a requerida sustentou a necessidade da dupla homologação das sentenças arbitrais estrangeiras, nos termos do revogado art. 1.097 do CPC. No entanto, o STJ, seguindo o caso *Spie Enertrans v. Inepar*²⁸¹, reiterou a incidência imediata da Lei n. 9.307/96 aos processos em andamento, ainda que a carta de intenções, contendo a cláusula compromissória, tivesse sido assinada antes da entrada em vigor da lei. Assim, concluiu ser “inviável o pedido de aplicação do art. 1.097 do CPC, que previa a necessidade de homologação judicial do laudo arbitral para produzir efeitos de sentença judiciária, dispositivo revogado há quase doze anos”.

Interessante ainda abordar ainda o caso *Subway v. HTP*²⁸², pois, nesse caso, embora o STJ não tenha enfrentado a questão da desnecessidade do duplo exequatur propriamente dita, tratava-se de pedido homologatório em que foi trazida à homologação a sentença arbitral de consentimento acompanhada da sentença judicial que a homologou no Judiciário norte-americano. O STJ negou provimento em razão da necessidade de citação por carta rogatória da parte residente e domiciliada no Brasil, quando restar dúvidas sobre sua citação, o que se revela correto caso se considere a decisão judicial estrangeira como o objeto da homologação. Nos Embargos Declaratórios, no entanto, a requerente/embargante Subway aduziu que o pedido homologatório não se referia à sentença proferida pela Corte Distrital de Connecticut, juntada aos autos apenas para reforçar o pedido homologatório da sentença arbitral. Ademais, após a Lei n. 9.307/96, era prescindível a prévia homologação judicial no país de origem da sentença arbitral de acordo com o art. 35 da Lei de Arbitragem. O STJ, contudo, rejeitou os Embargos, não discutindo os argumentos da requerente/embargante por entender serem meramente infringentes. A Corte Superior manteve o indeferimento da homologação, ante a ausência de demonstração inequívoca da citação da requerida via carta rogatória, em razão de tratar-se de “sentença de consentimento” dos árbitros sem assinatura por parte da requerida ou de seu representante, e ante a inexistência de compromisso arbitral ou das regras e arbitragem da Associação de Arbitragem Americana.

Portanto, nas decisões em que a dupla homologação da sentença arbitral foi suscitada perante o STF e, mais recentemente, perante o STJ, os tribunais afastaram esse argumento, tendo em vista a entrada em vigor da Lei de Arbitragem em 1996, que extinguiu esse requisito do sistema anterior regulado pelo art. 1.097 do CPC.

²⁷⁹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

²⁸⁰ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

²⁸¹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

²⁸² STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007.

4.6 Internacionalidade do contrato

A questão da internacionalidade do contrato foi explorada a fundo no caso *Mitsubishi v. Evadin*²⁸³. Esse caso trata de sentença arbitral proferida no Japão, em arbitragem administrada pela Japan Commercial Arbitration Association, em decorrência do alegado descumprimento do contrato celebrado também no Japão entre as empresas japonesa e brasileira, Mitsubishi Electric Corporation (“Mitsubish”) e Evadin Indústrias Amazônia S/A (“Evadin”), respectivamente. A requerente, Mitsubish, instaurou pedido de homologação da sentença arbitral estrangeira contra a empresa Evadin. A requerente afirma ter licenciado e transferido tecnologia destinada à produção de televisores e videocassetes da marca Mitsubish à requerida, Evadin por meio de dois contratos firmados em 30.04.1993. Porém, sustenta que, findas as avenças em dezembro de 1999, a requerida teria se utilizado da marca e deixado de quitar os valores devidos não apenas pelo uso da marca, mas também por serviços prestados e por peças e equipamentos importados do Japão. Prevendo o contrato o juízo arbitral a requerente iniciou arbitragem no Japão em 18.10.2002. Já a requerida apresentou contestação, alegando que *(i)* as partes celebraram os contratos no Japão para serem cumpridos no Brasil, o que afasta a alegação de se tratar de contratos internacionais, pois a empresa brasileira só poderia explorar comercialmente a marca Mitsubish no Brasil e não no mundo; *(ii)* os contratos foram celebrados antes da entrada em vigor da Lei de Arbitragem, restando inexecutível a cláusula compromissória, pois não foi celebrado compromisso arbitral; e *(iii)* existe demanda pendente na Justiça brasileira sobre o mesmo litígio²⁸⁴.

O STJ foi instado a determinar a internacionalidade da relação contratual para examinar a distinção entre cláusula compromissória e compromisso. A Ministra Relatora Eliana Calmon entendeu tratar-se de um contrato internacional, transcrevendo precedente que afirma que: “sendo um contrato internacional, com específica cláusula arbitral não parece razoável que seja aplicada a distinção feita pelo acórdão recorrido entre cláusula arbitral e compromisso de juízo arbitral. A natureza internacional do contrato impõe que a distinção fique superada, valendo o Protocolo de Genebra de 1923, em que não existe a distinção de ordem prática entre os institutos da cláusula compromissória e do compromisso”²⁸⁵ e concluindo que “atendidas as exigências de ordem formal e de absoluta inteligência o julgado da Corte Arbitral Comercial do Japão, não se pode ver na decisão reflexos negativos à segurança e à estabilidade das relações de comércio internacional.”²⁸⁶ O Ministro Ari Pargendler citou Nádia de Araújo para afirmar que para identificar um contrato como internacional “basta que uma das partes seja domiciliada em um país estrangeiro ou que um contrato seja celebrado em um país, para ser cumprido em outro”²⁸⁷, concluindo que o contrato em apreço era internacional.

A sentença foi homologada e o STJ declarou que, por se tratar de cláusula compromissória expressamente inserida em contrato internacional, está superada a discussão sobre a distinção entre cláusula compromissória e compromisso, citando como precedente o REsp n. 712.566/RJ²⁸⁸. Nesse caso, o STJ ressalta que mesmo

²⁸³ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

²⁸⁴ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

²⁸⁵ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007, p. 7.

²⁸⁶ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007, p. 9.

²⁸⁷ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.05.2007, DJ de 21.05.2007, p. 38.

²⁸⁸ STJ, REsp n. 712.566/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18.08.2005, DJ de 05.09.2005.

antes da Lei n. 9.307/96, quando existia distinção entre cláusula compromissória e compromisso, havia tratamento próprio às cláusulas compromissórias inseridas em contratos internacionais, pois o Protocolo de Genebra de 1923, ratificado pelo Brasil²⁸⁹.

4.7 Aplicação de tratados internacionais (art. 34 da Lei. N. 9.307/96)

O art. 34 da Lei n. 9.307/96²⁹⁰ estabelece a prevalência dos tratados internacionais em matéria de reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras sobre os dispositivos da Lei de Arbitragem²⁹¹. Dentre os tratados sobre o assunto, destaca-se a Convenção de Nova Iorque, em razão de sua abrangência multilateral, não restrita a uma região, e da ampla adesão, contando com mais de 140 ratificações²⁹². O art. V da Convenção de Nova Iorque rege a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil. Ademais, o artigo II dispõe sobre a cláusula compromissória.

Após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil, 23 pedidos de homologação de sentença arbitral estrangeira foram julgados. No entanto, apenas em 7 (sete)²⁹³ casos referências ao texto da Convenção de Nova Iorque foram verificadas nos acórdãos objeto da pesquisa, muitas delas em sede de embargos de declaração, alguns até fundamentados na omissão do acórdão quanto à Convenção de Nova Iorque. Desses 7 casos, em apenas um deles a decisão teve por fundamento a Convenção de Nova Iorque.²⁹⁴ Isso decorre do fato de a Lei de Arbitragem consagrar causas impeditivas de homologação semelhantes àquelas previstas na Convenção de Nova Iorque, o que não enseja grande preocupação na distinção entre os dois documentos legislativos²⁹⁵.

²⁸⁹ Promulgado pelo Decreto n. 21.187, de 22.03.1932, publicado no Diário Oficial de 29.03.1932.

²⁹⁰ “Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei.”

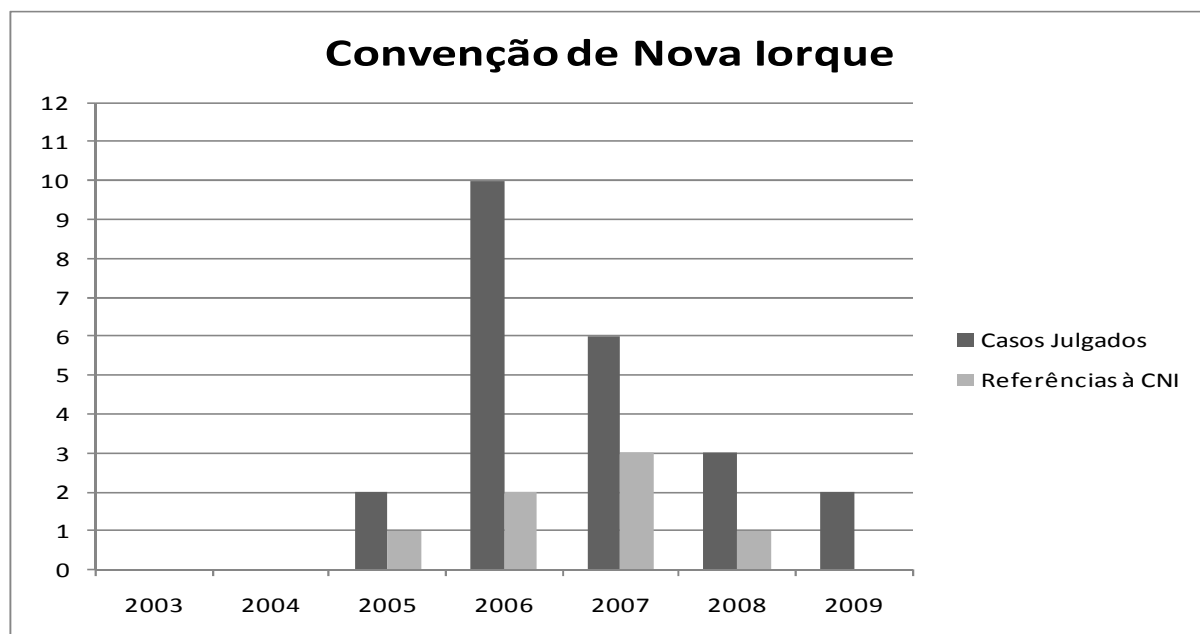
²⁹¹ “Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, **na sua ausência**, estritamente de acordo com os termos desta Lei” (destaques acrescentados).

²⁹² 144 Estados-Membros da Convenção de Nova Iorque, conforme informação disponível no site da UNCITRAL: <http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/NYConvention_status.html>, acessado em 26.11.2009.

²⁹³ São os seguintes: **1-a)** STJ, SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil União*), Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005 **e 1-b)** STJ, EDcl na SEC n. 856 (*L’Aiglon v. Têxtil União*), Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 03.08.2005, DJ de 28.08.2005; **2)** EDcl nos EDcl na SEC n. 967 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 04.12.2006; **3)** STJ, EDcl n. 507 (*Grain v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 06.12.2006, DJ de 05.02.2007; **4)** STJ, EDcl na SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007; **5)** STJ, EDcl na SEC n. 611 (*First Brands v. STP*), Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007; **6)** STJ, SEC n. 831 (*Spie v. Inepar*), Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007; e **7)** STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Algocentro*), Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

²⁹⁴ STJ, SEC n. 856 *L’Aiglon v. Têxtil União*, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

²⁹⁵ Para maiores informações sobre a Convenção de Nova Iorque vide supra item 1.6.



O art. II da Convenção de Nova Iorque foi invocado pela requerente da homologação no caso *L'Aiglon v. Textil União*²⁹⁶, para discutir os requisitos de validade da cláusula compromissória, a fim de demonstrar que a assinatura do contrato não é pressuposto de validade da cláusula compromissória²⁹⁷. Na motivação do acórdão, utilizou-se o art. II da Convenção de Nova Iorque²⁹⁸. Em sede de embargos de declaração, o STJ reafirma os fundamentos da decisão embargada e transcreve, novamente, o art. II da Convenção de Nova Iorque para defender a manutenção da decisão e rejeitar os embargos²⁹⁹.

No caso *Plexus v. Santana*³⁰⁰ perante o STJ, a ausência de fundamentação com base na Convenção de Nova Iorque (art. II) gerou a interposição de Embargos de Declaração³⁰¹, no qual embargante alegou que seria necessário “se preservar a segurança jurídica perante os Estados signatários da Convenção de Nova Iorque, aplicando-se o entendimento posto na SEC 856”³⁰². Contudo, diante do caráter puramente infringente, os embargos foram rejeitados.

No caso *Oleaginoso v. Moinho Paulista*³⁰³ foram alegadas contradição e omissão do acórdão em sede de embargos de declaração³⁰⁴, tendo em vista a derrogação da Lei de Arbitragem por lei especial superveniente, a Convenção de Nova Iorque³⁰⁵. A decisão dos embargos não discutiu a precedência hierárquica da Convenção de Nova Iorque sobre a Lei de Arbitragem, mas afastou a sua aplicação utilizando argumento temporal de que a Convenção de Nova Iorque não estava ratificada no Brasil à época

²⁹⁶ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

²⁹⁷ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005, p. 9 e 10.

²⁹⁸ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005, p. 14.

²⁹⁹ STJ, EDcl na SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 03.08.2005, DJ de 28.08.2005, p. 6.

³⁰⁰ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁰¹ EDcl nos EDcl na SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 04.12.2006.

³⁰² EDcl nos EDcl na SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 04.12.2006, p. 4.

³⁰³ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

³⁰⁴ STJ, EDcl SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007, p.3 e 8.

³⁰⁵ STJ, EDcl SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007, p.3.

da celebração dos contratos e nem mesmo no momento da propositura da ação de homologação - para justificar a ausência de referência à Convenção de Nova Iorque³⁰⁶. Nessa mesma decisão, em outra oportunidade, cogitou-se que, ainda que a convenção fosse vigente, o resultado da decisão embargada seria o mesmo³⁰⁷.

No caso *Spie v. Inepar*³⁰⁸, o Ministro Arnaldo Esteves Lima mencionou expressamente que a não contrariedade entre o disposto no art. 35 e seguintes da Lei de Arbitragem e as disposições da Convenção de Nova Iorque, que se complementam.³⁰⁹

No entanto, no caso *Grain Partners v. Coopergrão e Oito*³¹⁰, a Convenção de Nova Iorque foi invocada pela parte requerente em sede de embargos de declaração³¹¹, buscando a reapreciação da decisão, por omissão de tratado internacional³¹². Nesse caso, sem discorrer sobre a hierarquia existente entre a Convenção de Nova Iorque e a Lei de Arbitragem ou sobre a semelhança textual entre os dois diplomas legislativos, o STJ manteve a decisão embargada.

Também no caso *STP v. First Brand*³¹³, o requerido alegou em sede de embargos de declaração³¹⁴ omissão de tratado internacional, buscando a reapreciação da decisão. Arguiu que a não aplicação das hipóteses que obstem o reconhecimento da sentença arbitral previstas na Convenção de Nova Iorque, dentre

³⁰⁶ “Ora, a *quaestio* trazida à baila no processo versa a respeito de homologação de sentença arbitral proferida por THE GRAIN AND FEED TRADE ASSOCIATION (GAFTA), que condenou a requerida pelo descumprimento de 4 (quatro) contratos de compra e venda de trigo argentino para pão, sendo que a própria embargante, em sua petição inicial (fl. 05), informa que os contratos foram celebrados verbalmente entre abril e junho de 1996. Portanto, os vícios apontados não merecem acolhida, uma vez que a Convenção das Nações Unidas sobre o Reconhecimento das Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958, [Convenção de Nova Iorque], incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002, **não vigia no Brasil à época da celebração dos contratos tidos como inadimplidos, sendo posterior, inclusive, ao requerimento da homologação** [25 de fevereiro de 2002, cf. fl. 02].” [destaques acrescentados, Id. p. 8].

³⁰⁷ “Outrossim, por hipótese, ainda que vigente a Convenção de Nova Iorque (incorporada pelo Decreto n. 4.311, de 23 de julho de 2002) à época dos acordos de vontade, o art. II, número 2, prescreve que “*entender-se-á por ‘acordo escrito’ uma cláusula arbitral inserida em contrato ou acordo de arbitragem, firmado pelas partes ou contido em troca de cartas ou telegramas.*”, ou seja, o referido dispositivo não dispensa um mínimo de prova material a comprovar a anuência dos contratantes à convenção de arbitragem, mesmo que feita por carta ou telegrama, situação não verificada in casu, em que há meras suposições de que a empresa requerida teria consentido em se submeter ao THE GRAIN AND FEED TRADE ASSOCIATION - GAFTA” (p.10).

Na decisão embargada, o Rel. Min. fez constar expressamente que os arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem regiam o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil (STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, 17.05.2000, p. 5-6). Apesar disso, citou a Convenção de Nova Iorque como forma de corroborar a necessidade de acordo escrito para que se possa pactuar a arbitragem (p. 8). Esse precedente, especificamente no que tange a referência à Convenção de Nova Iorque, também foi citado em caso semelhante: STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 17.12.2008, p. 7).

³⁰⁸ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

³⁰⁹ Nesse sentido, o Min. afirmou “as questões relativas ao reconhecimento e execução das sentenças arbitrais, proferidas fora do território nacional têm por regência a Lei 9.301, de 23 de setembro de 1996 e, - a rigor - o que preconiza o art. 35 e seguintes da norma especial em comento e as disposições da Convenção de Nova Iorque, com eficácia interna autorizada pelo Decreto n. 4331, de 23 de julho de 2002, as quais sem qualquer contrariedade, complementam-se em buca de solução de litígios no comércio internacional.” (Id. p. 7).

³¹⁰ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.3006.

³¹¹ STJ, EDcl na SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em em 06.12.2006, DJ de 05.02.3007.

³¹² Nesse sentido, a embargante Grain Partners sustentou “omissão do arresto quanto à aplicação da CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE de 1958 para reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras, nos termos do art. 34 da Lei n. 9.307/96”, STJ, EDcl n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 06.12.2006, DJ de 05.02.3007, p. 4.

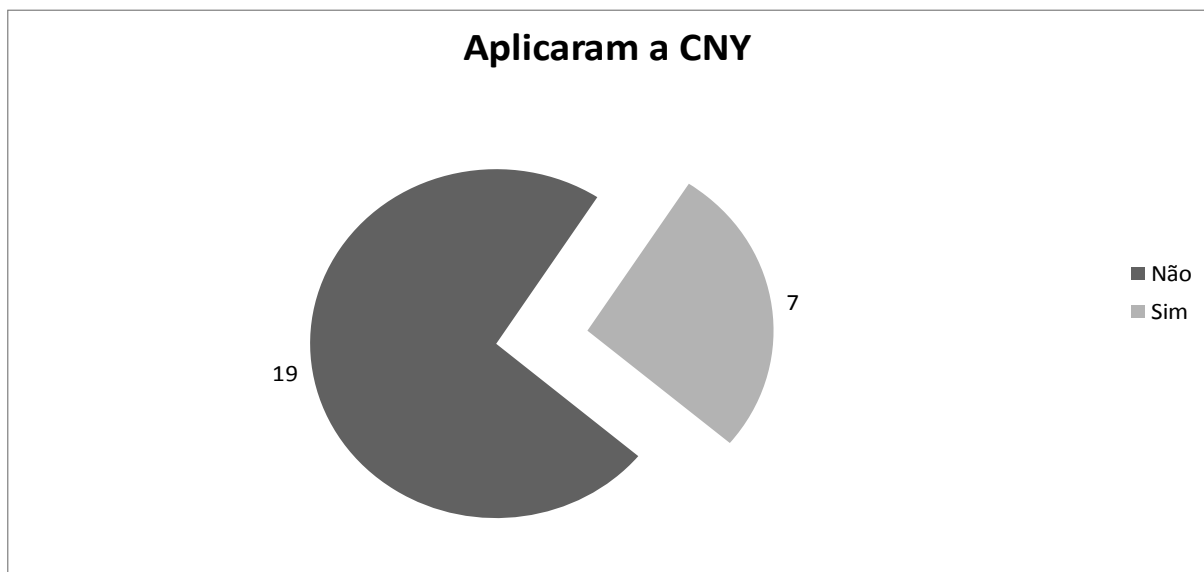
³¹³ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 23.11.2005, DJ de 11.12.2006.

³¹⁴ STJ, EDcl na SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 18.04.2007, DJ de 07.05.2007.

elas a violação da ordem pública. A alegação foi afastada pelo STJ³¹⁵, que manteve a decisão homologatória.

No caso *Indutech v. Algocentro*³¹⁶ há menção indireta ao art. II da Convenção de Nova Iorque sobre a validade da cláusula compromissória, pois, para fundamentar a decisão, a Corte Superior invocou o precedente o caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista* e e transcreveu trecho deste caso que menciona a aplicação do art. II da Convenção³¹⁷.

Constata-se, em suma, que a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras tem respeitado os preceitos da Convenção de Nova Iorque, contudo, tendo em vista sua semelhança com os dispositivos da Lei de Arbitragem, os artigos da Convenção não são invocados expressamente na maioria das decisões analisadas.



4.8 Respeito a não re-análise do mérito da decisão arbitral

Não houve re-análise do mérito da decisão arbitral em 26 dos 28 acórdãos objetos deste estudo conforme os critérios metodológicos da pesquisa.

Em alguns dos 25 acórdãos que não admitiram o re-exame do mérito houve expressa manifestação por parte dos Ministros no sentido de que, no juízo de delibação feito em sede de pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, não cabe revisitar o mérito da decisão homologanda³¹⁸.

³¹⁵ “Não prospera a alegação das embargantes de que o acórdão impugnado não se pronunciou sobre o disposto na Convenção de Nova Iorque de 1958, que estabelece as hipóteses em que um país signatário possa recusar-se ao reconhecimento da sentença arbitral estrangeira, dentre elas a violação da ordem pública.” STJ, EDcl na SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 18.04.2007, DJ de 07.05.2007, p. 3.

³¹⁶ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

³¹⁷ Nesse sentido, foi a seguinte menção: “Outrossim, o artigo II, número 2, da Convenção das Nações Unidas sobre Reconhecimento das Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958, [Convenção de Nova Iorque], incorporada pelo Decreto n. 4.311/02, prescreve que ‘entender-se-á por ‘acordo escrito’ uma cláusula arbitral inserta em contrato ou acordo de arbitragem, firmado pelas partes ou contido em troca de cartas ou telegramas.’” STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009, p. 7.

³¹⁸ Nesse sentido vide ementa do caso STJ, SEC n. 866 (*Oleaginosa v. Moinho Paulista*), Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006:

“I – O controle judicial da sentença arbitral estrangeira está limitado a aspectos de ordem formal, **não podendo ser apreciado o mérito do arbitramento**” (p. 1 – destaques acrescentados).

No caso *Thales Geosolutions v. FARCO*³¹⁹, a Corte Especial do STJ efetivamente revisita a fundamentação da sentença arbitral (que envolve direitos da Marinha Brasileira) para concluir pela ausência de violação à ordem pública.

Apesar de pontuar que não se discute mérito em processo de homologação de sentença arbitral estrangeira, o Ministro Relator adentra ao mérito ao afastar a ocorrência de contrato de adesão e a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no caso *Aiglon v. Teka*³²⁰.

Já no caso *Ecom v. Pé da Serra*³²¹, o Ministro Relator de certa forma contraria a impossibilidade de re-análise do mérito da decisão arbitral ao suspender o processo diante da existência de sentença judicial brasileira dando por rescindido o contrato discutido na arbitragem.

4.9 Renovação do pedido de homologação (art. 40 da Lei n. 9.307/96³²²)

O tema da renovação do pedido de homologação com base no art. 40 da Lei de Arbitragem foi abordado em dois casos³²³.

O caso *Plexus v. Santana*³²⁴ constituiu efetiva renovação perante o STJ de pedido denegado no STF em razão de não apresentação da cláusula compromissória³²⁵. A Plexus renovou o pedido de homologação perante o STJ, alegando vício formal por ausência de apresentação dos contratos em que estariam inseridas as cláusulas compromissórias. O Ministro Relator José Delgado e o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito entenderam ser incabível a renovação do pedido de homologação, pois o fundamento da denegação da homologação pelo STF não foi a ocorrência de um vício formal, mas sim a inexistência de cláusula compromissória válida³²⁶. Entretanto, essa questão restou ultrapassada, tendo o acórdão analisado o mérito do pedido de homologação e indeferido o pedido.

No caso *L'Aiglon v. Têxtil União*³²⁷, apesar de o Procurador Geral da República ter opinado pela denegação da homologação por ausência de prova inequívoca da

Vide ainda STJ, SEC n. 507 (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*), Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgada em 18.10.2006, DJ de 13.11. 2006; STJ, SEC n. 918 (*Guidosimplex v. Cavenagh*), Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007; e STJ, SEC n. 978 (*Indutech v. Agocentro*), Min. Rel. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

³¹⁹ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

³²⁰ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

³²¹ STJ, SEC n. 966 (*Plexus v. Santana*), Rel. Min. Francisco Falcão, decisão monocrática, julgada em 22.09.2005, DJ de 03.10.2005 e STJ, SEC n. 856 (*L'Aiglon v. Têxtil*), Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

³²² “Art. 40. A denegação da homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais, não obsta que a parte interessada renove o pedido, uma vez sanados os vícios apresentados.”

³²³ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgada em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006 e STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005. Note-se ainda, que esse tema também foi objeto de discussão no caso *Atec v. Rodrimar* STJ, SEC n. 3.035, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 19.08.2009, DJ de 31.08.2009 que ficou fora do escopo da pesquisa por razões temporais, que renova pedido julgado extinto por ilegitimidade de parte no caso *Gottwald v. Rodrimar* (STJ, SEC n. 968, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 30.06.2006, DJ de 25.09.2006).

³²⁴ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgada em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³²⁵ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

³²⁶ Nesse sentido, vide trecho do voto do Min. José Delgado: “Essa questão, como decidida, não apreciou questões formais. Situa-se na aplicação de princípio de ordem pública para indeferir a homologação. Ela está, hoje, revestida, a meu entender, com força de coisa julgada. Impossível revê-la, salvo em sede de ação rescisória.” STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgada em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006, p. 13. Vide ainda voto do Min. Menezes Direito, p. 17-18.

³²⁷ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

estipulação da cláusula compromissória - pois ausente o original ou cópia autenticada da convenção de arbitragem - ressaltou expressamente a possibilidade de renovação do pedido de homologação se apresentado o documento faltante, conforme disposto no art. 40 da Lei de Arbitragem³²⁸.

4.10 Honorários de sucumbência em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira

Por fim, analisou-se a questão dos honorários de sucumbência nos procedimentos de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras. O conceito de honorários sucumbenciais está disposto no art. 20 do CPC, segundo o qual “a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios”. No § 3º do referido artigo, estabelecem-se os parâmetros mínimos e máximos para a determinação dos referidos honorários: “os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação”. Entretanto, o julgador não está obrigado a esses limites, pois conforme o § 4º do mesmo dispositivo legal nas causas de pequeno valor os honorários podem ser fixados consoante “apreciação equitativa do juiz”.

Nos acórdãos que trataram da questão dos honorários de sucumbência nos pedidos de homologação de sentença arbitral estrangeira, destacam-se dois julgados³²⁹ que deram maior fundamentação sobre o tema.

No caso *Grain v. Coopergrão e Oito*³³⁰, o STJ declara o seguinte entendimento sobre a fixação dos honorários advocatícios em sede de homologação de sentença estrangeira. Primeiro, esclarece que o juízo de delibação limita-se à análise dos requisitos formais, pois, diversamente do processo que originou a sentença estrangeira, não possui conteúdo econômico³³¹. O STJ, conclui, portanto, que: “na hipótese de sentença estrangeira contestada, por não haver condenação, a fixação da verba honorária deve ocorrer nos moldes do art. 20, §4º do Código de Processo Civil, devendo ser observadas as alíneas do §3º do referido artigo. No entendimento desta Corte, neste caso, não está o julgador adstrito ao percentual referido no §3º. Na hipótese dos presentes autos, foi atribuído à causa o valor de R\$ 2.477.798,40 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), correspondente ao valor da condenação proferida pelo tribunal arbitral - US\$ 844.800 (oitocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos dólares)”³³². Neste caso, as requeridas foram condenadas ao pagamento de R\$ 10.000 (dez mil reais) em honorários.

³²⁸ Nesse sentido: “Opina o Dr. Cláudio Fonteles, ilustrado Procurador-Geral da República, pela denegação do pedido de homologação, sem embargo do disposto no art. 40 da Lei n. 9.307, de 23/9/96 (fls. 450 a 455)” STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005, p. 11.

³²⁹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.006 e STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ 19.11.2007.

³³⁰ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.006.

³³¹ Nesse sentido: “Cumpra lembrar que o ato homologatório da sentença estrangeira limita-se à análise dos requisitos formais. Isto significa dizer que o objeto da delibação na ação de homologação de sentença estrangeira não se confunde com aquele do processo que deu origem à decisão alienígena, não possuindo conteúdo econômico. É no processo de execução, a ser instaurado após a extração da carta de sentença, que poderá haver pretensão de cunho econômico. Ainda, em grande parte dos processos de homologação de sentença estrangeira - mais especificamente aos que se referem a sentença arbitral - o valor atribuído à causa correspondente ao conteúdo econômico da sentença arbitral, geralmente de grande monta.” STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.006, p. 13.

³³² STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.006, p. 13-14.

Já no caso *Spie v. Inepar*³³³, a Corte Superior fixou os honorários advocatícios em R\$ 50.000,00 (cinco mil reais), explicando que a aplicação de honorários de sucumbência pois foi concedida a pretensão homologatória, “o que significa, em termos, a sucumbência da requerida, requisito básico para responsabilizá-la por tal verba”. Declara ainda que: “a condenação incide a título objetivo e visa ressarcir a parte que necessitou ingressar em juízo [...] dos custos incorridos, para tanto, incluindo-se a verba advocatícia”³³⁴.

Dos 28 (vinte e oito) casos, 24 (vinte e quatro) trataram do tema dos honorários de sucumbência. Embora em geral sem menção expressa dos dispositivos legais aplicáveis à matéria, os honorários sucumbências foram estabelecidos com base em percentual sobre o valor da causa ou estipulado um valor nominal.

Em 9 (nove) casos, as Cortes fixaram honorários a partir do percentual sobre o valor da causa, quais sejam: *Mitsubishi v. Evadin* (2%)³³⁵, *L’Aiglon v. Têxtil União* (3%)³³⁶, *Aiglon v. Teka* (5%)³³⁷, *Tremond Alloys v. Metaltubos* (10%)³³⁸, *Bouvery v. Irmãos Pereira* (10%)³³⁹; *Thales Geosolutions v. Fonseca* (10%)³⁴⁰; *Oleaginosa v. Moreno Paulista* (3%)³⁴¹, *Plexus v. Santana* no STF (5%)³⁴² e *Plexus v. Santana* no STJ (10%)³⁴³.

Em 15 (quinze) casos, as Cortes Superiores estabeleceram honorários em valor nominal: *ICT v. Odil Pereira* (R\$ 1.000,00)³⁴⁴, *Samsung v. Carbografite* (R\$ 1.000,00)³⁴⁵, *Litsa v. SV Engenharia e Inepar* (R\$ 3.000,00)³⁴⁶, *Guidosimplex v. Cavenaghi* (R\$ 5.000,00)³⁴⁷, *Elkem v. Conan* (R\$ 5.000,00)³⁴⁸, *Bouvery v. Valex* (R\$ 5.000,00)³⁴⁹, *First*

³³³ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ 19.11.2007, valor da causa não disponível.

³³⁴ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ 19.11.2007, p. 10.

³³⁵ Nesse caso a Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, fixou em 2% sobre o valor da causa “considerando seu elevado valor” (\$1.426.264.366 ienes ou seja um bilhão, quatrocentos e vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e seis ienes, conforme corrigido nos Embargos Declaratórios à SEC 349), STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.05.2007, DJ de 21.05.2007.

³³⁶ Valor da causa US\$ 910.297,89 (novecentos e dez mil, duzentos e noventa e sete dólares e oitenta e nove centavos), STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

³³⁷ Valor da causa US\$ 1.893.318,09 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e dezoito dólares e nove centavos), STF, SEC n. 5.847-1, Min. Rel. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

³³⁸ Valor da causa US\$ 60.010,87 (sessenta mil e dez dólares e oitenta e sete centavos), STJ, SEC n. 760, Min. Rel. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 19.06.2006, DJ de 28.08.2006.

³³⁹ Valor da causa US\$ 150.263,78 (cento e cinquenta mil, duzentos e sessenta e três dólares e setenta e oito centavos), STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

³⁴⁰ Valor da causa US\$ 1.326.925,06 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e cinco dólares e seis centavos), STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

³⁴¹ Valor da causa: US\$ 1.579.000 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil reais), STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fisher, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

³⁴² Valor da causa: US\$ 231.776,35 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e seis dólares e trinta e cinco centavos), STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

³⁴³ Valor da causa: US\$ 231.776,35 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e seis dólares e trinta e cinco centavos), STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁴⁴ Valor da causa US\$ 242.565,20 (duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco dólares e vinte centavos), STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

³⁴⁵ Valor da causa US\$ 191.519,61 (cento e noventa e um mil, quinhentos e dezenove dólares e sessenta e um centavos), STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 18.06.2008, DJ de 06.10.2008.

³⁴⁶ Valor da causa US\$ 2.077.801,31 (dois milhões, setenta e sete mil, oitocentos e um dólares e trinta e um centavos), STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andriighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

³⁴⁷ Valor da causa não disponível no acórdão, STJ, SEC n. 918, Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

Brands v. STP (R\$ 10.000,00)³⁵⁰, *Grain v. Coopergrão e Oito* (R\$ 10.000,00)³⁵¹, *Spie Enertrans v. Inepar* (R\$ 50.000,00)³⁵², *Devcot v. Ari Giongo* (R\$ 50.000,00)³⁵³; *Plexus v. Ari Giongo* (R\$ 50.000,00)³⁵⁴; *Indutech v. Algocentro* (R\$ 1.000,00)³⁵⁵, *Tardivat v. B. Oliveira* (R\$ 10.000,00)³⁵⁶, *Gottwald Port v. Rodrimar* (R\$ 10.000,00)³⁵⁷ e *Subway v. HTP* (R\$ 10.000,00 em honorários ao curador)³⁵⁸.

Verificou-se uma prevalência na fixação de valores nominais e a não correlação do valor fixado em honorários e o valor da condenação na sentença arbitral.

³⁴⁸ Valor da causa US\$ 224.597,80 (duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete dólares e oitenta centavos), STF, SEC n. 5.828, Rel. Min. Ilmar Galvão, Corte Especial, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

³⁴⁹ Valor da causa não disponível no acórdão, STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

³⁵⁰ Valor da causa US\$ 125.109,00 (cento e vinte e cinco mil, cento e nove dólares), STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006.

³⁵¹ Valor da causa R\$ 2.477.798,40 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), correspondente ao valor da condenação proferida pelo Tribunal Arbitral - US\$ 844.800 (oitocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos dólares), STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

³⁵² Valor da causa não disponível, STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ 19.11.2007.

³⁵³ Valor da causa não disponível, STJ, SEC n. 3.660/GB, Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

³⁵⁴ Valor da causa correspondente à condenação na sentença arbitral: (i) o valor de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares americanos) pelo pagamento antecipado efetuado pela Requerente; (ii) a soma de US\$ 137.342,47 (cento e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e dois dólares e quarenta e sete centavos) pelo juros de 9% ao ano de 23.03.2006 a 1º.10.2007 sobre o valor de US\$ 1.000.000,00; (iii) o valor de US\$ 353.573,75 pela diferença entre o valor do contrato referidas 1.100 toneladas métricas e o valor de mercado em 14.09.2006; (iv) a quantia de US\$ 29.603,33, como juros sobre US\$ 353.573,75, à taxa de 8% ao ano a partir de 14.09.2006 a 1º.10.2007; (v) juros de US\$ 1.520.519,55, como sendo o acumulado das quantias referidas nos itens (i) a (iv) à taxa de 2% ao ano acrescidos à taxa de juros prime de Nova Iorque, ou conforme apropriado, à média calculada da mesma, a contar de 22.10.2007 até a data de pagamento desta soma pelo Requerido; e (vi) custos do laudo arbitral correspondentes a € 6.177,50 junto com o valor de selos de € 700,00 de acordo com as disposições da Norma 359, junto com um VAT de € 122,50, porém serão reembolsados da quantia total de € 7.000,00 pelos vendedores, STJ, SEC 3661/GB, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009.

³⁵⁵ Valor da causa US\$ 416.323,77 (quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e três dólares e setenta e sete centavos), STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgada em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

³⁵⁶ Valor da causa: US\$ 690.822,56 (seiscentos e noventa mil, oitocentos e vinte e dois dólares e cinquenta e seis centavos), STF, SEC n. 5378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

³⁵⁷ Valor da causa: EUR 510.078,90 (quinhentos e dez mil e setenta e oito euros e noventa centavos), STJ, SEC n. 968, Rel. Min. Félix Fischer, Corte Especial, julgado em 30.06.2006, DJ de 25.09.2006.

³⁵⁸ Valor da causa não disponível no acórdão, STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. para o Acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

5 Acórdãos que denegaram a homologação

Este item analisará detalhadamente os acórdãos que indeferiram a homologação da sentença arbitral estrangeira, demonstrando as questões fáticas e o fundamento para a denegação. As fichas de leituras dessas decisões foram anexadas ao presente relatório como Anexo II.

Dos 28 (vinte e oito) casos analisados, 6 (seis) tiveram o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira denegadas³⁵⁹, 2 (dois) foram extintos sem julgamento de mérito³⁶⁰ e 20 (vinte) foram homologados. Das 6 (seis) decisões denegadas, 2 (duas) eram do STF e 4 (quatro) do STJ. Interessante salientar que o caso *Plexus v. Santana* foi objeto de duas dessas seis decisões. Após ter a homologação denegada pelo STF, a sentença arbitral foi reapresentada no STJ, que novamente denegou a homologação.

5.1 *Plexus v. Santana*

Trata-se de sentença arbitral estrangeira proferida na Liverpool Cotton Association entre *Plexus v. Santana*³⁶¹, vendedora e compradora de algodão. As partes celebraram dois contratos de compra e venda de algodão cru da Nigéria e, por meio de um aditivo, foi incluída uma cláusula com o seguinte teor: “*As normas da LCA substituem e cancelam todas as normas deste contrato onde a jurisdição for questionada.*”³⁶² Após o inadimplemento por parte da empresa compradora (Santana) que alegava má qualidade do produto e atraso na entrega, a vendedora (Plexus) submeteu a controvérsia a juízo arbitral na Liverpool Cotton Association. Embora tenha questionado inicialmente a jurisdição arbitral, a compradora participou do procedimento que culminou com sentença favorável à vendedora Plexus, que busca a homologação no Brasil. O STF indeferiu, por unanimidade, o pedido homologatório tendo em vista que não foi possível aferir a competência do juízo que proferiu a sentença estrangeira. O Relator Ministro Maurício Corrêa registrou que os contratos não foram sequer assinados pela empresa compradora. O relator entendeu, ainda, que não havia cláusula compromissória específica no contrato, mas a menção às normas da LCA no formulário de embarque internacional. Assim, o relator concluiu que ainda que fosse possível superar a falta de assinatura no contrato, não seria possível verificar a eleição do juízo arbitral com base na cláusula supra transcrita uma vez que a lei exige a clara manifestação de vontade das partes. Ademais, o comparecimento ao juízo arbitral sob protesto, suscitando preliminarmente incompetência do órgão arbitral não significa aceitação tácita da

³⁵⁹ São as seguintes decisões (1) STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002; (2) STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000; (3) STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006; (4) STJ, SEC n. 833, Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006; (5) STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fisher, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006/ e (6) STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgada em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

³⁶⁰ STJ, SEC n. 966 (*Ecom v. Têxtil Pé da Serra*), Rel. Min. Francisco Leitão, Decisão Monocrática, julgada em 03.10.2005, DJ de 03.10.2005 e STJ, SEC n. 968 (*Gottwald v. Rodrimar*), Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 30.06.2006, DJ de 25.09.2006.

³⁶¹ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

³⁶² Original em inglês: “The LCA rules supersede all rules of this contract where the jurisdiction might be questioned.”

cláusula³⁶³. Dessa forma, não restando demonstrada a eleição das partes pela submissão às regras de arbitragem da LCA, não foi possível verificar a competência do juízo prolator da sentença arbitral que se busca homologar.

A decisão do STF foi técnica, pois fundamentada nos termos da Lei n. 9.307/96, sobretudo com base nos seus respectivos arts. 38, I e II, assim como 39, II. Com respeito ao art. 38 (I e II) concluiu-se, respectivamente, que as partes eram incapazes e a convenção de arbitragem não era válida. Além disso, a decisão leva expressamente em consideração o art. 39 II, ao indeferir o pedido de homologação por entender que a sentença arbitral ofenderia a ordem pública, o que se encontra igualmente amparado pelos arts. 216 e 217 do RISTF. Em conclusão, a decisão do STF, reconheceu explicitamente a inexistência da cláusula compromissória³⁶⁴, e assim a impossibilidade de homologação, por o julgado ter sido proferido por juízo incompetente.

Importante notar que essa mesma decisão arbitral foi objeto de outro pedido de homologação perante o STJ³⁶⁵ após a transferência da competência de pedidos de homologação de sentença estrangeira. Esse novo pedido será analisado no item 5.3 abaixo.

5.2 *Tardivat v. Oliveira*

Trata-se de homologação de sentença arbitral estrangeira que dirimiu conflito entre a empresa brasileira B. Oliveira e Tardivat International³⁶⁶. O tribunal arbitral, sob os auspícios da Câmara Arbitral do Café e Pimenta do Havre, na França, proferiu sentença condenando B. Oliveira a indenizar Tardivat por seu inadimplemento contratual. A controvérsia diz respeito à suposta não observância das cláusulas contratuais pela B. Oliveira, que vendeu e embarcou milhares de sacas de café à Tardivat, sem que esta tivesse previamente aprovado a qualidade das amostras anteriormente enviadas. Após a prolação da sentença arbitral e sua correspondente homologação pelo judiciário francês, Tardivat buscou seu reconhecimento no Brasil. O STF indeferiu, por unanimidade, a homologação da sentença arbitral, tendo em vista a ausência de prova inequívoca da citação de B. Oliveira para participação no procedimento arbitral e o conseqüente descumprimento do art. 217, II de seu Regimento Interno³⁶⁷.

A decisão do STF foi técnica em termos. Em primeiro lugar, afastou a inépcia da petição inicial suscitada pela B. Oliveira por suposta ausência de causa de pedir, bem como a necessidade de prestação de caução pela Tardivat³⁶⁸. Em seguida, ressaltou a competência de juízo arbitral sediado no exterior para dirimir controvérsia envolvendo sociedade constituída no Brasil e registrou a incidência imediata da Lei de Arbitragem aos processos em curso³⁶⁹, afirmando que os requisitos de homologabilidade previstos no Regimento Interno do STF foram reiterados pela Lei 9.307/96.

³⁶³ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra considerações preliminares no item III.1 sobre o momento da arguição da validade da cláusula compromissória.

³⁶⁴ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra item III.1 sobre validade da cláusula compromissória.

³⁶⁵ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁶⁶ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

³⁶⁷ “Art. 217. Constituem requisitos indispensáveis à homologação da sentença estrangeira: II – terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia”

³⁶⁸ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra item II.2 sobre necessidade de prestação de caução.

³⁶⁹ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra item II.5 sobre litispendência.

Finalmente, diante da ausência de prova de citação da B. Oliveira, e da conseqüente afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF)³⁷⁰, indeferiu o pedido de homologação. Entretanto, a decisão não é fundada no dispositivo específico para a denegação da homologação de sentença arbitral estrangeira em razão da ausência de citação, qual seja o art. 38, III da Lei de Arbitragem.

Ressalta-se que suposto representante legal de B. Oliveira (Wolthers & Associates) teria participado do procedimento arbitral que culminou na sentença homologanda. No entanto, não foi comprovada a outorga de poderes pela B. Oliveira para que fosse representada pela referida sociedade. Assim, diante da insuperável dúvida sobre a devida citação da requerida, restou prejudicado o exame de questões subjacentes, concluindo o STF, por unanimidade, pelo indeferimento do pedido de homologação.

5.3 *Plexus v. Santana*

O caso *Plexus v. Santana*³⁷¹, perante o STJ, constitui renovação de pedido de homologação anteriormente denegado no STF³⁷² em razão da não apresentação da cláusula compromissória. No STJ, o pedido de homologação da sentença arbitral, proferida sob a égide da Liverpool Cotton Association (LCA) condenando a Santana a pagar soma em dinheiro e a realizar obrigação de fazer em favor da Plexus em razão de descumprimento contratual, veio a ser novamente denegado.

Inexistindo contrato assinado entre as partes e tendo a Santana alegado incompetência do juízo arbitral durante a arbitragem, a Corte Especial do STJ não conseguiu identificar na documentação apresentada a manifestação voluntária por escrito da requerida em aceitar a cláusula compromissória, o que tornaria incompetente o juízo arbitral prolator da sentença. No entender da Corte Especial do STJ, isso ofenderia a ordem pública nacional por contrariar o princípio de que a aceitação da via arbitral para resolução de conflitos decorrentes de contratos privados deve ser expressa³⁷³.

Conclui-se, que a decisão do STJ foi parcialmente técnica. Por um lado, é feita referência à ordem pública, com base nos artigos 39 da Lei de Arbitragem e V da Convenção de Nova Iorque, muito embora o conceito de ordem pública e a explicação do argumento de violação à ordem pública não sejam aprofundados. Por outro lado, o acórdão desconsidera a existência de dispositivo próprio para a denegação da homologação de sentença estrangeira com base em “defeitos da convenção de arbitragem”, qual seja, o art. 38, inciso II. Observa-se que a decisão do STJ apoiou-se fortemente na decisão previamente proferida pelo STF³⁷⁴, quase quatro anos antes; decisão essa que conta com fundamentação técnica extensa, e freqüentemente reinserida e destacada no voto do Ministro José Delgado.

³⁷⁰ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”

³⁷¹ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁷² STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002.

³⁷³ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra item III.7 sobre ordem pública.

³⁷⁴ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.2002. Vide a análise da decisão do STF no item V.1 *supra*.

5.4 Subway v. HTP

O caso *Subway v. HTP*³⁷⁵ trata de pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira de consentimento proferida por tribunal arbitral constituído sob os auspícios da American Arbitration Association (AAA) e posteriormente confirmada pela Corte Distrital de Connecticut. Face à revelia da requerida no processo de homologação perante o STJ, nomeou-se curador especial³⁷⁶. Em sede de contestação, o curador especial arguiu: a necessidade de apresentação do original da convenção arbitral; a necessidade de celebração de compromisso arbitral para criação de jurisdição do tribunal arbitral; que o termo de conciliação apresentado era apócrifo e não continha elementos suficientes para aferir sua autenticidade; que não há prova de citação para o comparecimento ao juízo arbitral; e manifestou dúvidas quanto ao ato que se pretendia homologar, questionando se o pedido buscava a homologação da sentença arbitral ou da sentença judicial proferida em Connecticut que reconhecia a sentença arbitral. Embora a Ministra Relatora Eliana Calmon tenha proferido voto favorável à homologação, o pedido homologatório restou indeferido, por maioria, pois se entendeu que não foi possível verificar a citação regular e que a dúvida só poderia ser sanada por meio de citação por carta rogatória³⁷⁷. Foram opostos embargos de declaração e Recurso Extraordinário, ambos rejeitados.

O Ministro Luiz Fux, acompanhado pela maioria, votou pelo indeferimento da homologação. Em síntese, a denegação do pedido foi fundamentada na impossibilidade de verificação da citação no procedimento estrangeiro que deve ser provada por meio de carta rogatória e, sendo a sentença de consentimento dos árbitros apócrifa, impossível identificar a concordância da parte³⁷⁸. A requerente opôs embargos de declaração aduzindo que a sentença estrangeira que se pretende homologar é a arbitral e que juntou aos autos cópia da sentença homologatória proferida pela Corte Distrital de Connecticut apenas para reforçar o pedido, como elemento acessório. Os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade com voto do Ministro Luiz Fux considerando-os de caráter meramente infringentes. Contudo, *ad argumentandum tantum*, o Ministro afirmou que ainda que a sentença objeto do pedido de homologação fosse a arbitral, essa não seria homologada ante a ausência de compromisso arbitral que é condição para existência de procedimento arbitral.

Analisados em conjunto os votos na SEC n. 833 e nos seus respectivos embargos de declaração, duas observações devem ser realizadas. A primeira delas diz respeito à fundamentação baseada na necessidade de citação por carta rogatória, em desrespeito ao consubstanciada no art. 39, parágrafo único, da Lei de Arbitragem.

³⁷⁵ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006; STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. Min. Luis Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007. Vide ainda comentário de Selma Ferreira Lemes e Carmen Tiburcio, Revista de Arbitragem e Mediação vol. 13 (2007), Homologação de sentença estrangeira. Ausência de citação. Homologação indeferida e Thiago Marinho Nunes, Revista Brasileira de Arbitragem vol. 20 (2009), Homologação de Sentença Estrangeira, Citação por Carta Rogatória e Princípio do Contraditório, p.111.

³⁷⁶ Para maiores discussões sobre o tema, vide *supra* item 2.8 sobre curador especial.

³⁷⁷ Para maiores discussões sobre o tema, vide *supra* item 3.2 sobre citação.

³⁷⁸ Nesse sentido: “Deveras, no que pertine à sentença arbitral em si, objeto da homologação, em sendo o texto apresentado à chancela homologatório apócrifo (fls. 5/8), sobressai impossível a identificação de quem concordou, em nome da requerida, com os termos de conciliação (fls. 7/8; tradução fls. 11/12) da ‘sentença de consentimento’ dos árbitros (fls. 5/6; tradução fls. 9/11)” [STJ, SEC n. 833, Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006, p. 21].

Ainda que na instrução do pedido inicial de homologação não estivesse claro que o uso da sentença judicial proferida em Connecticut era acessório, sabe-se que, em última análise, o que se pretendia homologar era o conteúdo da sentença arbitral, o que havia sido objeto da sentença arbitral de consentimento. Nesse sentido, considerando que a sentença arbitral poderia ter sido levada à homologação perante o STJ diretamente, sem que houvesse prévia homologação pelo judiciário americano, não se poderia exigir citação por carta rogatória, por força do dispositivo já mencionado da lei de arbitragem. A segunda observação relaciona-se à necessidade de compromisso arbitral para a regular instauração de procedimento arbitral. Quando confrontado com a argumentação de que a sentença que se pretendia homologar não era a sentença judicial, mas sim a sentença arbitral, o Ministro Relator para os embargos de declaração deixou claro que, se fosse esse o caso, seria indispensável a apresentação do compromisso arbitral, erigindo-o à “condição essencial - sine qua non - para a existência do procedimento arbitral”³⁷⁹.

Pode-se afirmar que essa decisão é técnica, se considerarmos que o objeto da homologação era a decisão judicial estrangeira. Nesse caso, a citação só é válida se feita pela via da carta rogatória, como já afirmado anteriormente. No entanto, atécnica, visto que se poderia ter entendido que se tratava de homologação de sentença arbitral, o que dispensaria a citação pela carta rogatória³⁸⁰, na linha do que foi decidido no voto divergente do acórdão principal. Além disso – e, talvez, diante da dúvida sobre a decisão objeto de homologação, esse seja o ponto que se deva mais ressaltar –, pode ser considerada atécnica, uma vez que para a homologação de sentença arbitral estrangeira impõe indevidamente como requisito a juntada do compromisso arbitral aos autos, condição considerada “essencial - *sine qua non* - para a existência do procedimento arbitral”, conforme explicitado acima³⁸¹.

5.5 *Oleaginosa v. Moinho Paulista*

O caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista*³⁸² trata de pedido de homologação de sentença arbitral proferida pela The Grain and Feed Trade Association (GAFTA) no Reino Unido. As partes firmaram quatro contratos de compra e venda de trigo por telefone. Após, houve troca de correspondência contendo cláusula compromissória entre as corretoras das partes. A empresa argentina iniciou arbitragem na Inglaterra contra empresa brasileira. A empresa brasileira não indicou árbitro, contudo participou do procedimento arbitral questionando a jurisdição daquele tribunal. Apesar do recurso da requerida, a sentença arbitral foi mantida pelo tribunal arbitral, condenado-a a indenizar a empresa requerente pelo inadimplemento dos contratos. Em sede de homologação, o STJ entendeu que não havia elementos seguros que comprovassem a aceitação da cláusula compromissória por parte da requerida³⁸³, havendo, portanto, ofensa à ordem pública nacional uma vez que não era reconhecida a competência do

³⁷⁹ STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. dos EDcl Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007, p. 14.

³⁸⁰ Nesse sentido vide artigo 39, parágrafo único da Lei de Arbitragem.

³⁸¹ STJ, EDcl na SEC n. 833, Rel. dos EDcl Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 29.06.2007.

³⁸² STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fisher, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006. Vide ainda comentário de José Carlos Magalhães e Debora Visconte, *Revista de Arbitragem e Mediação* vol. 14 (2007) e de Flavia Foz Mange, *Revista Brasileira de Arbitragem* vol. 13 (2007), p. 116.

³⁸³ Para maiores discussões sobre o tema, vide *supra* item 3.1 sobre validade da cláusula.

juízo arbitral³⁸⁴. O STJ analisou os contratos e afirmou que o fato dos contratos terem sido firmados por telefone por si só não impediria a estipulação de cláusula compromissória por troca de correspondências. Contudo, a troca de correspondência foi entre a corretora brasileira CERAGRO e uma terceira empresa, a corretora argentina MERCOPATE. Dessa forma, o STJ concluiu que não há nos autos qualquer evidência que a requerida consentiu com a cláusula compromissória.

Em sede de embargos de declaração, a empresa argentina alegou omissão e contradição em razão dos dispositivos da Lei n. 9.307/96 terem sido derogados pela Convenção de Nova Iorque, lei especial superveniente. O STJ entendeu que a Convenção de Nova Iorque não se aplicava ao caso uma vez que fora incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 4.311, de 23 de julho de 2002, que “não vigia à época da celebração dos contratos tidos como inadimplidos, sendo posterior, inclusive, ao requerimento da homologação (25 de fevereiro de 2002)”³⁸⁵.

A decisão foi técnica em termos. Embora a decisão foi baseada na Lei n. 9.307/96, a fundamentação foi em violação à ordem pública (art. 39, II) quando poderia ter sido fundamentada na impossibilidade de verificação da validade da convenção arbitral nos termos do art. 38, II.

5.6 *Indutech v. Algocentro*

No caso *Indutech v. Algocentro*³⁸⁶, a empresa Indutech SPA solicitou a homologação da sentença arbitral proferida por tribunal arbitral constituído sob os auspícios da Liverpool Cotton Association (LCA), em que houve a condenação da requerida Algocentro ao pagamento de indenização em decorrência do descumprimento do contrato de fornecimento de algodão cru celebrado entre as partes.

A empresa brasileira apresentou contestação afirmando, dentre outros, que os contratos que deram azo à disputa não foram assinados pelas partes. Em réplica, a requerente refutou o argumento da requerida argüindo a incompetência do STJ para analisar a questão da ausência de assinatura nos contratos firmados entre as partes, tendo em vista tratar-se de questão de mérito, cuja análise cabe exclusivamente ao tribunal arbitral devidamente constituído³⁸⁷. De qualquer forma, a requerente ressaltou que a sentença arbitral reconheceu o liame contratual entre as partes, não obstante a falta de anuência escrita nos instrumentos.

Nesse sentido, o parecer do Ministério Público Federal foi favorável à homologação da decisão, uma vez que: “[...] restou demonstrada a existência de vínculo contratual entre as partes dado o relacionamento comercial contínuo por elas levado a cabo”. Apesar disso, o STJ indeferiu o pedido de homologação, tendo em vista a ausência de manifestação expressa (por escrito) das partes acerca de sua opção pelo juízo arbitral. O Tribunal considerou que a sentença arbitral foi proferida ao arrepio da Lei de Arbitragem (art. 4, §2º), que prevê expressamente a necessidade

³⁸⁴ Para maiores discussões sobre o tema, vide *supra* item 3.7 sobre ordem pública.

³⁸⁵ STJ, EDcl na SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fisher, Corte Especial, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007.

³⁸⁶ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009. Vide ainda Comentário de Marina Mendes Costa, Revista de Arbitragem e Mediação vol. 24 (2010), Ofensa à ordem pública nacional decorrente de ausência de assinatura de cláusula compromissória – Comentários à SEC 978/STJ.

³⁸⁷ Para maiores discussões sobre o tema, vide *supra* item 4.6 sobre re-análise do mérito.

de manifestação por escrito para vinculação à cláusula arbitral³⁸⁸. Ademais, o STJ entendeu que a sentença arbitral afronta o princípio da autonomia da vontade das partes e da ordem pública brasileira e concluiu pelo indeferimento do pedido de homologação com base nos arts. 5º, I, e 6º da Resolução n. 9/2005³⁸⁹.

A decisão é considerada técnica, pois decorre da interpretação do STJ aos dispositivos da Lei de Arbitragem, embora não siga a tendência mais moderna.

Síntese

Dos 6 (seis) casos que tiveram o pedido de homologação denegados pelo STF ou STJ, verifica-se que 3 (três) decisões foram técnicas, devidamente fundamentadas na Lei n. 9.307/96; 2 (duas) decisões foram técnicas em termos, pois embora devidamente fundamentadas com base nos princípios da Lei n. 9307/96 não mencionaram o dispositivo correto; e apenas 1 (uma) decisão pode ser considerada atécnica, havendo desrespeito aos princípios da Lei n. 9.307/96.



³⁸⁸ Para maiores discussões sobre o tema, vide supra item III.2 sobre validade da cláusula compromissória, em especial nos contrato de adesão.

³⁸⁹ Resolução n. 9 do Superior Tribunal de Justiça: “Art. 5º Constituem requisitos indispensáveis à homologação de sentença estrangeira: I - haver sido proferida por autoridade competente; (...) Art. 6º Não será homologada sentença estrangeira ou concedido exequatur a carta rogatória que ofendam a soberania ou a ordem pública.”

6 Conclusões

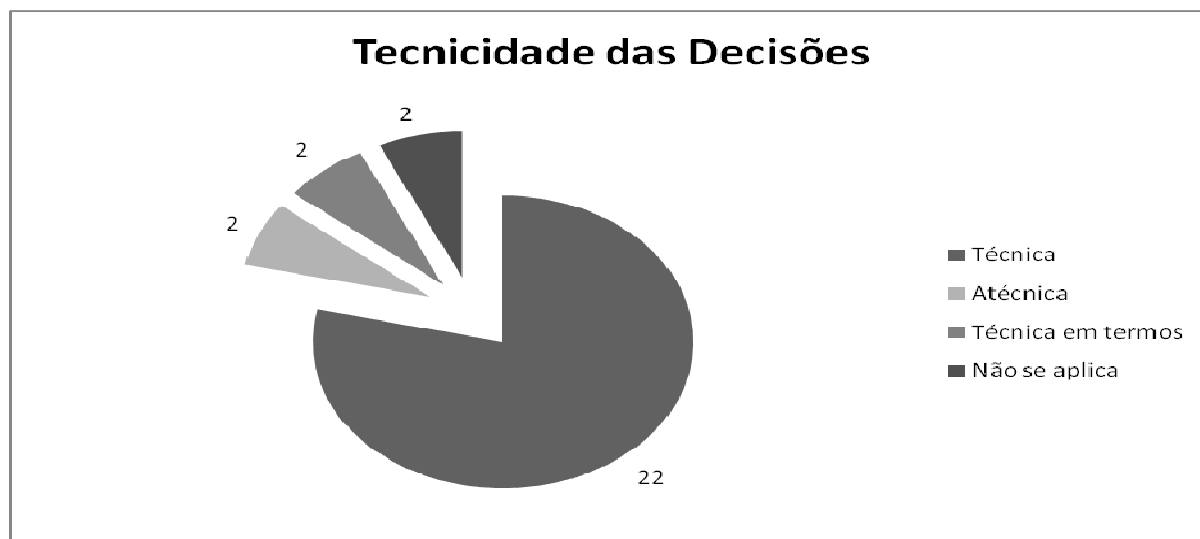
6.1 Visão geral

Com a análise dos 28 (vinte e oito) casos de homologação de sentença arbitral estrangeira que foram objeto desta pesquisa – que compreende o período de 23.11.1996 a 31.07.2009 –, verificou-se a evolução do procedimento arbitral. Primeiramente, percebe-se o aumento significativo de decisões proferidas sobre o tema pelo STJ – 23 (vinte e três) decisões – em relação ao STF – 5 (cinco) casos –, que assumiu essa competência apenas em 2005, após a Emenda Constitucional n. 45 de 31.12.2004.

Esse incremento no número de pedidos de homologação de sentença arbitral estrangeira é consequência de outro marco no desenvolvimento da arbitragem no Brasil: a declaração de constitucionalidade da Lei de Arbitragem como incidente suscitado no julgamento da SE n. 5.206-7, em 12.12.2001. Nessa mesma tendência, o Brasil ratificou a Convenção de Nova Iorque sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras em 23.07.2002. Assim, com esses dois passos pró-arbitragem, o Brasil assinalou seu novo posicionamento sobre o instituto e confirmou a segurança jurídica à prática arbitral, dando sinal verde aos interessados em utilizar o juízo arbitral e aos juízes que se deparam com cláusulas arbitrais ou sentenças arbitrais.

Essa assertiva é comprovada pelo número de decisões proferidas pelo STF até o julgamento da constitucionalidade da Lei de Arbitragem que totalizaram apenas 3 (três) acórdãos. Após a declaração da constitucionalidade, verificaram-se 24 (vinte e quatro) decisões em matéria de homologação de sentença arbitral estrangeira.

Nota-se ainda que, sob a competência do STF, das 5 (cinco) sentenças arbitrais estrangeiras julgadas, 3 (três) foram homologadas e 2 (duas) não-homologadas. Já, sob a competência do STJ, das 23 (vinte e três) sentenças arbitrais estrangeiras julgadas até 31.07.2009, 17 (dezessete) foram homologadas, 4 (quatro) tiveram o pedido de homologação denegado e 2 (duas) foram extintas sem julgamento de mérito. Conforme se observa do gráfico abaixo, a grande maioria das decisões proferidas em sede de homologação de sentença estrangeira respeitou os preceitos da Lei de Arbitragem e, portanto, foram consideradas técnicas para fins da presente pesquisa.



Conforme será adiante analisado, a maioria dessas decisões julgou o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira de maneira técnica, ou seja, de acordo com os requisitos da Lei de Arbitragem, sobretudo os dispositivos 38 e 39, em consonância com a Convenção de Nova Iorque, e, nos casos julgados pelo STJ, também de acordo com a Resolução n. 9/2005.

6.2 Análise técnica da aplicação da Lei n. 9.307/96

Nas decisões que deferiram o pedido de homologação de sentença, constatou-se a aplicação técnica da Lei de Arbitragem, primeiramente, quanto aos seguintes aspectos processuais: (i) questões formais sobre a instrução do pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, tais como convenção de arbitragem original ou cópia autenticada e sentença arbitral original ou cópia autenticada (*Tremond v. Metaltubos*³⁹⁰; *Bouvery v. Valex*³⁹¹; *L'Aiglon v. Têxtil União*³⁹²; e *Plexus v. Santana*³⁹³); (ii) desnecessidade de caução em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira (*Aiglon v. Teka*³⁹⁴; *Tardivat v. B. Oliveira*³⁹⁵; *Elkem v. Conan*³⁹⁶; e *Grain v. Coopergrão Oito*³⁹⁷); classificação do pedido homologatório como “Sentença Arbitral Estrangeira” ou “Sentença Arbitral Estrangeira Contestada” (*Nahuelsat v. Embratel*³⁹⁸); e (iii) legitimidade ou interesse das partes para o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira (art. 37 da Lei n. 9.307/96) pela prova da participação da parte no procedimento arbitral (*Spie Inertrans v. Inepar*³⁹⁹; *Litsa*

³⁹⁰ STJ, SEC n. 760, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 19.06.2006, DJ de 28.08.2006.

³⁹¹ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Barros Monteiro, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

³⁹² STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

³⁹³ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

³⁹⁴ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

³⁹⁵ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

³⁹⁶ STF, SEC n. 5.828, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.03.2001.

³⁹⁷ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

³⁹⁸ STF, SE n. 7.595, Rel. Min. Maurício Corrêa, Decisão Monocrática do Min. Presidente, julgada em 12.08.2003 DJ de 27.08.2003; STJ, SE n. 1305, Rel. Min. Barros Monteiro, Presidência, julgada em 17.12.2007, DJ de 07.02.2008. A respeito, ver comentários de Arnaldo Wald à SE n. 7.595, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 1, n.1, janeiro-abril 2004, pp. 201-4.

³⁹⁹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ 19.11.2007.

*Líneas v. SV Engenharia e Inepar*⁴⁰⁰) ou do interesse de terceiro no resultado do procedimento arbitral (*Samsung Eletrônica v. Carbografite*⁴⁰¹).

Dentre as questões formais, destacam-se ainda os casos em que foi suscitada a existência de ação ordinária pendente no judiciário brasileiro sobre o mesmo objeto do pedido homologatório de sentença arbitral estrangeira. Primeiro, decidiu-se pela suspensão da homologação, a fim de evitar julgamentos contraditórios (*Ecom v. Têxtil Pé da Serra*⁴⁰²). Segundo, afastou-se a alegação de litispendência pela ausência de identidade entre as demandas pendentes e de óbice à homologação (*Mitsubishi v. Evadin*⁴⁰³). Terceiro, reiterou-se que a existência de demanda pendente no judiciário brasileiro não constitui óbice à homologação e, ainda, considerou-se que a decisão homologatória seria útil ao julgamento da ação judicial pendente (*Samsung v. Carbografite*⁴⁰⁴).

Também se verificou o debate sobre ação anulatória de sentença arbitral pendente no judiciário brasileiro, quando ajuizado o pedido de homologação da mesma sentença arbitral estrangeira (*First Brands v. STP do Brasil*⁴⁰⁵). Nesse caso, o STJ ressaltou que o Poder Judiciário Brasileiro não é competente para julgar demanda de anulação de sentença arbitral quando a sede da arbitragem estiver fora do território nacional, citando, porém, o art. 33, § 2º da Lei n. 9.307/96, que versa sobre a anulação de sentenças arbitrais proferidas em território brasileiro.

Com a transferência da competência para julgamento do pedido homologatório de sentenças arbitrais estrangeiras do STF para o STJ, por força da Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004, constatou-se o exame do cabimento ou não de recurso extraordinário contra decisão do STJ em ação de homologação, o que ainda resta controverso⁴⁰⁶.

Por fim, entre as questões processuais, verificou-se a nomeação de curador especial, ante o não comparecimento da parte requerida em pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira (*Subway v. HTP*⁴⁰⁷).

Quanto aos requisitos previstos nos arts. 38 e 39 da Lei n. 9307/96 para a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, constatou-se sua análise nos seguintes casos:

- (i) **validade da convenção de arbitragem (art. 38, II da Lei n. 9.307/96): 1)** aceitação tácita verificada pelo comparecimento da parte ao procedimento arbitral (reconhecida em *L'Aiglon v. Têxtil União*⁴⁰⁸; e *Spie v. Inepar*⁴⁰⁹; desconsiderada em *Plexus v. Santana*⁴¹⁰; e *Oleaginosa*

⁴⁰⁰ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁴⁰¹ STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 18.06.2008, DJ de 06.10.2008.

⁴⁰² STJ, SEC n. 966, Rel. Min. Francisco Leitão, Decisão Monocrática, julgada em 03.10.2005, DJ de 03.10.2005.

⁴⁰³ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.05.2007, DJ de 21.05.2007.

⁴⁰⁴ STJ, SEC n. 1.302, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 06.10.2008, DJ de 06.10.2008.

⁴⁰⁵ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006.

⁴⁰⁶ Vide item II. 7 do Relatório.

⁴⁰⁷ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. para o acórdão Min. Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

⁴⁰⁸ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

⁴⁰⁹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.07.

⁴¹⁰ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.02. STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.06.

*Moreno v. Moinho Paulista*⁴¹¹); **2**) cláusula compromissória por escrito (*L'Aiglon v. Têxtil União*⁴¹²); **3**) desnecessidade de celebração de compromisso arbitral (*ICT v. Odil Pereira*⁴¹³); **4**) afastada a nulidade da cláusula compromissória em razão de indução a erro com relação à pessoa, por não ter alcançado todas as subsidiárias intermediárias ao contrato de *joint venture* (*First Brands v. STP*⁴¹⁴); **5**) convenção de arbitragem válida, sem necessidade das formalidades prescritas aos contratos de adesão (art. 4, §2º da Lei n. 9.307/96), quando as cláusulas e condições essenciais dos contratos forem livremente negociadas entre as partes (*Aiglon v. Teka*⁴¹⁵) ou quando a análise de que o contrato seria de adesão, demandaria o exame do mérito (*Grain Partners v. Coopergrão Oito*⁴¹⁶); **6**) validade da cláusula compromissória em razão da cessão do contrato ou incorporação da contratante (*Litsa v. SV Engenharia e Inepar*⁴¹⁷; e *Spie v. Inepar*⁴¹⁸); **7**) denegada a homologação por ausência de cláusula compromissória por escrito e assinada e invalidade da cláusula compromissória incorporada ao contrato por referência (*Plexus v. Santana*⁴¹⁹; *Oleaginoso Moreno v. Moinho Paulista*⁴²⁰; e *Indutech v. Algocentro*⁴²¹); **8**) necessidade de celebração do compromisso arbitral como “condição essencial – *sine qua non* – para a existência do procedimento arbitral” (*Subway v. HTP*⁴²²), declarada em decisão atécnica, pois contrária à Lei de Arbitragem;

- (ii) **citação no procedimento arbitral (art. 38, III e art. 39, parágrafo único da Lei de Arbitragem):** **1**) prova da citação válida e regular por via postal (*Elkem v. Conan*⁴²³); **2**) desnecessidade de citação por carta rogatória (*UEG v. Multipole*⁴²⁴; *Devcot v. Ari Giongo*⁴²⁵; e *Plexus v. Ari Giongo*⁴²⁶); **3**) citação comprovada por meio de notificações para nomear árbitro e participar do procedimento arbitral (*Aiglon v. Teka*⁴²⁷); **4**) citação válida por meio de notificações para participar do procedimento arbitral e por edital para o processo homologatório (*Litsa v. SV Engenharia e Inepar*⁴²⁸); **5**) prova da citação válida pela participação no

⁴¹¹ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

⁴¹² STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

⁴¹³ STJ, SEC n. 1.210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

⁴¹⁴ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006.

⁴¹⁵ STF, SEC n. 5847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

⁴¹⁶ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴¹⁷ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁴¹⁸ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.07.

⁴¹⁹ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.02. STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.06.

⁴²⁰ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

⁴²¹ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

⁴²² STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

⁴²³ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2000.

⁴²⁴ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

⁴²⁵ STJ, SEC n. 3660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

⁴²⁶ STJ, SEC n. 3661, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009.

⁴²⁷ STF, SEC n. 5847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

⁴²⁸ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

procedimento arbitral (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*⁴²⁹; e *Spie v. Inepar*⁴³⁰); **6)** ônus da prova da requerida para comprovar a ausência de citação válida (*Bouvery v. Irmãos Pereira*⁴³¹; e *Devcot v. Ari Giongo*⁴³²); **7)** denegada a homologação da sentença arbitral estrangeira por ausência de prova inequívoca da citação efetiva da parte requerida, por falta de procuração para um terceiro representá-la na arbitragem (*Tardivat v. B. Oliveira*⁴³³), ou por ter o processo ocorrido à revelia sem provas inequívocas da convocação da parte à arbitragem, restando a citação por carta rogatória o mecanismo que afastaria a dúvida sobre a citação válida e regular (*Subway v. HTP*⁴³⁴);

- (iii) **citação válida e arbitragem à revelia (art. 38, III e art. 39, parágrafo único da Lei de Arbitragem):** **1)** homologação da sentença arbitral estrangeira por prova da regularidade da citação (*ICT v. Odil Pereira*⁴³⁵; e *UEG v. Multipole*⁴³⁶); **2)** homologação da sentença arbitral estrangeira, pois a revelia demonstra a falta de interesse da requerida no acompanhamento da arbitragem e não por irregularidade no procedimento arbitral (*Bouvery v. Irmãos Pereira*⁴³⁷); **3)** homologação da sentença arbitral estrangeira por prova das notificações por fax, courier e correio, sem necessidade de carta rogatória (*Devcot v. Ari Giongo*⁴³⁸); **4)** denegada a homologação quando houve revelia no procedimento judicial de homologação da sentença arbitral no judiciário estrangeiro e ante a ausência de prova inequívoca da citação (*Subway v. HTP*⁴³⁹);
- (iv) **sentença proferida fora dos limites da convenção de arbitragem (art. 38, IV da Lei de Arbitragem):** argumento de a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção arbitral foi afastado por necessitar de análise do mérito (*First Brands v. STP*⁴⁴⁰; e *Guidosimplex v. Cavenagh*⁴⁴¹);
- (v) **fundamentação da sentença arbitral:** afastado o argumento de ausência de fundamentação da sentença arbitral, pois implicaria a re-análise do mérito da sentença arbitral, bastando que a sentença arbitral tenha sido proferida de acordo com as normas escolhidas pelas partes (*L'Aiglon v. Têxtil União*⁴⁴²);
- (vi) **arbitrabilidade objetiva (art. 39, I da Lei de Arbitragem):** reconhecimento da arbitrabilidade objetiva para a homologação de

⁴²⁹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴³⁰ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

⁴³¹ STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

⁴³² STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 03.04.2009.

⁴³³ STF, SEC n. 5378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

⁴³⁴ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

⁴³⁵ STJ, SEC n. 1210, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20.06.2007, DJ de 06.08.2007.

⁴³⁶ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

⁴³⁷ STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 06.03.2006, DJ de 03.04.2006.

⁴³⁸ STJ, SEC n. 3.660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

⁴³⁹ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2006, DJ de 30.10.2006.

⁴⁴⁰ STJ, SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 23.11.2006, DJ de 11.12.2006.

⁴⁴¹ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. César Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

⁴⁴² STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

sentença arbitral estrangeira, afastando-se a alegação de direitos patrimoniais indisponíveis da União (*Thales Geosolutions v. FARCO*⁴⁴³);

- (vii) **ordem pública (art. 39, II e parágrafo único da Lei de Arbitragem):** a violação à ordem pública foi suscitada perante o STF e o STJ sem resultar em um conceito de ordem pública, porém se verificou a discussão sobre os seguintes temas: **1)** utilização da arbitragem não viola a ordem pública, vez que vigente a Lei n. 9.307/96 e sem prova da compulsoriedade da eleição da via arbitral (*UEG v. Multipole*⁴⁴⁴; e *Grain Partners v. Coopergrão e Oito*⁴⁴⁵); **2)** aplicação imediata da Lei de Arbitragem não viola o princípio da irretroatividade da lei, portanto, não viola a ordem pública, uma vez que a Lei de Arbitragem apenas convalidou o sistema já previsto no Protocolo de Genebra de 1923, que não distinguia a cláusula do compromisso arbitral no direito internacional (*Mitsubishi v. Evadin*⁴⁴⁶); **3)** ausência de citação por carta rogatória não viola a ordem pública, conforme disposto no art. 39, parágrafo único da Lei n. 9.307/96, quando houver prova da citação por outro meio, como a via postal (*UEG v. Multipole*⁴⁴⁷; *Devcot v. Ari Giongo*⁴⁴⁸; e *Plexus v. Ari Giongo*⁴⁴⁹); **4)** fundamentação da sentença arbitral, sem agressão à legislação brasileira (por exemplo, aplicação do art. 1.092 do CC/1916), não configura ofensa à ordem pública (*Thales Geosolutions v. FARCO*⁴⁵⁰); **5)** ação pendente no judiciário brasileiro em que se discutem questões prejudiciais ao pedido homologatório não ofende à ordem pública e não obsta a homologação da sentença arbitral estrangeira (*Mitsubishi v. Evadin*⁴⁵¹); **6)** a autonomia da vontade afasta a ofensa à ordem pública, ante a prova inequívoca da manifestação de vontade das partes para a escolha da arbitragem (*Grain Partners v. Coopergrão e Oito*⁴⁵²); ou ante a transferência de todos os direitos e obrigações, inclusive a cláusula compromissória, por meio da incorporação da parte signatária da cláusula compromissória (*Spie v. Inepar*⁴⁵³); **7)** denegada a homologação de sentença arbitral estrangeira por ofensa à ordem pública em razão da ausência de prova inequívoca da manifestação ou vontade das partes (ou seja, da existência da cláusula compromissória ou de sua aceitação expressa) em submeterem-se ao juízo arbitral (*Plexus v. Santana*⁴⁵⁴; *Oleaginosa Moreno v. Moinho Paulista*⁴⁵⁵; e *Indutech v. Algocentro*⁴⁵⁶).

⁴⁴³ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

⁴⁴⁴ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

⁴⁴⁵ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴⁴⁶ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.2006, DJ de 13.11.2007.

⁴⁴⁷ STJ, SEC n. 874, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial, julgado em 19.04.2006, DJ de 15.05.2006.

⁴⁴⁸ STJ, SEC n. 3660, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 25.06.2009.

⁴⁴⁹ STJ, SEC n. 3661, Rel. Min. Paulo Gallotti, Corte Especial, julgado em 28.05.2009, DJ de 15.06.2009.

⁴⁵⁰ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

⁴⁵¹ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.2006, DJ de 13.11.2007.

⁴⁵² STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.10.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴⁵³ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.07.

⁴⁵⁴ STF, SEC n. 6.753, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 04.10.02. STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.06.

⁴⁵⁵ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

⁴⁵⁶ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

6.3 Outras questões relevantes suscitadas

No item relativo a outras questões relevantes que foram abordadas em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira, verificou-se o exame de temas diversos aos requisitos formais e sobretudo daqueles estabelecidos nos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem, quais sejam:

- (i) Constitucionalidade da Lei de Arbitragem após a sua declaração no caso *MBV v. Resil*⁴⁵⁷ [*Bouvery v. Irmãos Pereira*⁴⁵⁸; *Grain v. Coopergrão e Oito*⁴⁵⁹, *Bouvery v. Valex*⁴⁶⁰; *Guidosimplex v. Cavenagh*⁴⁶¹; e *Spie v. Inepar*⁴⁶²];
- (ii) Aplicação imediata da Lei de Arbitragem, dada a sua natureza processual, após sua entrada em vigor [*Aiglon v. Teka*⁴⁶³; *Tardivat v. B. Oliveira*⁴⁶⁴; *Elkem v. Conan*⁴⁶⁵; *Grain v. Coopergrão Oito*⁴⁶⁶; *Mitsubishi v. Evadin*⁴⁶⁷; *Bouvery v. Valex*⁴⁶⁸ e *Guidosimplex v. Cavenagh*⁴⁶⁹; *Spie Enertrans v. Inepar*⁴⁷⁰; e *Litsa Línea v. SV Engenharia e Inepar*⁴⁷¹];
- (iii) Desnecessidade do duplo *exequatur* após a entrada em vigor da Lei de Arbitragem [*Aiglon v. Teka*⁴⁷²; *Elkem v. Conan*⁴⁷³; *MBV v. Resil*⁴⁷⁴; *Spie Enertrans v. Inepar*⁴⁷⁵; e *Litsa v. SV Engenharia e Inepar*⁴⁷⁶];
- (iv) Internacionalidade do contrato para afastar a distinção entre cláusula compromissória e compromisso (*Mitsubishi v. Evadin*⁴⁷⁷);
- (v) Aplicação da Convenção de Nova Iorque após a ratificação da Convenção pelo Brasil em 24.07.2002: *L Aiglon v. Têxtil União*⁴⁷⁸ (aplicação do art. II da Convenção de Nova Iorque sobre a validade da cláusula compromissória para demonstrar que a assinatura do contrato não é pressuposto de validade); *Plexus v. Santana*⁴⁷⁹ (ausência de

⁴⁵⁷ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

⁴⁵⁸ STJ, SEC n. 887, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 03.04.2006.

⁴⁵⁹ STJ, SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.2006, DJ de 13.11.2006.

⁴⁶⁰ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

⁴⁶¹ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

⁴⁶² STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

⁴⁶³ STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

⁴⁶⁴ STF, SEC n. 5.378-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

⁴⁶⁵ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

⁴⁶⁶ STJ, EDcl na SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 06.12.2006, DJ de 05.02.2007.

⁴⁶⁷ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 18.01.2006, DJ de 13.11.2007.

⁴⁶⁸ STJ, SEC n. 839, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 16.05.2007, DJ de 13.08.2007.

⁴⁶⁹ STJ, SEC n. 918, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 26.06.2007, DJ de 13.08.2007.

⁴⁷⁰ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

⁴⁷¹ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁴⁷² STF, SEC n. 5.847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

⁴⁷³ STF, SEC n. 5.828-7, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 06.12.2000, DJ de 23.02.2001.

⁴⁷⁴ STF, Agravo Regimental na SE n. 5.206-7, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12.12.2001, DJ de 30.04.2004.

⁴⁷⁵ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

⁴⁷⁶ STJ, SEC n. 894, Rel. Min. Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 20.08.2008, DJ de 09.10.2008.

⁴⁷⁷ STJ, SEC n. 349, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 21.03.2007, DJ de 21.05.2007.

⁴⁷⁸ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005. STJ, EDcl na SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 21.09.2005, DJ de 17.10.2005.

⁴⁷⁹ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

- fundamentação com base no art. II da Convenção de Nova Iorque gerou Embargos de Declaração); *Oleaginosa v. Moinho Paulista*⁴⁸⁰ (a decisão dos embargos declaratórios afastou a aplicação da Convenção de Nova Iorque, pois não estava ratificada no Brasil à época da celebração dos contratos, nem no momento da propositura do pedido homologatório); *Spie v. Inepar*⁴⁸¹ (não contrariedade entre o disposto nos arts. 35 e seguintes da Lei n. 9.307/96 e a Convenção de Nova Iorque, pois se complementam); *Grain Partners v. Oito Exportações*⁴⁸² e *STP v. First Brand*⁴⁸³ (em sede de embargos declaratórios, foi invocada a aplicação da Convenção de Nova Iorque por omissão de tratado internacional, o que foi rejeitado); e *Indutech v. Algocentro*⁴⁸⁴ (decisão cita o caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista* e transcreve trecho sobre a aplicação do art. II da Convenção de Nova Iorque sobre a validade da cláusula compromissória);
- (vi) Respeito a não re-análise do mérito da decisão arbitral em 26 dos 28 acórdãos objetos do presente relatório (à exceção dos casos *Aiglon v. Texa*⁴⁸⁵, *Ecom v. Pé da Serra*⁴⁸⁶ e *Thales Geosolutions v. FARCO*⁴⁸⁷);
 - (vii) Renovação do pedido de homologação com base no art. 40 da Lei de Arbitragem (*Plexus v. Santana*⁴⁸⁸; e *L' Aiglon v. Têxtil União*⁴⁸⁹); e
 - (viii) Fixação de honorários de sucumbência em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira a partir do percentual sobre o valor da causa ou em valor nominal, prevalecendo em 15 dos 28 casos analisados a fixação do valor nominal.

6.4 Análise específica das decisões que não concederam a homologação

Conforme verificado no presente relatório, apenas em 6 (seis) dos 28 (vinte e oito) casos analisados, o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira foi denegado, sendo duas pelo STF e quatro pelo STJ. Do total de 28 (vinte e oito) casos, 2 (dois) foram extintos sem julgamento de mérito e 20 (vinte) foram homologados.

No caso *Plexus v. Santana*⁴⁹⁰, o STF indeferiu a homologação da sentença arbitral, tendo em vista a impossibilidade de aferir a competência do juízo arbitral. Fundou-se a decisão com base (i) na ausência de assinatura da parte compradora nos contratos; (ii) inexistência de cláusula compromissória, pois só havia menção às normas da Liverpool Cotton Association; e (iii) ausência de clara manifestação de vontade das partes. Ademais, (iv) o comparecimento da parte requerida sob protesto ao juízo arbitral não significa aceitação tácita da cláusula compromissória. A fundamentação do STF foi técnica, pois se baseou nos arts. 38, I (partes incapazes),

⁴⁸⁰ STJ, EDcl na SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 07.03.2007, DJ de 16.04.2007.

⁴⁸¹ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.2007.

⁴⁸² STJ, EDcl na SEC n. 507, Rel. Min. Gilson Dipp, Corte Especial, julgado em 06.12.2006, DJ de 05.02.2007.

⁴⁸³ STJ, EDcl na SEC n. 611, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 18.04.2007, DJ de 07.05.2007.

⁴⁸⁴ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.08, DJ de 2005.03.2009.

⁴⁸⁵ STF, SEC n. 5847-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 01.12.1999, DJ de 17.12.1999.

⁴⁸⁶ STJ, SEC n. 966, Rel. Min. Francisco Falcão, decisão monocrática, julgada em 22.09.2005, DJ de 03.10.2005.

⁴⁸⁷ STJ, SEC n. 802, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 17.08.2005, DJ de 19.09.2005.

⁴⁸⁸ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

⁴⁸⁹ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 18.05.2005, DJ de 27.06.2005.

⁴⁹⁰ STF, SEC n. 6.753-1, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 13.06.2002, DJ de 21.06.2002.

38, II [convenção de arbitragem não era válida], e 39, II combinado com os arts. 216 e 217 do RISTF [a homologação da decisão ofenderia a ordem pública ao violar o princípio da autonomia da vontade].

Ressalta-se que, após a transferência de competência para o STJ, novo pedido de homologação dessa sentença arbitral foi apresentado (*Plexus v. Santana* sob a classificação SEC n. 967⁴⁹¹). O STJ seguiu a posição do STF e indeferiu novamente o pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, apoiando-se na fundamentação anterior (SEC n. 6573). Porém, a decisão foi parcialmente técnica. Primeiro, a referência à violação da ordem pública é genérica, sem aprofundar seu entendimento, com base nos arts. 39 da Lei de Arbitragem e V da Convenção de Nova Iorque. Além disso, não há menção ao art. 38, II da Lei n. 9.307/96, que prevê a denegação da homologação da sentença arbitral estrangeira em razão de defeitos na convenção de arbitragem.

No caso *Tardivat v. Oliveira*⁴⁹², a decisão do STF que indeferiu a homologação de sentença arbitral estrangeira foi técnica, analisando os seguintes aspectos suscitados pelas partes: (i) afastou a inépcia da inicial por suposta ausência de causa de pedir, bem como necessidade de prestação da caução pela requerente; (ii) ressaltou a competência do tribunal arbitral sediado no exterior para dirimir a controvérsia envolvendo sociedade brasileira e registrou a aplicação imediata da Lei de Arbitragem aos processos em curso, afirmando que os requisitos para a homologação previstos no RISTF foram reiterados pela Lei n. 9.307/96; e (iii), por fim, indeferiu a pretensão homologatória ante a ausência de prova de citação de B. Oliveira, e da conseqüente, afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa [art. 5º, LV, CF/88].

No caso *Subway v. HTP*⁴⁹³, o STJ denegou o pedido homologatório, pois entendeu que a citação não foi regular, o que só poderia ser sanado por meio de citação por carta rogatória. Ademais, nos Embargos de Declaração, acrescentou-se a necessidade de compromisso arbitral como condição essencial à existência do procedimento arbitral, desconsiderando a inovação advinda da Lei n. 9.307/96, qual seja, a dispensa de confirmação da cláusula compromissória por meio da celebração de compromisso arbitral. Portanto, verifica-se que a fundamentação dessa decisão foi atécnica, principalmente porque a imposição da juntada do compromisso arbitral no pedido homologatório da sentença arbitral estrangeira como “condição essencial – *sine qua non* – para a existência do procedimento arbitral” é indevida à luz da Lei n. 9.307/96.

No caso *Oleaginosa v. Moinho Paulista*⁴⁹⁴, o STJ denegou a homologação de sentença arbitral estrangeira pela ausência de elementos seguros que comprovassem a celebração da cláusula compromissória por parte da requerida. Entretanto, a decisão foi técnica em termos, pois se fundou na violação à ordem pública [art. 39, II da Lei n. 9.307/96] e não no art. 38, II da Lei de Arbitragem, que prevê a hipótese de denegação por invalidade da cláusula compromissória.

⁴⁹¹ STJ, SEC n. 967, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, julgado em 15.02.2006, DJ de 20.03.2006.

⁴⁹² STF, SEC n. 5.378, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 03.02.2000, DJ de 25.02.2000.

⁴⁹³ STJ, SEC n. 833, Rel. Min. Eliana Calmon, Corte Especial, julgado em 16.08.2009, DJ de 30.10.2006.

⁴⁹⁴ STJ, SEC n. 866, Rel. Min. Felix Fisher, Corte Especial, julgado em 17.05.2006, DJ de 16.10.2006.

No caso *Indutech v. Algocentro*⁴⁹⁵, o STJ indeferiu a homologação de sentença arbitral estrangeira, tendo em vista a ausência de “expressa manifestação por escrito das partes acerca da opção pelo juízo arbitral”, o que violaria o art. 4º, §2º da Lei n. 9.307/96, o princípio da autonomia da vontade e a ordem pública com base nos arts. 5º, I e 6º da Resolução n. 9/2005. Essa decisão é técnica, pois fundada na Lei de Arbitragem, embora não seja a tendência mais moderna sobre a validade da cláusula compromissória. Em conclusão, verificou-se que o STJ ratificou sua posição sobre a necessidade de prova inequívoca da manifestação da vontade das partes para optar pela arbitragem, seja por meio de troca de fax, correspondência ou por meio do comportamento da parte que participou do procedimento arbitral sem impugná-lo, a não ser tardiamente, no momento da homologação da sentença arbitral (*L’Aiglon v. Têxtil União*⁴⁹⁶; e *Spie v. Inepar*⁴⁹⁷).

6.5 Considerações finais

Diante das conclusões acima mencionadas, verificou-se que, em geral, a Lei de Arbitragem vem sendo aplicada de maneira técnica em sede de homologação de sentença arbitral estrangeira. O STF e, mais recentemente, o STJ têm examinado as sentenças homologandas de acordo com os requisitos previstos, sobretudo, nos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem, que estão em consonância com o art. V da Convenção de Nova Iorque sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Ademais, têm exercido sua função enquanto juízo de delibação, sem adentrar na fundamentação da sentença arbitral e sem revisar seu mérito, assegurando o reconhecimento e a prática da arbitragem no Brasil.

⁴⁹⁵ STJ, SEC n. 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 17.12.2008, DJ de 05.03.2009.

⁴⁹⁶ STJ, SEC n. 856, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, julgado em 21.09.2005, DJ de 17.10.2005.

⁴⁹⁷ STJ, SEC n. 831, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, julgado em 03.10.2007, DJ de 19.11.07.

Anexo I

Modelo da Ficha de leitura

Ficha de Leitura do Inteiro Teor dos Acórdãos

Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: **n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão).**]

Subtema:

Ementa (principais pontos jurídicos):

Tribunal:

Requerente / nacionalidade:

Requerido / nacionalidade:

Nome do caso / nome utilizado como referência:

Classe Processual:

Nº. do Processo:

Relator:

Procurador Geral da República:

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor):

Sede da Arbitragem:

Instituição arbitral (ou ad hoc):

Membros do Tribunal Arbitral:

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso):

Valor da condenação na sentença arbitral:

Valor da causa:

Valor da condenação em honorários de sucumbência:

Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário).

Data do Julgamento:

Data da Publicação:

Órgão Julgador:

Precedentes citados (matéria arbitral):

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a) O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)?
- b) O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)?
- c) O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004?
- d) O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)?
- e) O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil?

2. Houve menção a algum tratado internacional?

- a) Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo.
- b) A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)?

II. QUESTÕES PRELIMINARES**3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)?**

- a) Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96?
- b) Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF?
- c) Houve menção aos requisitos do art. 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ?

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação?

- a) A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF?
- b) Qual a fundamentação da manifestação do MPF?

5. Foi apresentada Contestação?

- a) Quais foram os argumentos da contestação?
- b) Qual foi a fundamentação legal da contestação?

6. Foi apresentada réplica?

- a) Quais os argumentos?

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO**7. Foi concedida a homologação?****8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação?**

- a) A decisão foi fundamentada nos incisos dos arts. 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos.
- b) A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos.

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública?
 - a) O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública?
 - b) Qual foi o conceito de ordem pública adotado?
10. Houve análise do mérito da decisão arbitral?
11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais.

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS

12. Houve condenação em honorários de sucumbência?
 - a) Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)?
13. Há outras questões incidentais que merecem destaque?

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória?
15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial?
16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida?
17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio?

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão? (vide lista exemplificativa anexa)
19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. **Conclusões: O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico** [critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 28 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque]?

21. Observações (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema)

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação? (campo a ser preenchido pelo revisor)

Nome do pesquisador:

Nome do revisor:

Anexo II***Fichas de leitura das decisões judiciais que não concederam a homologação******1. Ficha de Leitura da SEC n. 6.753 (Plexus v. Santana)*****FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS****Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira**

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Validade da cláusula compromissória

Ementa (principais pontos jurídicos): Contrato não assinado. Cláusula compromissória por referência a normas gerais de instituição arbitral. Demonstração da competência do Tribunal julgador. Requisitos de validade da cláusula arbitral.

Tribunal: STF

Requerente / nacionalidade: Plexus Cotton Limited / inglesa

Requerido / nacionalidade: Santana Têxtil S.A. / brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Plexus v. Santana*

Classe Processual: Sentença Estrangeira Contestada (SEC)

Nº. do Processo: 6.753-7

Relator: Ministro Maurício Corrêa

Procurador Geral da República (parecer): Geraldo Brindeiro

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor): Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte

Sede da Arbitragem: n/d

Instituição arbitral (ou ad hoc): Liverpool Cotton Association - LCA

Membros do Tribunal arbitral: Sr. J. S. Glen (árbitro indicado pela requerida Santana Têxtil)

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): n/d

Valor da condenação na sentença arbitral: US\$ 231.776,35 + 1.000 toneladas métricas de algodão ou £ 2.204,600.

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: 5% do valor da causa

Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário): 27.09.2001 (distribuição)

Data do Julgamento: 13.06.2002

Data da Publicação: 04.10.2002

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Precedentes citados (matéria arbitral): SEC n. 5.847 (STF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 17.12.1999) – imprescindibilidade de cláusula compromissória expressa e firmada pelas partes.

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)

Foram celebrados dois contratos de compra e venda de algodão cru da Nigéria. A empresa brasileira (Santana Têxtil S.A.) não teria assinado os contratos e, destarte, não estaria vinculada à cláusula compromissória neles presente.

Houve inadimplemento por parte de Santana que alegava má qualidade do produto e atraso na entrega. Plexus Cotton Ltd., então, submeteu a controvérsia a juízo arbitral na Liverpool Cotton Association - LCA. Santana teria nomeado árbitro e participado do procedimento arbitral. Ao final, o tribunal arbitral condenou a requerida (Santana) ao pagamento de indenização no valor de US\$ 231.776,35 e mil toneladas de algodão.

Diante do não cumprimento da sentença arbitral, Plexus buscou sua homologação perante o Supremo Tribunal Federal. Após a citação, a requerida apresentou contestação questionando, em suma, a existência e a validade da cláusula compromissória e a jurisdição do tribunal arbitral, a qual teria contestado desde a primeira oportunidade no próprio procedimento arbitral.

Finalmente, o pedido de homologação foi negado pelo STF, tendo em vista a ausência de prova inequívoca - documento escrito - da submissão da requerida à arbitragem.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a. **O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)?** Sim e Não - são dois contratos, um firmado em 18.10.1996 e outro em 27.05.1997.
- b. **O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, julgado em 12.12.2001)?** Sim
- c. **O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004?** Não
- d. **O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)?** Não
- e. **O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil?** Não

2. Houve menção a algum outro tratado diverso do identificado no item anterior (Convenção de Nova Iorque)? Não

- a. **Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo.** n/a
- b. **A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)?** n/a

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não

- a. Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96? Sim
- b. Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF? Não
- c. Houve menção aos requisitos do art. 3º da Resolução n. 9/2005 do STJ? n/a

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Favorável ao deferimento do pedido de homologação.

- a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Não
- b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? Inocorrência das hipóteses dos arts. 38 e 39 da Lei n. 9.307/96 e do art. 216 do RISTF.

5. Foi apresentada Contestação? Sim

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) A decisão arbitral foi proferida por órgão incompetente; (ii) Não foi resguardado o princípio da ampla defesa; (iii) Os contratos de compra e venda não foram assinados, sendo, portanto, nula a cláusula arbitral; (iv) Não houve qualquer acordo para eleição do tribunal arbitral; Se houvesse eleição da via arbitral, esta deveria ser a da Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo onde foi registrada a venda da mercadoria; (v) A jurisprudência do STF fixou-se no sentido de que só têm validade a cláusula compromissória assinada por ambas as partes. A doutrina é unânime em exigir cláusula compromissória por escrito; (vi) Art. 9 da Lei de Introdução ao Código Civil e a Lei Inglesa corroboram a exigência de cláusula compromissória escrita; (vii) A requerida opôs-se veementemente à submissão ao tribunal arbitral desde o primeiro momento; (viii) Violação à ordem pública; e (ix) Violação ao art. 217 do RISTF.

b. Qual foi a fundamentação legal da contestação?

Art. 9 da LICC

Arts. 216 e 217 do RISTF

Art. 39, II da Lei 9.307/96

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

(i) Nos termos do art. 31 da Lei n. 9.307/96, só os requisitos formais devem ser analisados pelo juízo de homologação; (ii) A requerida reconhece a celebração dos contratos; (iii) Embora não os tenha assinado, a requerida cumpriu com quase todas as cláusulas contratuais e jamais se manifestou contra a cláusula compromissória que estabelecia a London Cotton Association como câmara arbitral; (iv) A requerida foi notificada da arbitragem, nomeou árbitro e participou do procedimento arbitral; e (v) Os comprovantes de registro não constituem contrato.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação? Sentença proferida por juízo incompetente.

- a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos arts 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. Sim, arts. 38 e 39. Expressamente: Art. 39, II (ofensa á ordem pública); Art. 38, I e II (as partes da convenção de arbitragem eram incapazes e a convenção de arbitragem não era válida).
- b. A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Não

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Sim (de maneira muito genérica).

a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? Sim. Contudo, vale ressaltar que o voto do Min. Sydney Sanches não se vale do fundamento de violação à ordem pública, mas do disposto no inciso I do art. 217 do RISTF (haver sido proferida por juízo competente).

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? n/d

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não

11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais.

Min. Carlos Veloso: voto concorrente ressaltando a necessidade da existência de cláusula compromissória assinada.

Min. Sepúlveda Pertence: voto concorrente ressaltando os seguintes pontos: (i) superação da necessidade de dupla homologação com a Lei n. 9.307/96; e (ii) não encontrou justificativa nos autos que tornasse dispensável a cláusula compromissória escrita e assinada.

Min. Sydney Sanches: voto concorrente ressaltando que não há violação à ordem pública, mas sim ao inciso I do art. 217 do RISTF que exige que a sentença estrangeira tenha sido proferida por juiz competente.

Min. Moreira Alves: voto concorrente, esclarecendo que, inicialmente estava inclinado pela homologação em decorrência da aplicação do princípio da boa-fé objetiva porquanto a empresa brasileira compareceu ao juízo arbitral, contudo, por se tratar de um contrato-tipo de que não consta a cláusula arbitral, decidiu acompanhar o relator.

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS

12. Houve condenação em honorários de sucumbência? Sim

a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)? 5% do valor da causa.

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Não

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória? n/d

15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial? Terminativa.

16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida? n/d

17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio? n/d

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?

Requisitos da cláusula compromissória (art. 4º da Lei de Arbitragem).

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Validade, eficácia ou existência da convenção arbitral.

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque)? O julgamento é técnico. Embora a homologação não tenha sido deferida, a decisão ateve-se à análise dos requisitos da Lei n. 9.307/96.

21. Observações (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema). Importância da decisão reza na questão da necessidade de assinatura da cláusula compromissória e principalmente na possibilidade de inclusão de cláusula compromissória por referência às normas e estatutos que não são expressamente acordados pelas partes. Vale salientar que a participação no juízo arbitral após questionar a jurisdição perante o referido juízo não foi considerada como aceitação da jurisdição arbitral.

* Observação complementar: Após a transferência da competência para o STJ, novo pedido de homologação dessa mesma sentença arbitral foi requerido e novamente indeferido (SEC n. 967 – Ficha de Leitura abaixo).

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Embargos de Declaração (j. 22.10.2002, DJ de 29.10.2002) apresentados pela requerida. Na decisão que os julgou, verificou-se erro material no corpo do acórdão – indicando a verba honorária em “5% (dez por cento)” –, o que foi corrigido de ofício. Por conseguinte, os Embargos restaram prejudicados por perda de seu objeto.

Nome do pesquisador: Flavia Mange

Nome do revisor: Priscila Aymone

2. Ficha de Leitura da SEC n. 5.378 (Tardivat v. Oliveira)

FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS

Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Devido Processo Legal

Ementa (principais pontos jurídicos): Homologação de Laudo Arbitral. Ausente Prova da Citação. Devido Processo Legal e Ampla Defesa. Desnecessidade de Caução. Aplicação Imediata da Lei de Arbitragem.

Tribunal: STF

Requerente / nacionalidade: Tardivat International S/A / n/d

Requerido / nacionalidade: B. Oliveira S/A – Indústria, Comércio e Exportação / brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Tardivat v. B. Oliveira*

Classe Processual: Sentença Estrangeira Contestada - SEC

Nº. do Processo: 5.378-1

Relator: Ministro Maurício Corrêa

Procurador Geral da República: n/d

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor) República Francesa

Sede da Arbitragem: n/d

Instituição arbitral (ou ad hoc): Câmara Arbitral do Café e Pimenta do Havre

Membros do Tribunal arbitral: n/d

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): n/d

Valor da condenação na sentença arbitral: US\$ 690.822,56 + 6% de juros a.a.

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: R\$ 10.000,00

Data de Registro (verificar no site se necessário): 04.02.1997

Data do Julgamento: 03.02.2000

Data da Publicação: 25.02.2000

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Precedentes citados (matéria arbitral): RE n. 91.839/GO (STF, Rel. Min. Rafael Meyer, DJ de 15.05.1981) - incidência imediata da Lei de Arbitragem, de conteúdo eminentemente processual, aos processos em curso.

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)

Homologação de sentença arbitral que dirimiu conflito entre a empresa brasileira B. Oliveira S/A e Tardivat International S.A. O tribunal arbitral condenou B. Oliveira a indenizar Tardivat por seu inadimplemento contratual.

A controvérsia diz respeito à suposta não observância das cláusulas contratuais pela B. Oliveira, que vendeu e embarcou milhares de sacas de café à Tardivat, sem que esta tivesse previamente aprovado a qualidade das amostras. Após a prolação da sentença arbitral e sua correspondente homologação pelo Judiciário do local de prolação, a requerente buscou seu reconhecimento no Brasil.

O Supremo Tribunal Federal indeferiu, por unanimidade, a homologação da sentença arbitral, tendo em vista a ausência de prova inequívoca da citação de B. Oliveira para participar do procedimento arbitral e o consequente descumprimento do art. 217, II de seu Regimento Interno.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a. O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)? Sim
- b. O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)? Não
- c. O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004? Não
- d. O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)? Não
- e. O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil? Não

2. Houve menção a algum outro tratado diverso do identificado no item anterior (Convenção de Nova Iorque)? Sim.

- a. Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu **dispositivo**. Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Cooperação em Matéria Consular, celebrado entre Brasil e França (art. 30).
- b. A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)? Citação genérica.

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não

- a. Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96? Não
- b. Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF? Não
- c. Houve menção aos requisitos do art. 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ? Não

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Desfavorável

a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Sim

b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? A decisão do MPF fundamenta-se na ausência de prova inequívoca da citação da requerida.

5. Foi apresentada Contestação? Sim

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) Extinção do processo sem julgamento do mérito, face a não prestação de caução, ausência de atribuição do valor da causa e também por não ter sido indicado precisamente a causa de pedir; (ii) Declaração de nulidade da sentença arbitral, em vista da incompetência da autoridade judiciária alienígena e da Câmara Arbitral, que fazem menção a contratos e cláusula arbitral inexistentes, assim como pela falta de sua citação e intimações, ofendendo-se aos princípios da ampla defesa e do contraditório; (iii) Ausência de prova do trânsito em julgado da sentença arbitral no local de prolação e da autenticação consular; (iv) Litigância de má-fé, tendo em vista o uso do processo para conseguir objetivo ilegal; e (v) Falta de citação por carta rogatória, o que não era permitido à época da prolação do laudo arbitral (antes da Lei n. 9.307/96, que permite a citação postal no art. 39).

b. Qual foi a fundamentação legal da contestação?

Art. 17, incisos I e III do Código de Processo Civil

Art. 39 da Lei de Arbitragem

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

(i) Não se exige prestação de caução em processos de homologação de sentença estrangeira; (ii) O comparecimento da requerida no procedimento arbitral, supre a necessidade de citação; (iii) Após a entrada em vigor da Lei de Arbitragem, o trânsito em julgado da sentença arbitral não é mais exigível para sua homologação; e (iv) Há dispensa da chancela consular, em virtude do art. 30 da Convenção Franco-Brasileira.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação?

O Relator afastou a inépcia da inicial suscitada pela requerida por suposta ausência de causa de pedir. Em relação à caução, o Relator, mencionando precedente (SEC 3407), asseverou não ser necessária a prestação de caução para homologação de sentença estrangeira. O Relator afirmou igualmente a competência de juízo arbitral sediado no exterior para dirimir controvérsia envolvendo sociedade constituída no Brasil. Por fim, registrou a incidência imediata da Lei de Arbitragem aos processos em curso e afirmou que os requisitos de homologabilidade previstos no Regimento Interno do STF foram reiterados pela Lei de Arbitragem. Dessa forma, diante do descumprimento do art. 217, II – prova de citação da requerida – pela requerente, e da conseqüente afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o Relator indeferiu o pedido de homologação.

a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos art.s 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. Indiretamente (art. 38, inciso III).

b. A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Indiretamente (art. V, 1, b).

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Sim, em termos.

a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? Sim. Em realidade, o Relator entendeu que houve afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? n/d

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não

11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais. Não

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS

12. Houve condenação em honorários de sucumbência? Sim

a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)? R\$ 10.000,00

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Não

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória? Não ficou comprovada a citação da parte brasileira.

15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial? Terminativa.

16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida? Não

17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio? Não

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?

Devido Processo Legal;

Citação postal ou por carta rogatória.

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Validade, eficácia ou existência da convenção arbitral

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque)? Técnico. O acórdão foi proferido de acordo com a Lei de Arbitragem, sobretudo o art. 38, inciso III.

21. Observações. (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema)

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Agravo Regimental (j. 15.03.2000, DJ de 21.03.2000) interposto pela requerente. A agravante posteriormente pediu desistência do recurso, a qual foi homologada pelo relator.

Nome do pesquisador: Gustavo Santos Kulesza

Nome do revisor: Laura Maniero

3. Ficha de Leitura da SEC n. 967 (Plexus v. Santana)**FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS****Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira**

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Inexistência de convenção arbitral. Renovação de pedido de homologação de sentença estrangeira (art. 40 da Lei n. 9.307/96). Ordem pública.

Ementa (principais pontos jurídicos): Renovação do pedido de homologação indeferido anteriormente pelo STF. Ausência de assinatura no contrato. Eleição da via arbitral não caracterizada. Sentença arbitral não homologada por ofensa à ordem pública.

Tribunal: STJ

Requerente / nacionalidade: Plexus Cotton Limited / inglesa

Requerido / nacionalidade: Santana Têxtil S.A. / brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Plexus v. Santana*

Classe Processual: Sentença Estrangeira Contestada

Nº. do Processo: 967/EX

Relator: Ministro José Delgado

Procurador Geral da República (parecer): Dr. Flávio Giron (sub)

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor.): n/d

Sede da Arbitragem: n/d

Instituição arbitral (ou ad hoc): Liverpool Cotton Association - LCA

Membros do Tribunal arbitral: Sr. J. S. Glen (árbitro indicado pela requerida Santana Têxtil)

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): SEC 6753-7, Acórdão dos Embargos de Declaração e Acórdão dos Embargos de Declaração opostos nos Embargos de Declaração.

Valor da condenação na sentença arbitral: US\$ 231.776,35 + faturamento de parte da mercadoria contratada (obrigação de fazer).

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: 10%

Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário): 13.04.2005

Data do Julgamento: 15.02.2006

Data da Publicação: 20.03.2006

Órgão Julgador: Corte Especial**Precedentes citados (matéria arbitral):** n/d

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante): Em razão de alegado descumprimento de contratos de compra e venda de algodão, a Plexus Cotton Ltd. formulou pedido de arbitragem contra Santana Têxtil S.A. perante a Liverpool Cotton Association – LCA.

Durante a arbitragem, Santana alegou incompetência do tribunal arbitral para julgar a disputa. Não obstante, nomeou árbitro e participou do procedimento arbitral. Ao final, Santana foi condenada pelo tribunal arbitral a pagar o valor de US\$ 231.776,35 e a faturar parte da mercadoria contratada.

Não tendo havido cumprimento espontâneo por parte de Santana, e visando à execução forçada da sentença arbitral, Plexus formulou pedido de homologação da sentença arbitral perante o Supremo Tribunal Federal, mas o pedido foi indeferido em razão de não apresentação da cláusula compromissória escrita.

O pedido de homologação foi renovado perante o Superior Tribunal de Justiça, mas voltou a ser indeferido por não ter sido caracterizada a manifesta vontade das partes em optar pela via arbitral para a solução das disputas decorrentes dos contratos (o que tornaria o juízo arbitral incompetente por inexistência de consentimento expresso e, conseqüentemente, a sentença arbitral ofenderia a ordem pública brasileira).

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a. **O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)?** Sim e Não - são dois contratos, um firmado em 18.10.1996 e outro em 27.05.1997.
- b. **O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)?** Sim
- c. **O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004?** Sim
- d. **O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)?** Sim
- e. **O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil?** Sim

2. Houve menção a algum tratado internacional?

- a. **Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo.** Não
- b. **A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)?** n/a

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não

- a. **Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96?** Sim, expressamente como referência/citação das razões apresentadas pela requerida e do acórdão proferido pelo STF, e implicitamente ao mencionar que não foi identificada na documentação da requerente a cláusula compromissória aceita pela requerida.
- b. **Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF?** Não

c. Houve menção aos requisitos do art. 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ? Não

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Favorável.

a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Não

b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? (Caso haja necessidade, incluir a solicitação de questões formais.) Teria ficado comprovado o estabelecimento de cláusula compromissória e a submissão à arbitragem, sendo evidente a concordância da requerida com os termos do contrato.

5. Foi apresentada Contestação? Sim

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) Descabimento da renovação do pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira (o fundamento do indeferimento do pedido de homologação no STF não teria por base um vício formal, mas a ausência de manifesta declaração de vontade da requerida em renunciar à jurisdição estatal); (ii) Incompetência do órgão prolator da sentença arbitral, eis que não haveria contrato assinado por ambas as partes e não teria sido eleita a LCA para dirimir conflitos entre as partes (tendo a requerida a certeza de que eventuais conflitos seriam resolvidos pelo juízo arbitral da BM&F de São Paulo); (iii) A sentença arbitral violaria a ordem pública por ofender o princípio da autonomia da vontade; e (iv) A lei inglesa também exigiria consenso entre as partes para eleição do foro arbitral.

b. Qual foi o dispositivo legal citado?

Arts. 37, II, 38, 39 e 40, II da Lei n. 9.307/96

Arts. 216 e 217, I, do RISTF

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

(i) Não haveria coisa julgada porque o STF não teria analisado as cláusulas compromissórias expressas, juntadas somente no processo perante o STJ; (ii) A existência dos contratos e das cláusulas compromissórias seria incontroversa; (iii) e A requerida não teria alegado incompetência do juízo arbitral na primeira oportunidade que se manifestou no procedimento arbitral.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação? (Listar principais pontos da fundamentação.)

(i) Não teria sido identificada na documentação apresentada a existência de cláusula compromissória, destarte, o juízo arbitral prolator da sentença, cuja homologação é pleiteada, seria incompetente; e (ii) A ausência de manifestação voluntária por escrito da requerida em aceitar a cláusula compromissória ofenderia a ordem pública por contrariar o princípio de que a aceitação da via arbitral para resolução de conflitos decorrentes de contratos privados deve ser expressa.

a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos arts 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. Não houve citação expressa do dispositivo, mas uma das razões invocadas se enquadra no art. 39, inciso II.

b. A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Não houve citação expressa do dispositivo, mas uma das razões invocadas se enquadra no art. V, 2, b.

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Sim**a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? Sim**

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? Não foi enunciado um conceito, o tribunal simplesmente entendeu que a ordem pública teria sido violada porque uma arbitragem teria ocorrido e uma decisão arbitral teria sido proferida sem que tivesse ficado comprovada a submissão expressa de uma das partes, o que é requisito de validade no direito brasileiro. Nesses termos, o tribunal parece ter compreendido a existência de aceitação expressa à convenção de arbitragem como requisito de ordem pública.

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não**11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais.**

Min. Carlos Alberto Menezes Direito: voto concorrente. O Ministro abordou tão somente o direito de renovação do pedido de homologação (art. 40 da Lei de Arbitragem), considerando-lhe incabível no caso em concreto. O julgamento do STF adentrou o mérito do pedido de homologação e o indeferiu, não sendo aplicável, portanto, a renovação do pedido, visto que a primeira decisão não foi pautada em vícios formais.

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS**12. Houve condenação em honorários de sucumbência? Sim**

a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)? Foi mencionado o percentual de 10% (como não há condenação, o percentual deve incidir sobre o valor da causa, que não foi divulgado).

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Tanto o Ministro Relator José Delgado como o Ministro Menezes de Direito entenderam não ser cabível a renovação do pedido de homologação, porque o STF não teria indeferido o primeiro em razão de um vício formal – art. 40 da Lei n. 9.307/96. No entanto, esta questão parece ter sido ultrapassada, pois o acórdão aborda o mérito e indefere o pedido de homologação.

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória? n/d

15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial? Terminativa.

16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida? Não

17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio? Não

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?

Requisitos da cláusula compromissória (art. 4º da Lei de Arbitragem);
Ordem pública.

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Validade, eficácia e existência da convenção arbitral

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque)?

Técnico, em termos. Por um lado, é feita referência à ordem pública – arts. 39 da Lei de Arbitragem e V da Convenção de Nova Iorque (vale dizer que o conceito de ordem pública e a explicação do argumento de violação à ordem pública não são explorados). Por outro lado, o acórdão desconsidera a existência de dispositivo próprio para a denegação da homologação de sentença estrangeira com base em “defeitos da convenção de arbitragem”, qual seja, o art. 38, inciso II da Lei de Arbitragem. De fato, o legislador fez um elenco restritivo de causas denegatórias, no qual figura uma que poderia se adequar à espécie, sem que fosse necessário o recurso à ordem pública. Possivelmente os ministros resolveram ignorar esse dispositivo porque, a rigor, ele tenderia à permissão da homologação da sentença arbitral, haja vista que há indicações de que a cláusula teria sido considerada válida segundo a lei inglesa. Além disso, é perigoso incluir a aceitação expressa como questão de ordem pública por ser um precedente que pode transformar o Brasil num país em que a aceitação por escrito da cláusula faz parte da ordem pública.

21. Observações (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema).

No acórdão consta a informação de que de que o tribunal arbitral teria aceitado sua competência nos termos da lei inglesa, que admite os efeitos da cláusula compromissória mesmo que o contrato não tenha sido assinado. O acórdão diz que no direito brasileiro inexistia essa regra, dando a entender que por essa razão o tribunal arbitral não seria competente.

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Embargos de declaração (j. 01.08.2006, DJ de 04.09.2006) opostos pela parte requerente da homologação que foi parcialmente acolhido, para que fosse retirada do julgado a expressão “Vencido que fui na preliminar de coisa julgada, examino o contrato apresentado pela requerente”, sem alteração do resultado do julgamento. Vale notar que uma das argumentações da requerente nos embargos dizia respeito ao reexame do mérito da demanda feito pelos ministros por ocasião do julgamento da HSE. Segundo a requerente, “a matéria efetivamente submetida a exame - possibilidade ou impossibilidade de renovação do pedido de homologação da sentença estrangeira” não foi contemplada no acórdão.

Embargos de declaração nos embargos de declaração (j. 18.10.2006, DJ de 04.12.2006) opostos pela requerente. Principais argumentos: (i) o único objeto da SEC n. 967 se vinculou à preliminar de coisa julgada, ao tratar da possibilidade de aplicação do art. 40 da Lei de Arbitragem ao litígio estabelecido nos autos; (ii) é necessário se preservar a segurança jurídica perante os Estados signatários da Convenção de Nova Iorque, aplicando-se o entendimento posto na SEC n. 856”. Tais embargos também foram rejeitados.

Um novo pedido de homologação de nova sentença estrangeira entre as mesmas partes foi distribuído em 25.04.2005 (SE n. 1017), sem que os documentos disponíveis no sítio eletrônico do STJ permitam

inferir exatamente seu objeto. Algumas decisões monocráticas de conteúdo processual foram proferidas - inclusive uma relativa à suspensão desse processo até que o exame da SEC n. 967 fosse terminado. A última decisão monocrática informa que “no sentido de que as partes transigiram, tendo a executada efetuado o pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, julgo extinta a execução (art.794, I, do CPC)”. Após essa decisão, o processo foi arquivado.

Nome do pesquisador: Laura Maniero

Nome do revisor: Natalia Lamas

4. Ficha de Leitura da SEC n. 833 (Subway v. HTP)**FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS****Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira**

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Questões Procedimentais. Regularidade da citação em procedimento arbitral. Aplicação intertemporal da lei de arbitragem. Cabimento de Recurso extraordinário. Aptidão da cláusula compromissória para instaurar validamente procedimento arbitral.

Ementa (principais pontos jurídicos): Homologação de sentença estrangeira. Indeferimento. Divergência. Regularidade da Citação no processo de pedido de confirmação da sentença arbitral na corte americana. Necessidade de provar citação de residente no Brasil por carta rogatória. Divergência quanto à necessidade de examinar a regularidade da citação. Lei de arbitragem já em vigor no momento da prolação da sentença, assim como no momento do intento de sua confirmação perante o juízo americano. Desnecessidade de se perquirir se houve ou não citação regular, tendo em vista a desnecessidade da confirmação / homologação no local onde foi proferida. Curadoria em HSE. Sentença arbitral por consentimento das partes. Dúvida quanto à assinatura da requerida nos termos da conciliação.

Tribunal: STJ

Requerente / nacionalidade: Subway Partners C V / norte-americana

Requerido / nacionalidade: HTP High Technology Foods Corporation S/A ou Subway Brasil Sanduíches e Saladas Ltda. / brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Subway v. HTP*

Classe Processual: SEC

Nº. do Processo: 833/US

Relator: Ministra Eliana Calmon

Relator p/Acórdão: Ministro Luiz Fux

Procurador Geral da República (parecer): Geraldo Brindeiro

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor.): EUA

Sede da Arbitragem: n/d

Instituição arbitral (ou ad hoc): American Arbitration Association - AAA

Membros do Tribunal arbitral: n/d

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): n/d

Valor da condenação na sentença arbitral: n/d

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: n/d**Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário):** 08.03.2005**Data do Julgamento:** 16.08.2006**Data da Publicação:** 30.10.2006**Órgão Julgador:** Corte Especial**Precedentes citados (matéria arbitral):** SEC n. 6.753/UK (STF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 04.10.2002) e SE n. 5.206/EP (STF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 30.04.2004) - necessidade de compromisso arbitral quando ausente cláusula compromissória expressa.**Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)**

Trata-se de pedido de homologação de sentença estrangeira proferida por tribunal arbitral AAA e posteriormente confirmada pela corte distrital de Connecticut. Face à revelia da requerida no processo de homologação, nomeou-se curador especial que arguiu irregularidade de citação e dúvida quanto ao ato que se pretendia homologar. O pedido homologatório restou indeferido por ter se entendido que a citação não foi regular e que a questão só poderia ser sanada por citação por carta rogatória. Foram opostos embargos de declaração e recurso extraordinário, ambos rejeitados.

I. INFORMAÇÕES GERAIS**1. Questões temporais**

- a. O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)? n/d
- b. O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)? Sim
- c. O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004? Sim
- d. O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)? Sim
- e. O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil? Sim

2. Houve menção a algum tratado internacional? Não

- a. Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo. n/a
- b. A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)? n/a

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não, mas foram solicitados documentos da requerente visando à prova da citação da parte requerida.

- a. Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96? Sim, pelo curador especial.
- b. Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF? Não
- c. Houve menção aos requisitos do art. 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ? Não

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Desfavorável num primeiro momento. Reconsideração posterior, tendo o MPF finalmente pronunciado parecer favorável.

a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Não

b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? (Caso haja necessidade, incluir a solicitação de questões formais.) Desfavorável: por não estarem atendidos os requisitos exigidos para a homologação da sentença arbitral; Favorável: Sentença estrangeira arbitral. Empresa requerida citada por edital. Inadimplemento do contrato de comércio internacional. Documentação, agora juntada aos autos, que satisfaz as exigências dos arts. 37 e 38 da Lei n. 9.307/96, o que justifica a reconsideração de nossa manifestação anterior. Laudo arbitral convalidado judicialmente, circunstância que se afigura razoável tomar por definitivo. Parecer pelo deferimento.

5. Foi apresentada Contestação? Sim.

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) Exige-se para a homologação da sentença arbitral a apresentação desta em cópia ou o original da convenção de arbitragem ou, ainda, cópia certificada acompanhada de tradução oficial; (ii) A cláusula arbitral prevê e o compromisso arbitral que cria a jurisdição do árbitro e lhe confere autoridade para declarar o direito em determinada relação jurídica sobre a qual se controverte, exigindo livre manifestação de vontade, o que não ocorreu na espécie em análise; (iii) O termo de conciliação apresentado, além de apócrifo não contém elementos que possam aferir a sua autenticidade; (iv) Não há prova da efetiva citação da contestante para comparecer ao juízo arbitral, exigindo-se, alternativamente, o comparecimento da parte interessada, ou a carta rogatória transitada em julgado; e (v) A juntada aos autos de decisão judicial de Tribunal Americano sem, entretanto, explicar se pretende homologar o laudo ou a decisão judicial posteriormente juntada.

b. Qual foi o dispositivo legal citado?

Art. 37 da Lei de Arbitragem

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

Juntou-se aos autos a sentença de consentimento, produzida perante a Justiça Americana, na qual foi feita a apresentação do contrato de franquia que se pretende rescindir, onde consta expressa a cláusula arbitral. Reconhecida a veracidade e autenticidade do contrato de franquia e à vista da cláusula arbitral, foi a sentença de consentimento levada ao tribunal arbitral, que reconheceu a convenção de arbitragem inserida no contrato de franquia.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação? (Listar principais pontos da fundamentação.)

(i) O processo arbitral correu à revelia e não há prova inequívoca da citação, restando cediço que a citação por carta rogatória afastaria qualquer dúvida; (ii) Considerando-se a sentença arbitral (e não a sentença judicial), não se pode dar continuidade à homologação, por ser apócrifa.

a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos arts 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. Não

b. A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Não

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Não

a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? n/a

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? n/a

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não

11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais.

Min. Luiz Fux: voto divergente ressaltando a necessidade de prova inequívoca da citação da parte para que o princípio do contraditório seja observado.

Min. Nilson Naves: voto divergente que explora as questões fáticas em torno da existência de citação seja na arbitragem, seja no processo de confirmação perante a corte americana. Após constatar que ainda restam incertezas quanto à regularidade da citação, conclui por acompanhar a divergência, indeferindo a homologação.

Min. José Delgado: voto divergente.

Min. Fernando Gonçalves: voto divergente.

Min. Carlos Alberto Menezes Direito: voto divergente ressaltando que, em recente precedente do STJ, a posição da corte uníssona em exigir comprovação da citação da parte brasileira por carta rogatória.

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS

12 Houve condenação em honorários de sucumbência? Não

a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)? R\$1.000,00 de honorários do curador especial.

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Não

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória? Citação Postal.

15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial? Terminativa.

16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida? n/d

17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio? n/d

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?

Questão de direito intertemporal;

Eficácia da cláusula arbitral: a cláusula arbitral não seria suficiente, precisando da celebração do compromisso para gerar efeitos;

Curadoria especial.

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Não

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque)?

Atécnico, uma vez que para a homologação de sentença arbitral estrangeira impõe indevidamente como requisito a juntada do compromisso arbitral aos autos, condição considerada “essencial - *sine qua non* - para a existência do procedimento arbitral”. (vide embargos SEC n. 833). Além disso, ignora a dispensa de citação por carta rogatória concedida pela Lei de Arbitragem entendendo que a citação por carta rogatória seria a única forma inequívoca de se comprovar a citação válida no procedimento arbitral.

Outrossim, poder-se-ia considerar o julgamento técnico, na perspectiva de que o ato, cuja homologação era pretendida, era uma sentença judicial, e atécnico, na perspectiva de que o ato cuja homologação era pretendida era uma sentença arbitral, tendo em vista a expressão redação da lei de arbitragem no sentido de dispensar citação por carta rogatória no processo arbitral internacional. Contudo, parece mais atécnico, porque a maior parte dos indícios dá conta de que se pretendia a homologação da sentença arbitral. No entanto, não se pode destacar a hipótese de esta não ter sido a intenção primordial da parte requerente.

Ademais, é de se notar que fica claro nos embargos de declaração que há questão intertemporal envolvida. Contudo a questão não foi analisada pela STJ que, apesar de reconhecer a aplicação da Lei, ignorou seus preceitos. (Aplicação intertemporal: “Sustenta ainda que, com o advento da Lei nº 9.307/96, anterior à propositura da presente demanda, configura-se prescindível a prévia homologação judicial no país de origem de sentença arbitral, nos termos do seu art. 35, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo STF.”)

21. Observações. (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema)

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Embargos de Declaração (j. 16.05.2007) opostos pela requerente. Os embargos foram rejeitados por unanimidade. A decisão esclarece os requisitos impostos à homologação desta sentença arbitral estrangeira, que não foram cumpridos pela requerente.

Recurso Extraordinário (j. 11.02.2008, DJ de 19.02.2008) interposto pela requerente. O Ministro Vice-Presidente Francisco Peçanha Martins negou seguimento ao recurso, por entender incabível a interposição de recurso extraordinário em sede de homologação de sentença estrangeira. De acordo com a decisão, o STJ não emite julgamento de mérito no processo de homologação, realiza apenas juízo de delibação, verificando os requisitos da Resolução n. 9, de 04 de 2005. Assim, não é possível a interposição de recurso ao STF.

Nome do pesquisador: Natalia Lamas

Nome do revisor: Patrícia Kobayashi

5. Ficha de Leitura da SEC n. 866 (Oleaginosa v. Moinho Paulista)

FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS

Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Validade de Cláusula Compromissória

Ementa (principais pontos jurídicos): Impossibilidade de análise do mérito da sentença arbitral. Contrato firmado por telefone. Necessidade de cláusula compromissória por escrito. Troca de correspondências. Evidência do acordo de vontade entre as partes.

Tribunal: STJ

Requerente / nacionalidade: Oleaginosa Moreno Hermanos Sociedad Anónima Comercial Industrial Financiera Inmobiliaria y Agropecuaria / argentina

Requerido / nacionalidade: Moinho Paulista Ltda. / brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Oleaginosa v. Moinho Paulista*

Classe Processual: Sentença Estrangeira Contestada (SEC)

Nº. do Processo: 866/EX

Relator: Ministro Felix Fischer

Procurador Geral da República (parecer): Dr. Geraldo Brindeiro

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor): Reino Unido da Grã-Bretanha

Sede da Arbitragem: n/d

Instituição arbitral (ou ad hoc): The Grain and Feed Trade Association (GAFTA)

Membros do Tribunal arbitral: n/d

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): EDcl na SEC n. 866, EXESEC n. 866

Valor da condenação na sentença arbitral: US\$ 1.579.000,00 + juros de 7,5% a.a.

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: 3% do valor da causa

Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário): 04.03.2005 (Registro como SE) e 14.03.2005 (Distribuído como SEC)

Data do Julgamento: 17.05.2006

Data da Publicação: 16.10.2006

Órgão Julgador: Corte Especial

Precedentes citados (matéria arbitral): SEC n. 4.738-2/EUA (STF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 07.04.1995) - juízo de delibação; SEC n. 6.753/UK (STF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 04.10.2002) - inexistência de cláusula compromissória; SEC n. 967/EX (STJ, Rel. Min. José Delgado, DJ de 20.03.2006) - necessidade de manifestação expressa quanto à eleição da via arbitral; SEC n. 856/EX (STJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 27.06.2005) - participação do procedimento arbitral e concordância implícita com a arbitragem.

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)

As partes firmaram quatro contratos de compra e venda de trigo por telefone. Após, houve troca de correspondência contendo cláusula compromissória entre as corretoras das partes. Empresa argentina (Oleginosa) iniciou arbitragem na Inglaterra contra empresa brasileira (Moinho Paulista). Moinho Paulista não indicou árbitro, mas após, participou do procedimento questionando a jurisdição daquele tribunal arbitral. Apesar do recurso da requerida, a sentença arbitral foi mantida pelo Tribunal arbitral, condenado-a a indenizar a Oleginosa pelo inadimplemento dos contratos.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a. O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)? n/d
- b. O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)? Sim
- c. O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004? Sim
- d. O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)? Sim
- e. O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil? Sim

2. Houve menção a algum tratado internacional? Sim

- a. Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo. Convenção de Nova Iorque (art. II).
- b. A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)? Citação genérica

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não

- a. Houve menção aos requisitos do art. 37 da Lei 9.307/96? Sim, do inc. II do art. 37, que exige a apresentação de original da convenção de arbitragem.
- b. Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF? Não
- a. Houve menção aos requisitos do art. 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ? Não

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Desfavorável ao deferimento do pedido de homologação.

- a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Sim
- b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? Não assinatura da empresa nos contratos objeto do litígio (única assinatura existente é da corretora Mercoplate). Ausência

de prova inequívoca da estipulação de cláusula compromissória capaz de ensejar a competência do juízo arbitral.

5. Foi apresentada Contestação? Sim

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) Contratos objeto do litígio são inexistentes; (ii) Sr. Antonio Farinha não dispunha de competência para contratar em nome da requerida; (iii) Sentença arbitral foi proferida por órgão incompetente; e (iv) Ausência de cláusula compromissória por escrito.

b. Qual foi a fundamentação legal da contestação? n/d

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

(i) Sr. Antonio Farinha possuía autoridade para contratar em nome da requerida; e (ii) Existência de cláusula compromissória.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação?

O fato dos contratos terem sido firmados por telefone por si só não impediria a estipulação de cláusula compromissória por troca de correspondências. Contudo, a troca foi efetuada entre a corretora brasileira Ceragro e uma terceira empresa, a corretora argentina Mercoplate. Não há nos autos qualquer evidência que a requerida acordou com a cláusula compromissória.

a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos art.s 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. De forma genérica, a decisão afirma que a sentença arbitral ofende a ordem pública nacional e se baseia no inciso II do art. 37 da Lei de Arbitragem.

b. A decisão foi fundamentada no Art. V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Não

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Sim

a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? Sim

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? Não há desenvolvimento do conceito, mas o relator conclui que a decisão ofende a ordem pública nacional, uma vez que o reconhecimento da competência do juízo arbitral depende da existência de convenção de arbitragem por escrito.

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não. Inclusive o STJ não discutiu a capacidade do Sr. Adriano Farinha de obrigar a empresa requerida por entender tratar-se de questão do mérito da sentença arbitral e que não deve ser reexaminada em sede de homologação (cita precedente do STF nesse sentido, SEC n. 4.738).

11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais. Sim

Min. Luiz Fux: Acompanha o relator e apenas ressalta a diferença entre esse caso e precedente, SEC n. 856, no qual a participação da parte no juízo arbitral se deu sem questionamentos à jurisdição daquele, tendo a requerida aceitado sua jurisdição. No presente caso houve questionamento. Tece comentários breves sobre a capacidade do agente.

Min. Menezes Direito: Ressalta que a correspondência foi trocada por empresas representantes da requerente e da requerida e não por elas mesmas. Ressalta a importância da SEC n. 967 que confirmou a existência de coisa julgada quando o STF já havia apreciado a matéria.

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS

12. Houve condenação em honorários de sucumbência? Sim

a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do art. 20 do CPC)? 3% do valor da causa

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Não

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do art. 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória? n/d

15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial? Terminativa.

16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida? n/d

17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio? n/d

VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS

18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?

Requisitos da cláusula compromissória (art. 4º);
Ordem Pública.

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Validade, eficácia ou existência da convenção de arbitragem.

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES

20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos arts. 38 e 39 da Lei de Arbitragem e do art. V da Convenção de Nova Iorque? O julgamento é técnico, em termos. Técnico, pois foi baseado na Lei 9307/96, porém a decisão fundamentou-se na ofensa à Ordem Pública (Art. 39, inciso II da Lei de Arbitragem) quando poderia ter sido fundamentada na validade da convenção arbitral (Art. 38, inciso II da Lei de Arbitragem).

21. Observações. (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema)

A presente decisão discute quatro pontos importantes: (i) possibilidade de revisão do mérito da decisão; (ii) necessidade de cláusula compromissória por escrito, reconhecendo a possibilidade de cláusula compromissória por troca de correspondência; (iii) possibilidade de terceiro, no caso corretora, firmar uma cláusula compromissória vinculante; e (iv) participação sobre protesto no procedimento arbitral não pode ser considerada como aceitação à jurisdição arbitral.

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Embargos de Declaração (j. 07.03.2007, DJ de 16.04.2007) opostos pela requerente. Os embargos foram rejeitados por unanimidade, uma vez que o escopo do recurso foi a prolação de novo julgamento, o que não é possível em sede de embargos de declaração, conforme prevê o art. 535 do CPC.

Nome do pesquisador: Flavia Mange

Nome do revisor: Gustavo Santos Kulesza

6. Ficha de Leitura da SEC n. 978 (Indutech v. Agocentro)**FICHA DE LEITURA DO INTEIRO TEOR DOS ACÓRDÃOS****Grupo VI - Homologação de Sentença Estrangeira**

[Instrução para o preenchimento: Como regra geral, ater-se apenas ao conteúdo do acórdão em análise. Para as questões que não se aplicam ou não foram encontradas no acórdão, favor responder: n/a (não aplicável) ou n/d (não disponível no acórdão)]

Subtema: Necessidade de manifestação expressa para vinculação à cláusula compromissória.

Ementa (principais pontos jurídicos): Homologação de sentença arbitral estrangeira. Ausência de assinatura na cláusula compromissória e no procedimento arbitral. Violação à Lei de Arbitragem Brasileira. Afronta ao princípio da autonomia da vontade das partes. Ofensa à ordem pública brasileira.

Tribunal: STJ

Requerente / nacionalidade: Indutech SPA/ n/d

Requerido / nacionalidade: Algocentro Armazéns Gerais Ltda/ brasileira

Nome do caso / nome utilizado como referência: *Indutech v. Algocentro*

Classe Processual: Sentença Estrangeira Contestada

Nº. do Processo: 978/EX

Relator: Ministro Hamilton Carvalhido

Procurador Geral da República (parecer): n/d

Local onde a sentença arbitral foi proferida (não presumir, por favor.): Grã-Bretanha

Sede da Arbitragem: Inglaterra

Instituição arbitral (ou ad hoc): Liverpool Cotton Association - LCA

Membros do Tribunal Arbitral: Helen S. Anderson, Paul Southworth, n/d

Processos Relacionados (outras decisões proferidas no mesmo caso): n/d

Valor da condenação na sentença arbitral: US\$ 416.323,77

Valor da causa: n/d

Valor da condenação em honorários de sucumbência: R\$ 1.000,00

Data de Registro / Distribuição (verificar no site se necessário): 16.08.2006 (distribuição)

Data do Julgamento: 17.12.2008

Data da Publicação: 05.03.2009

Órgão Julgador: Corte Especial

Precedentes citados (matéria arbitral): SEC 866/GB (STJ, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 16.10.2006), SEC 967/GB (STJ, Rel. Min. José Delgado, DJ de 20.03.2006), SEC 6753/UK (STJ, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 04.10.2002) - ausência de cláusula compromissória por escrito.

Breve resumo do caso (descrição dos fatos e histórico processual, quando relevante)

Indutech SPA solicitou a homologação de sentença arbitral, condenando a empresa brasileira Algocentro ao pagamento de indenização, em razão do descumprimento de contrato de fornecimento de algodão cru.

O Superior Tribunal de Justiça indeferiu o pedido de homologação, tendo em vista a ausência de manifestação expressa (por escrito) das partes acerca de sua opção pelo juízo arbitral. O Tribunal considerou que a sentença arbitral foi proferida ao arrepio da Lei de Arbitragem (art. 4º), do princípio da autonomia da vontade das partes e da ordem pública brasileira.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Questões temporais

- a. O contrato foi assinado após a entrada em vigor da Lei 9.307/96 (23.11.1996)? Sim
- b. O pedido de homologação foi julgado após decisão sobre a constitucionalidade da Lei 9.307/96 (SEC n. 5.206-7, j. em 12.12.2001)? Sim
- c. O pedido de homologação foi julgado após a Emenda Constitucional n. 45 de 30.12.2004? Sim
- d. O pedido de homologação foi distribuído após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil (Decreto n. 4.311/2002 de 23.07.02)? Sim
- e. O pedido de homologação foi julgado após a ratificação da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil? Sim

2. Houve menção a algum tratado internacional? Não

- a. Em caso de menção a um tratado, identifique o tratado citado, bem como o seu dispositivo. n/a
- b. A referência a esse tratado foi feita de maneira a corroborar alguma assertiva genérica relacionada à arbitragem (citação genérica) ou visava dar suporte a uma afirmativa específica ligada ao deslinde do caso (citação específica)? n/a

II. QUESTÕES PRELIMINARES

3. O prosseguimento do feito foi impedido por questões formais (i.e. falta de cópia autenticada da sentença arbitral, tradução juramentada, consularização etc.)? Não

- a. Houve menção aos requisitos do artigo 37 da Lei 9.307/96? n/a
- b. Houve menção aos requisitos do art. 218 do Regimento Interno do STF? n/a
- c. Houve menção aos requisitos do artigo 3 da Resolução n. 9/2005 do STJ? n/a

4. A manifestação do Ministério Público Federal foi favorável ou desfavorável ao pedido de homologação? Favorável

- a. A decisão do STF/STJ acolheu a manifestação do MPF? Não
- b. Qual a fundamentação da manifestação do MPF? (Caso haja necessidade, incluir a solicitação de questões formais.) A decisão não traz toda a manifestação do MPF, no entanto transcreve parte do parecer em que se reconhece o liame contratual entre as

partes: “[...] restou demonstrada a existência de vínculo contratual entre as partes dado o relacionamento comercial contínuo por elas levado a cabo”.

5. Foi apresentada Contestação? Sim (A requerida, apesar de citada mediante carta de ordem, não ofereceu contestação. Dessa forma, foi nomeado curador para defendê-la).

a. Quais foram os argumentos da contestação?

(i) Não restou comprovado o transito em julgado da sentença homologanda; (ii) Ausência de jurisdição do tribunal arbitral, afirmando que os árbitros não possuem legitimidade para declarar a inexistência de direito de recurso em face da sentença arbitral, já que proferida extrajudicialmente; e (iii) Ausência de assinatura da requerida nos contratos que deram origem à arbitragem.

b. Qual foi o dispositivo legal citado? n/d

6. Foi apresentada réplica? Sim

a. Quais os argumentos?

(i) A verificação da presença de assinatura ou não no contrato extrapola o juízo de delibação feito pelo STJ; (ii) A ausência da assinatura não foi argüida pela requerida no procedimento arbitral, do qual foi devidamente intimada a participar; (iii) A corte arbitral inglesa, única competente para analisar a presença de vínculo contratual entre as partes, reconheceu sua existência, diante das provas apresentadas pelas partes; e (iv) A arbitragem era de pleno conhecimento e desejo da requerida que inclusive nomeou seu árbitro no procedimento.

III. DECISÃO E MOTIVAÇÃO

7. Foi concedida a homologação? Não

8. Qual a motivação da decisão que concedeu ou denegou o pedido de homologação? (Listar principais pontos da fundamentação.)

(i) Ausência de manifestação por escrito por parte da requerida a respeito da opção pelo procedimento arbitral; (ii) Não há qualquer assinatura ou visto na cláusula compromissória ou no documento de nomeação de árbitro em nome da requerida; (iii) Afronta ao artigo 4º, § 2º da Lei de Arbitragem; (iv) Afronta ao princípio da autonomia da vontade; e (v) Ofensa à ordem pública brasileira.

a. A decisão foi fundamentada nos incisos dos artigos 38 e/ou 39 da Lei 9.307/96? Favor indicar os incisos. Não

b. A decisão foi fundamentada no Artigo V da Convenção de Nova Iorque? Favor indicar os incisos. Não. (A decisão foi fundamentada na Resolução nº. 9/05, artigos 5º, I e 6º).

9. Houve análise do argumento de violação à ordem pública? Sim

a. O Tribunal acolheu a alegação de violação à ordem pública? Sim

b. Qual foi o conceito de ordem pública adotado? Necessidade de vinculação expressa (por escrito) à cláusula compromissória.

10. Houve análise do mérito da decisão arbitral? Não (a decisão deixa claro que a verificação da existência de vínculo contratual entre as partes – questão de mérito abordada na decisão arbitral – extrapola sua competência).

11. Foram proferidos outros votos? Caso afirmativo, informar se concorrente ou divergente e fazer um breve resumo dos pontos principais. Não

IV. QUESTÕES INCIDENTAIS**12. Houve condenação em honorários de sucumbência?** Sim

- a. Qual o valor da condenação em honorários de sucumbência (mencionar se há relação entre o valor da condenação em honorários e o valor da condenação arbitral, bem como se houve aplicação do artigo 20 do CPC)? R\$ 1.000,00 (o relator fixou o valor com base no artigo 20, § 4º do CPC).

13. Há outras questões incidentais que merecem destaque? Não**V. OUTRAS INFORMAÇÕES****14. No procedimento arbitral, a citação da parte brasileira foi postal nos termos do parágrafo único do artigo 39 da Lei de Arbitragem ou por Carta Rogatória?** n/d**15. A sentença arbitral é terminativa ou parcial?** Terminativa.**16. Havia ação de anulação da sentença arbitral pendente no país em que a sentença arbitral foi proferida?** n/d**17. Havia ação pendente no judiciário brasileiro em decorrência do mesmo litígio?** n/d**VI. INDEXAÇÃO E CORRELAÇÃO COM OS DEMAIS GRUPOS****18. Quais são os temas centrais tratados na decisão?**

Violação à ordem pública brasileira;

Necessidade de manifestação por escrito para vinculação à cláusula compromissória.

19. A partir da leitura do inteiro teor, há como relacionar este caso com decisões referentes a outros grupos temáticos da pesquisa? (validade, eficácia ou existência da convenção arbitral / ação do art. 7º / tutela de urgência / execução de sentença arbitral / anulação de sentença arbitral)

Validade, eficácia ou existência da convenção arbitral

VII. CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES**20. Conclusões. O julgamento do acórdão é técnico ou atécnico (critério para tecnicidade da decisão é o respeito aos artigos 28 e 39 da Lei de Arbitragem e do artigo V da Convenção de Nova Iorque)?** Técnico, em termos.**21. Observações. (campo livre para considerações pessoais; referência a informações não relacionadas às perguntas anteriores; comentários à classificação do subtema)**

Decisão de extrema relevância para o relatório ao trazer o posicionamento do STJ em relação à necessidade de manifestação por escrito para vinculação à cláusula compromissória.

Como é cediço, a prática arbitral internacional vem se demonstrando cada vez mais permissiva no que concerne à vinculação das partes à convenção de arbitragem, a despeito da ausência de sua anuência expressa, sobretudo para vinculação de terceiros não-signatários.

O artigo II da Convenção de Nova Iorque faz expressa menção à forma escrita da convenção arbitral. É de se notar que os requisitos impostos pelo art. II (2) da Convenção de Nova Iorque, caso interpretados restritivamente, ou seja, pela sua letra fria, deixariam muitos contratos internacionais desprovidos do caráter vinculativo de suas cláusulas compromissórias. Isso porque há uma tendência de informalidade desses negócios que torna quase impeditivo o cumprimento desse requisito aparentemente simples.

O Prof. Albert Jan Van den Berg já em 1981, em seus comentários à Convenção de Nova Iorque apresenta essa preocupação: *“Article II(2) contains fairly demanding requirements for the form of the arbitration agreement. If these requirements were interpreted strictly, a great number of international contracts containing an arbitral clause would fall outside Article II(2), as in current international trade practice contracts tends to be concluded in a rather informal way.”*

VIII. RECURSOS

22. Houve recurso? Qual? Qual a fundamentação?

Embargos de Declaração (j. 18.03.2009, DJ de 16.04.2009) opostos pela requerente. A requerente parece pretender o reexame do acórdão, o que é defeso em sede de embargos de declaração. Sendo assim, nega-se provimento ao recurso, por unanimidade.

Nome do pesquisador: Gustavo Santos Kulesza

Nome do revisor: Patrícia Kobayashi

Anexo III***Comentários às SECs analisadas neste Relatório***

CASO	COMENTÁRIO
SEC n. 856	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 7 (2005) Cláusula Compromissória – Contrato não assinado – Participação no Procedimento Arbitral – SEC 856 – STJ. Comentários: Adriana Braghetta (p. 103)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 06 (2006) Homologação de sentença arbitral estrangeira. Contrato não-assinado. Desnecessidade de concordância expressa com a cláusula compromissória. Comentários – Arnaldo Wald e Valeria Galíndez</p>
SEC n. 802	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 9 (2006) Sentença Arbitral Estrangeira – Homologação – Ordem Pública – SEC 802 – STJ. Comentários: Fabiane Verçosa (p. 207)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 07 (2006) Homologação de sentença arbitral estrangeira. Discussão sobre a regra do <i>exceptio non adimpleti contractus</i>, que foi decidida no juízo arbitral. Impossibilidade de apreciação em sede homologatória. Sentença estrangeira que analisa a afasta a aplicação de lei nacional não viola a ordem pública. Comentários – Arnaldo Wald e Valeria Galíndez</p>
SEC n. 874	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 11 (2006) Comentários: Rafael Francisco Alves (p. 124)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 10 (2006) Comentários: Priscila Knoll Aymone</p>
SEC n. 866	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 13 (2007) Comentários: Flavia Foz Mange (p. 116)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 14 (2007) Comentários: José Carlos Magalhães e Debora Visconte</p>

CASO	COMENTÁRIO
SEC n. 833	<p>1. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 13 (2007) Homologação de sentença estrangeira. Ausência de citação. Homologação indeferida. Comentários: Selma Ferreira Lemes e Carmen Tiburcio</p> <p>2. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 20 (2009) Homologação de Sentença Estrangeira, Citação por Carta Rogatória e Princípio do Contraditório Comentários: Thiago Marinho Nunes (p.111)</p>
SEC n. 611	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 16 (2007) Anulação de Sentença Arbitral Estrangeira pelo Judiciário Brasileiro Vis-à-Vis o Pedido de Reconhecimento e Execução da Mesma Sentença Arbitral Estrangeira perante o STJ. Superior Tribunal de Justiça. 23 de novembro de 2006. First Brands do Brasil Ltda. e STP do Brasil Ltda. v. STP – Petro-plus Produtos Automotivos S/A PPA e Petroplus Sul Comércio Exterior S/A PSC Comentários: Adriana Noemi Pucci (p. 106)</p>
SEC n. 349	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 15 (2007) Arbitragem Internacional – Contrato Internacional – Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira – Aplicação da Lei 9.307/96 no Tempo. Superior Tribunal de Justiça. 21 de março de 2007. Mitsubishi Electric Corporation v. Evadin Indústrias Amazônia S/A. Comentários: João Bosco Lee (p. 93)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 14 (2007) Sentença estrangeira. Contrato internacional assinado antes da Lei de Arbitragem. Cláusula arbitral expressamente inserida no contrato internacional, deixando superada a discussão sobre a distinção entre cláusula arbitral e compromisso de juízo arbitral. As disposições da Lei 9.307/96 têm incidência imediata nos contratos celebrados anteriormente, se neles estiver inserida a cláusula arbitral. Sentença arbitral homologada. Comentários: Carmen Tibúrcio</p>
SEC n. 831	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 17 (2008) Aplicação da Lei nº 9.307/1996 a contratos celebrados anteriormente à sua entrada em vigor. Cessão de Contrato e incorporação societária. Transmissão da cláusula compromissória. Superior Tribunal de Justiça. 3 de outubro de 2007. Spie Enertrans S/A v. Inepar S/A Indústria e Construções Comentários: Ricardo Ramalho Almeida (p. 83)</p> <p>2. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 16 (2008)</p>

CASO	COMENTÁRIO
	<p>Contestação a pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira. Improcedência. Aplicação imediata da Lei de Arbitragem, inclusive a cláusulas compromissórias firmadas antes da sua entrada em vigor. Desnecessidade de aceitação específica da cláusula compromissória em caso de cessão de contrato.</p> <p>Comentários: Valeria Galindez</p>
SEC n. 1.305	<p>1. Revista Brasileira de Arbitragem vol. 18 (2008)</p> <p>Princípio da Instrumentalidade das Formas. Desnecessidade da Análise da Autenticação da Sentença Arbitral Estrangeira. Acordo entre as Partes na Homologação Superior Tribunal de Justiça. Decisão Monocrática. Sentença Estrangeira Contestada nº 1.305 – Fr (2005/0171686-5). 30 de novembro de 2007. Relator: Ministro Hamilton Carvalhido. Nahuelsat S/A v. Empresa Brasileira da Telecomunicações S/A – Embratel</p> <p>Comentários: Renato Stephan Grion (p. 182)</p>
SEC n. 1.302	<p>1. Revista de Arbitragem e Mediação vol.22 (2009)</p> <p>A grande latitude do interesse e legitimidade processual na ação de homologação de sentença arbitral estrangeira</p> <p>Comentários Alfred Habib Sioufi Filho</p>
SEC n. 978	<p>1. Revista de Arbitragem e Mediação vol. 24 (2010)</p> <p>Ofensa à ordem pública nacional decorrente de ausência de assinatura de cláusula compromissória – Comentários à SEC 978/STJ.</p> <p>Comentários: Marina Mendes Costa</p>

Anexo III: Quadro resumo dos casos analisados em ordem cronológica

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STF	Aiglon v. Teka	Sentença Estrangeira Contestada	5847 / IN - Grã Bretanha	Reino Unido	Aiglon Dublin Limited	Teka Tecelagem Kuenrich S/A	Homologada	01.12.1999	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STF	Tardivat v. B. Oliveira	Sentença Estrangeira Contestada	5378 / República Francesa	França	Tardivat Internacional S/A	B. Oliveira S/A - Indústria Comércio e Exportação	Não Homologada	03.02.2000	Câmara Arbitral dos Cafés e Pimentas do Reino de Havre
STF	Elkem v. Conan	Sentença Estrangeira Contestada	5828 / Reino da Noruega	Noruega	Elkem Chartering A/S	CONAN - Cia de Navegação do Norte	Homologada	06.12.2000	London Maritime Arbitration Association
STF	MBV v. Resil	Agravo Regimental na Sentença Estrangeira	5206 - 7/ Reino da Espanha	Espanha	M B V Commercial and Export Management Establishment	Resil Indústria e Comércio LTDA	Homologada	12.12.2001	ND

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STF	Plexus v. Santana	Sentença Estrangeira Contestada	6753/ Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte	Reino Unido	Plexus Cotton Limited	Santana Têxtil S/A	Não Homologada	13.06.2002	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	L'Aiglon v. Têxtil União	Sentença Estrangeira Contestada	856	nd	L 'Aiglon S/A	Têxtil União S/A	Homologada	18.05.2005	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	Thales Geosolutions v. FARCO	Sentença Estrangeira Contestada	802	nd	Thales Geosolutions Inc	Fonseca Alemida Representações e Comércio LTDA	Homologada	17.08.2005	Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional - UNICTRAL
STJ	Bouvery v. Irmãos Pereira	Sentença Estrangeira Contestada	887	França	Bouvery International S/A	Irmãos Pereira - Comercial e Exportadora LTDA	Homologada	06.03.2006	Câmara Arbitral dos Cafés e Pimentas do Reino de Havre

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STJ	Plexus v. Santana	Sentença Estrangeira Contestada	967	nd	Plexus Cotton Limited	Santana Têxtil S/A	Não Homologada	15.02.2006	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	UEG v. Multipole	Sentença Estrangeira Contestada	874	Suiça	Union Européenne de Gymnastique - UEG	Multipole Distribuidora de Filmes LTDA	Homologada	19.04.2006	Tribunal Arbitral do Esporte em Lausanne
STJ	LITSA v. SV Engenharia e Inepar	Sentença Estrangeira Contestada	894	Uruguai	LITSA Líneas de Transmisión del Litoral S/A	SV Engenharia S/A e Inepar	Homologada	20.08.2008	CCI
STJ	Oleaginosa v. Moinho Paulista	Sentença Estrangeira Contestada	866	Reino Unido	Oleaginosa Moreno Hermanos Sociedad Anónima Comercial Industrial Financeira Imobiliária y Agropecuária	Moinho Paulista Ltda	Não Homologada	17.05.2006	The Grain and Feed Trade Association (GAFTA)

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STJ	Tremond Alloys v. Metaltubos	Sentença Estrangeira Contestada	760	EUA	Tremond Alloys and Metals Corp	Metaltubos Indústria e Comércio de Metais Ltda	Homologada	19.06.2006	American Arbitration Association (AAA)
STJ	Gottwald v. Rodrimar	Sentença Estrangeira Contestada	968	França	Gottwald Port Technology GMBH	Rodrimar S/A Transportes Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais	Extinta sem julgamento do mérito	30.06.2006	CCI
STJ	Subway Partners v. HTP	Sentença Estrangeira Contestada	833	EUA	Subway Partners C V	HTTP High Technology Foods Corporation S/A	Não Homologada	16.08.2006	American Arbitration Association (AAA)
STJ	Grain v. Coopergrão e Oito	Sentença Estrangeira Contestada	507	nd	Grain Partners SPA	Cooperativa dos Produtores e Trabalhadores Urbanos e Rurais de Sorriso LTDA - Coopergrão e Oito Exportação e Importação de Cereais	Homologada	18.10.2006	Federation of Oils, Seeds and Fats Associations Limited - FOSFA

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STJ	First Brands v. STP do Brasil	Sentença Estrangeira Contestada	611	EUA	First Brands do Brasil LTDA e outro	STP - Petroplus Produtos automotivos S/A PPA e outro	Homologada	23.11.2006	CCI
STJ	Mitsubish v. Evadin	Sentença Estrangeira Contestada	349	Japão	Mitsubishi Electric Corporation	Evadin Indústrias Amazônia S/A	Homologada	21.03.2007	Associação de Arbitragem Comercial do Japão
STJ	Bouvery v. Valex	Sentença Estrangeira Contestada	839	França	Bouvery International S/A	Valex Exportadora de Café LTDA	Homologada	16.05.2007	Câmara Arbitral dos Cafés e Pimentas do Reino de Havre
STJ	ICT v. Odil Pereira	Sentença Estrangeira Contestada	1210	Inglaterra	International Cotton Trading Limited - ICT	Odil Pereira Campos Filho	Homologada	20.06.2007	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	Guidoplex v. Cavenaghi Cavenaghi	Sentença Estrangeira Contestada	918	nd	Guidosimplex Drive Ltda.	Cavenaghi, Cavenaghi e Companhia Ltda.	Homologada	29.06.2007	Colégio Arbitral de Roma

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STJ	Spie v. Inepar	Sentença Estrangeira Contestada	831	França	Spie Enertrans S/A	Inepar S/A Industria e Construções	Homologada	03.10.2007	CCI
STJ	Nahuelsat v. Embratel	Sentença Estrangeira	1305	França	NAHUELSAT S/A	EMPRESA BRASILEIRA DA TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	Homologada	17.12.2007	CCI
STJ	Samsung Eletrônica v. Carbografite	Sentença Estrangeira Contestada	1302	Coreia	Samsung Eletrônica da Amazonia Ltda	Samsung Eletrônica da Amazonia Ltda	Homologada	18.06.2008	Câmara Coreana de Arbitragem Comercial
STJ	Ecom v. Têxtil Pé da Serra	Sentença Estrangeira Contestada	966	Inglaterra	Econ Agroindustrial Corp. Ltda.	Compania Têxtil Pé da Serra	Extintas sem julgamento do mérito	01.12.2008	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	Indutech v. Algocentro	Sentença Estrangeira Contestada	978	Inglaterra	Indutech SPA	Algocentro	Não Homologada	17.12.2008	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited

Trib	Caso	Classe Processual	Nº	País	Rqte	Rqdo	Resultado	Data de Julgamento	Instituições
STJ	Devcot v. Ari Giongo	Sentença Estrangeira Contestada	3660	Inglaterra	Devcot S/A	Ari Giongo	Homologada	28.05.2009	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited
STJ	Plexus v. Ari Giongo	Sentença Estrangeira Contestada	3661	Inglaterra	Plexus Cotton Ltda.	Ari Giongo	Homologada	28.05.2009	Liverpool Cotton Association / International Cotton Association Limited